

Estado, território e políticas públicas

Joaquim Gonçalves da Costa

José Renato Bez de Gregório

Roberto Arruda

Rosane de Abreu Farias

Rosemary Lopes Soares da Silva

(Orgs.)



Coleção Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas, v.2

Estado, território e políticas públicas

Joaquim Gonçalves da Costa
José Renato Bez de Gregório
Roberto Arruda
Rosane de Abreu Farias
Rosemary Lopes Soares da Silva
(Orgs.)

Coleção Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas, v.2

ORGANIZAÇÃO DA COLEÇÃO
Roberto Arruda

Copyright © 2019 Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (LPP/UERJ)

Coordenador: *Emir Sader*

Comitê Gestor: *André Lázaro, Gaudêncio Frigotto e Zacarias Gama*

Coordenador Executivo: *Felipe Queiroz*

Bolsista Técnica Proatec/SR-2: *Carla Navarro*

Bolsistas de Extensão: *Fernando Ribeiro e Jhennifer Neves*

Pesquisadores Associados: *Cláudia Gonçalves de Lima, Hélder Molina, Rafael Bastos de Oliveira e Roberto Arruda*

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

E79 Estado, território e políticas públicas [recurso eletrônico] / Joaquim Gonçalves da Costa (Orgs.) ... [et al.]. – Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2019.
1 recurso online (140 p.) : PDF – (Coleção trabalho, subjetividade e políticas públicas / organização da coleção Roberto Arruda ; v. 2)

ISBN 978-85-92826-04-8 (obra completa)

ISBN 978-85-92826-25-3 (v. 2)

Organizadores: Joaquim Gonçalves da Costa, José Renato Bez de Gregório, Roberto Alves de Arruda, Rosane de Abreu Farias e Rosemary Lopes Soares da Silva.

1. Políticas públicas. 2. Trabalho – Aspectos sociais.
I. Costa, Joaquim Gonçalves da. II. Gregório, José Renato Bez de. III. Arruda, Roberto, 1966-. IV. Farias, Rosane de Abreu. V. Silva, Rosemary Lopes Soares da. VI. Série.

CDU 351

Bibliotecária: Leila Andrade CRB7/4016

Editoria Executiva e Preparação de Originais: *Felipe Queiroz*

Projeto Gráfico e Diagramação: *Pedro Biz*

Revisão: *Thayssa Martins*

Assistentes de Edição: *Fernando Ribeiro e Bianca Garcia*

Laboratório de Políticas Públicas (LPP/UERJ)

Rua São Francisco Xavier, 524/12.111-Bloco-F/sala 08

CEP 20550-013 – Maracanã – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: 55 21 2234-0969 / E-mail: uerj.lpp@gmail.com

<<http://www.lpp.uerj.br/>>

Grupo Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH)

<<https://www.facebook.com/GRPPPEFH/>>

<<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1866513981269601/>>

Estado, território e políticas públicas

Joaquim Gonçalves da Costa
José Renato Bez de Gregório
Roberto Arruda
Rosane de Abreu Farias
Rosemary Lopes Soares da Silva
(Orgs.)

Coleção Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas, v.2

ORGANIZAÇÃO DA COLEÇÃO
Roberto Arruda

Rio de Janeiro
LPP/UERJ
2019

CONSELHO EDITORIAL

André Lázaro (LPP/UERJ e FLACSO-Brasil)
Antonio Carlos Ritto (IME/UERJ)
Carmen da Matta (LPP/UERJ)
Cláudia Gonçalves de Lima (LPP/UERJ)
Emir Sader (LPP/UERJ)
Felipe Queiroz (LPP/UERJ)
Floriano José Godinho de Oliveira (PPFH/UERJ)
Gaudêncio Frigotto (PPFH/UERJ)
Hindenburgo Francisco Pires (IGEOP/UERJ)
Maria Ciavatta (UFF)
Theotonio dos Santos (*in memoriam*)
Zacarias Gama (PPFH/UERJ)

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana María Larrea (FLACSO/Equador)
Cláudio Suasnabar (UNLP/Argentina)
Dalila Andrade (UFMG)
Giovanni Alves (UNESP)
José Luís Fiori (UFRJ)
Laura Tavares (UFRJ)
Luisa Cerdeira (IE/Universidade de Lisboa)
Marise Nogueira Ramos (FIOCRUZ)
Roberto Agustín Follari (UNCuyo/Argentina)
Rolf Malungo (UFF)
Roseli Salete Caldart (ITerra/MST)
Rui Canário (IE/Universidade de Lisboa)
Valdemar Sguissardi (UNIMEP)
Vânia Motta (UFRJ)

SUMÁRIO

Apresentação 7

Concepção gramsciana de “Estado ampliado”, aspectos estruturais
e históricos do Estado brasileiro e as políticas públicas 11

José Renato Bez de Gregório

Território e políticas públicas no campo: perspectivas explicativas
e de desenvolvimento na atualidade 33

Joaquim Gonçalves da Costa

BRICS: relações econômicas Brasil-Moçambique-Rússia à luz
da experiência de cooperação trilateral 59

Nelson Mabucanhane

Espacialidade e dimensão da acumulação capitalista no estado de
Mato Grosso na década de 1970 no contexto da ditadura civil-militar . 77

Roberto Arruda

O desafio da educação profissional no estado do Rio de Janeiro:
a rede Faetec 99

Rosane de Abreu Farias

Educação profissional do campo: desafios da agroecologia
na política territorial de educação profissional na Bahia 119

Davi Costa da Silva, Heron Ferreira Souza e Rosemary Lopes Soares da Silva

APRESENTAÇÃO

Estado, território e políticas públicas*

A coletânea de textos desta obra tem como autoria os participantes da Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH), certificada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) enquanto grupo de estudos, pesquisas e difusão de conhecimentos nos campos que se entrecruzam com as produções que realizamos nas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Portanto, trata-se de um livro que tem em si uma organicidade pelo engajamento dos seus autores na militância em uma área específica e comum a todos: a educação.

Os autores da Coleção Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas, membros da REDE PPPEFH, que concluíram os seus estudos no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ) entre os anos de 2017 e 2018, apresentam o segundo volume: *Estado, território e políticas públicas*. Os capítulos aqui contidos foram desenvolvidos e aprimorados durante os estudos das disciplinas do referido programa de pós-graduação, que também nos inspirou para a escolha do nome desta obra. São exatamente seis textos que versam sobre o Estado, território, relações internacionais, acumulação capitalista, educação profissional e educação do campo.

O texto de autoria de José Renato Bez de Gregório, intitulado “Concepção gramsciana de ‘Estado ampliado, aspectos estruturais e históricos do Estado brasileiro e as políticas públicas’” articula categorias de análise desse histórico militante comunista e intelectual orgânico da classe proletária com as políticas públicas e aspectos estruturais e históricos do Estado brasileiro. *Avante!*

O texto de autoria de Joaquim Gonçalves da Costa, intitulado “Território e políticas públicas no campo: perspectivas explicativas e de desenvolvimento na atualidade” apresenta uma valiosa discussão centrada no conceito de território e na sua correlação de forças, de necessária compreensão para o campo das políticas públicas. Em tempos de fortalecimento do modelo de desenvolvimento

* O título do segundo volume desta coletânea faz referência à disciplina ministrada pelo professor Floriano Godinho, que inspirou, a partir das densas discussões dos referenciais teóricos estudados, a produção de muitos dos textos aqui apresentados.

dependente, esse texto enriquece a nossa capacidade de análise e compreensão da realidade ao explicitar que a disputa pelo conceito de território interessa ao capital em sua reprodução ofensiva.

O texto de autoria de Nelson Mabucanhane, intitulado “BRICS: relações econômicas Brasil-Moçambique-Rússia à luz da experiência de cooperação trilateral”, procura analisar, tendo como referencial as relações comerciais entre Brasil-Moçambique, os motivos do desinteresse por parte da Rússia em manter relações comerciais com Moçambique após o fim da Guerra Fria. Um texto instigante, pois nos ajuda a compreender mais apuradamente política internacional, que cumpre também o papel de reverenciar Moçambique, nossa terra ancestral.

O texto de autoria de Roberto Arruda, intitulado “Espacialidade e dimensão da acumulação capitalista no estado de Mato Grosso na década de 1970 no contexto da ditadura civil-militar” é um importante estudo sobre a relação entre espacialidade e dimensão da acumulação capitalista, tendo como base empírica o estado de Mato Grosso. Merece atenção, pois nos auxilia a compreender as relações entre campo e poder durante a ditadura civil-militar brasileira.

O texto de autoria de Rosane de Abreu Farias, intitulado “O desafio da educação profissional no estado do Rio de Janeiro: a rede FAETEC”, nos ajuda a pensar, dentre outros elementos, a relação entre educação, política e poder no território fluminense e salienta práticas descontínuas e desarticuladas impactantes na institucionalidade dessa rede e na política de educação profissional desse estado.

O texto de elaboração coletiva de Davi Costa da Silva, Heron Ferreira Souza e Rosemary Lopes Soares da Silva, intitulado “Educação profissional do campo: desafios da agroecologia na política territorial de educação profissional na Bahia” traz um estudo sobre educação do campo, versando sobre os tempos das políticas públicas formuladas, desenvolvidas, transformadas e descontinuidas em relação à educação agrícola no Brasil e, mais especificamente, o marco territorial da educação profissional no estado da Bahia.

Gostaríamos de externar a nossa admiração e respeito a todos os professores do PPFH/UERJ, pessoas comprometidas com a luta em favor da efetiva democratização da educação pública, laica e gratuita, completamente engajadas em defesa da UERJ, polo de referência em ensino, pesquisa e inovação tecnológica no estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Especialmente, agradecemos aos professores Gaudêncio Frigotto, Marise Ramos, Eveline Algebaile, Floriano Godinho de Oliveira, Deise Mancebo e Emir Sader.

Agradecemos a todos os profissionais que atuam no PPFH que dispensaram e dispensam apoio e carinho incondicionais aos autores desta obra. Por fim, agradecemos ao Laboratório de Políticas Públicas (LPP) pela materialização deste projeto, que tornou possível a socialização dos conhecimentos produzidos pelos autores deste livro. Nosso reconhecimento a todos pelo empenho na realização deste trabalho se expressa na nossa profunda admiração, respeito e gratidão, especialmente, à coordenação do LPP, na pessoa de Felipe Queiroz.

Ademais, desejamos uma boa leitura a todas e todos!

Concepção gramsciana de “Estado ampliado”, aspectos estruturais e históricos do Estado brasileiro e as políticas públicas

*José Renato Bez de Gregório**

Introdução

Este artigo tem a finalidade de explicitar, dentro de suas limitações de espaço e tempo, o papel do Estado, numa perspectiva gramsciana, na disseminação da concepção burguesa de mundo e na execução das políticas públicas em geral para a materialização dessas ideologias. Para tal, desenvolvemos algumas anotações pertinentes, a fim de elucidar o caráter ampliado do Estado, ressaltando aspectos históricos importantes e seus impactos em ações mais recentes.

Importante destacar que não podemos cair no equívoco que se estabelece com certa frequência de delimitar um caráter antagônico entre “estatal” e “privado”, considerando-os opostos. O Estado não é um campo oposto ao privado, mas um campo disputado por interesses públicos e privados. E mais, o “privado” não é representado por interesses particulares, de indivíduos, mas, sim por interesses mercantis, de grandes corporações privadas.

“Estado ampliado” e hegemonia

O projeto burguês de sociabilidade defende a noção de que a crise é do Estado, e não do capitalismo. O neoliberalismo surge como estratégia para solucionar a crise do capital e tentar estabelecer o fim da luta de classes.

(...) o poder da classe capitalista se enfraqueceu em relação aos movimentos dos trabalhadores e outros movimentos sociais, e a acumulação capitalista perdeu velocidade. Os chefes das grandes corporações e os barões da mídia e as pessoas mais ricas (...) foram para o contra-ataque. Iniciaram um movimento de *construção radical do nexa Estado-finanças*. (...) O capital foi reempoderado em relação ao trabalho pela produção de desemprego e desindustrialização, imigração, deslocalização e toda sorte

* Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Educação e Bacharel em Ciências Econômicas, ambos pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Servidor Técnico da UFF. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior da Escola de Serviço Social da UFF e da Rede Universitas/Br do GT11 da ANPED.

de mudanças tecnológicas e organizacionais. (...) o efeito foi resolver a crise do declínio da rentabilidade e riqueza por meio da repressão salarial e da redução das prestações sociais do Estado. As concepções mentais do mundo foram reformuladas, na medida do possível, com recurso aos princípios neoliberais da liberdade individual, necessariamente incorporados ao livre-mercado e ao livre-comércio (...). (Harvey, 2012, p.110, grifos nossos)

Segundo Boito Jr. (1999), a ideologia neoliberal contemporânea é essencialmente um liberalismo econômico que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo enérgico, porém vago, a intervenção do Estado na economia. A ideologia neoliberal contemporânea não leva em consideração o liberalismo político e tenta transplantar historicamente o liberalismo econômico da aurora do capitalismo para uma época em que predominam os monopólios, a especulação financeira e o imperialismo.

O fato de o Estado se apresentar como gestor, executor e financiador das políticas das classes hegemônicas não é novidade na história do capitalismo. O Estado sempre tende a adotar os preceitos da classe dominante, ou seja, ele é burguês em sua essência. Marx já o entendia como tal e dizia que: “O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. (2008, p.12)

Para Engels (1982), o Estado é um instrumento da classe hegemônica, servindo para mediar as relações antagônicas entre esta e a classe explorada. Engels diz que o Estado é resultado da dominação econômica que se transforma em dominação política.

Hegel (1976) acreditava que um Estado ético, moldado pela sociedade civil, pela família e pela comunidade seria capaz de melhorar a própria sociedade civil através de leis e normas civilizatórias e progressistas. Diferentemente do que Hegel havia afirmado (Estado como sujeito, independente e com racionalidade própria), Marx apresenta pela primeira vez o papel determinante da sociedade civil. Para ele, o Estado é “um produto da sociedade civil”, que serve para expressar suas contradições e perpetuá-las. (*apud* Montañó e Duriguetto, 2010, p.35) O Estado, como regime político, é o elemento subordinado, e as relações econômicas são o elemento dominante:

Assim, em contraposição ao pensamento de Hegel, segundo o qual o Estado transcende à sociedade como uma coletividade idealizada, para Marx e Engels, ao contrário, o Estado emerge das relações de produção: “não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado. A sociedade, por sua vez, se molda pelo modo dominante de

produção e das relações de produção inerentes a esse modo”. (Montaño e Duriguetto, 2010, p.35)

A burguesia, ao controlar os meios de produção e os processos de trabalho e, conseqüentemente, constituir-se como classe dominante, estende seu poder ao Estado, passando a difundir seus interesses por meio das normas e leis. O Estado tem “a aparência da universalidade, mas sua realidade efetiva é particular”. (*Id.ib.*, p.37) Marx mostra que essa esfera particularista é causa e efeito da divisão da sociedade em classes antagônicas, e o Estado assegura e reproduz essa divisão, garantindo a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não proprietários, sendo, assim, um Estado de classe. (*apud* Coutinho, 2006, p.19)

Ao garantir a propriedade privada dos meios de produção à burguesia, o Estado legitima a dominação de classe, desvelando seu caráter classista e particularista em detrimento do verdadeiramente universal. Marx destaca a importância das ideologias organizadas nos setores dominantes como “quase naturais” e a influência destas no direcionamento moral da sociedade. É por meio delas que os homens tomam consciência das contradições entre as relações sociais de produção e as forças produtivas. Apresenta a ideologia não só como falseamento da realidade, mas também como terreno no qual ocorre a luta de classes e afirma o papel da ciência como uma forma de produção crítica a essas ideologias, embora esteja inserida nelas.

Para Marx, a eliminação das bases materiais da sociedade burguesa é condição pétrea para a emancipação completa do homem. A emancipação política torna-se indispensável para uma real emancipação humana, que só acontecerá com o fim da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem, legitimadas pelo Estado burguês.

A ampliação do conceito de Estado se dá de maneira mais concreta com a introdução de novas determinações não apenas no sentido econômico e social, mas, também, na esfera política, por meio de uma maior especificação de seu papel na reprodução das relações de produção.

Antônio Gramsci visualiza o “Estado ampliado” num contexto em que já imperavam organizações bastante desenvolvidas, tanto no lado do capital quanto no dos trabalhadores. Para ele, já havia “uma complexificação das relações de poder e de organização de interesses, que fazem emergir uma nova dimensão da vida social, a qual denomina de sociedade civil”. (*apud* Montaño e Duriguetto, 2010, p.43)

O Estado já não é só sociedade política (leis e normas). Ele se complexificou de tal forma que solidificou em seu interior uma série de aparelhos privados de hegemonia. Gramsci entende como aparelhos privados de hegemonia os organismos sociais privados aos quais se adere de forma voluntária e não coercitiva e que representam os diversos interesses dos atores e das classes que os compõem. Paulatinamente, esses aparelhos foram se imbricando nas relações humanas, não apenas por meio de um corpo técnico que define as ações do Estado, mas, também, por influência da sociedade civil que ocupa e influencia posições estratégicas no interior desse Estado. O Estado é muito mais do que apenas coerção e força. As forças armadas, o parlamento, a polícia e a receita continuam sendo importantes, mas agora aliados aos aparelhos privados de hegemonia, que se constituem como/por meio do Estado sem se transformar neste.

O Estado é a conjunção de uma sociedade política (o Estado no sentido restrito ou Estado-coerção) e uma sociedade civil, em que acontece a disputa por uma hegemonia e pelo consenso. Gramsci (2000) avança em relação a Marx-Engels-Lênin quando compreende o Estado como algo complexo, composto por atividades práticas e teóricas, com as quais a classe dominante justifica e mantém seu domínio, inclusive conseguindo obter o consenso ativo dos dominados. Esse consentimento dos subalternos é elemento indispensável para a dominação de classe. Para Gramsci, hegemonia não significa dominação por meio pura e simplesmente de força e coerção, mas, também, mediante consenso e aceitação dos setores governados.

Qualquer tentativa de redução do Estado a definições jurídico-coercitivas que limitem o papel deste à tutela da ordem pública e ao rigor das leis, como Estado-vigilante, Estado-policial ou Estado-carabineiro (Coutinho, 2012), tende a ocultar seu poder como poder de classe. A ampliação do Estado passa obrigatoriamente pela incorporação da hegemonia e de seus aparelhos ao Estado. Gramsci ressalta que a ideologia liberal tende a ocultar esse poder de classe do Estado ao defender o papel restrito deste como vigilante da ordem e das regras do jogo. O autor mostra que há uma confusão entre Estado e governo, ou seja, uma “confusão entre sociedade política e sociedade civil”, e estabelece uma relação que define aquele como sociedade política mais sociedade civil, resultando no que chama de “hegemonia encouraçada de coerção”. (Buci-Glucksmann, 1980, p.98) Ele demonstra uma equivalência entre “aparelho de hegemonia privado” e “sociedade civil”, que se reveste de uma dupla dimensão, econômica e político-cultural.

Enquanto na sociedade política a classe dominante exerce seu poder e sua dominação por uma ditadura através dos aparelhos coercitivos do Estado, na sociedade civil esse exercício do poder ocorre por intermédio de uma relação de hegemonia que é construída pela direção política e pelo consenso. Aqui, os grupos e as classes sociais realizam a organização da representação de seus interesses e o encaminhamento de suas manifestações sociopolíticas através dos aparelhos privados de hegemonia, cuja adesão é voluntária ou contratual. (Montaño e Duriguetto, 2010, p.46)

O conceito de sociedade civil desenvolvido por Gramsci excede o modelo hegeliano ou marxista e se vê “capturado por uma dupla rede”, que, por um lado, se representa pelas sociedades capitalistas e pelas condições da vida material e, por outro, pelo aspecto educador do Estado, por meio dos aparelhos ideológicos-culturais privados de hegemonia. (Buci-Glucksmann, 1980, p.99) Marx e Engels, seguindo essencialmente Hegel, entendiam “sociedade civil” como o conjunto das relações econômicas capitalistas, o que eles também chamam de base material ou de infraestrutura.

Gramsci, ao contrário, entende a sociedade civil como uma esfera da superestrutura, representando interesses dos diferentes grupos sociais, elaborando e difundindo valores simbólicos e ideologias, compreendendo as igrejas, os partidos políticos, os meios de comunicação, as entidades profissionais, as instituições de caráter científico e artístico e o sistema escolar, inclusive as universidades. (*apud* Coutinho, 2012, p.53-54)

Montaño e Duriguetto enfatizam que “a autonomia relativa da sociedade civil em relação à sociedade e vice-versa, não implica na ruptura de suas inter-relações e do momento unitário (...) que as conformam na prática”. (2010, p.46) O momento unificador entre sociedade civil e sociedade política estará presente na forma como um grupo social materializa sua supremacia como dominação.

Não pode haver sociedade civil sem a determinação daquilo que constitui seu funcionamento: as relações de produção. O fato de existir hegemonia pressupõe que, de alguma forma, se consideram os interesses de grupos ou classes sobre os quais essa hegemonia se exerce. É imprescindível que a classe dirigente faça concessões e sacrifícios de ordem econômica corporativista, mas também é fundamental que tais concessões não abalem essa hegemonia, que é ético-política, mas é decisivamente econômica.

No âmbito da sociedade civil, as classes buscam a hegemonia por meio do convencimento e do consenso, ou seja, buscam aliados ao seu projeto de sociedade. Na sociedade política, ou no Estado em sentido estrito, é necessário

que se exerça uma ditadura por meio da coerção e da dominação. As sociedades definidas por Gramsci como de modo “ocidental” ganharam autonomia de funcionamento em relação ao Estado no sentido de Estado-coerção, mediante tanto a criação de novas estruturas políticas, como os partidos e os sindicatos, quanto a modificação de estruturas antigas, como a Igreja e o sistema escolar, que passam a operar na disseminação das relações sociais de hegemonia.

O aparelho do Estado-coerção e seu poder militar e de polícia ficam a reboque, de sobreaviso para os momentos em que o consenso falha. O poder de agir legalmente lhe é concedido para “vigiar e punir” os grupos que não se convencem e não consentem, nem ativa nem passivamente, “nos momentos de crise no comando e na direção”. (Coutinho, 2012, p.56-57)

Da unificação entre as duas esferas, hegemonia e dominação, emerge a supremacia. Elas coexistem, mas não se homogeneízam. E o fazem em qualquer forma de Estado moderno. O grau de coerção que o Estado irá impor dependerá não só do grau de socialização da política, mas, também, da correlação de forças estabelecida entre os diferentes grupos que disputam a supremacia.

Gramsci define as sociedades como “orientais” ou “ocidentais”. Chama de orientais aquelas nas quais não se desenvolveu uma sociedade civil forte, autônoma e articulada, definida como “primitiva e gelatinosa”, monopolizada pela sociedade política e pela lógica da dominação e da coerção, em que só faz sentido se falar em “aparelhos ideológicos de Estado”.

Em contrapartida, classificou como de tipo “ocidental” as sociedades em que a política teve grande socialização, equilibrando as ações entre sociedade política e sociedade civil. Nelas, a sociedade civil é o *locus* da luta de classe por meio dos “aparelhos privados de hegemonia”, em que a busca da obtenção do consenso e a direção político-ideológica são disputadas pelas classes e se dão mesmo antes de um grupo chegar ao poder do Estado.

Portanto, não se pode falar em concepção de “Estado ampliado” sem se levar em consideração os conceitos gramscianos de “hegemonia” e de “intelectual orgânico”. Para constituir-se classe hegemônica, determinado estrato social precisa “construir e organizar” seus interesses comuns e “tornar-se protagonista das reivindicações” dos demais grupos aliados, articulando interesses e alargando os horizontes de seus interesses internos. É nesse momento que, segundo Gramsci, a construção da hegemonia necessita canalizar liderança política, social, moral e intelectual para impor sua visão de mundo, apresentando-a como a mais abrangente e universal. Esse aspecto intelectual e moral dará uma importância à “dimensão educativa”, a fim de formar uma coincidência crítica para alicerçar

as ações políticas hegemônicas. O papel dos intelectuais orgânicos, destacado por Gramsci, vem da necessidade de a classe hegemônica convencer e ganhar adesão pelo envolvimento ativo, e não pela simples manipulação e passividade. (*apud* Montañó e Duriguetto, 2010, p.48)

Exercer a hegemonia é uma relação pedagógica com a finalidade de subordinar, moral e intelectualmente, grupos sociais inteiros por intermédio da persuasão e, fundamentalmente, da educação. Gramsci ressalta que “uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto por meio do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral”. (2000, p.19)

Para Martins e Neves:

A nova pedagogia da hegemonia é sinônima do exercício da dominação, nos anos finais do século XX e anos iniciais do novo século, estabelecida nas formações sociais centrais e dependentes, sendo que sua efetividade decorre da legitimidade das teorias que a sustentam e da permanente atuação de novos intelectuais orgânicos do capital responsáveis pela sua difusão. (2010, p.25)

O Estado burguês apresenta-se como de todos, compondo as diferenças que existem no interior da classe dominante e até mesmo interesses antagônicos aos seus (dos dominados) ou para negá-las ou para enquadrá-las ao seu projeto de sociabilidade. Convencionou-se chamar a legitimação dessa composição de forças de “cidadania”. O chavão “todos são iguais perante a lei” faz com que o indivíduo seja visto como o “átomo social” e que a democracia burguesa assuma contornos universais. Já o mercado e a lógica dos contratos, como “intercâmbio de vontades iguais, livres e soberanas”, que conseguem ocultar a exploração e a opressão. (Dias, 1997, p.48)

O mercado não se implantou de maneira natural. É uma construção que partiu efetivamente do Estado, que sempre se encarregou do papel de esconder as diferenças de classe, apresentando-se como garantidor das liberdades individuais e dos contratos. Daí surge a noção de cidadania burguesa, em que todos os indivíduos precisam ser encarados como membros igualitários desse Estado, esvaindo propositalmente as desigualdades gritantes do capitalismo.

A cidadania burguesa coloca a ordem como pilar de sua sustentação. A conservação das instituições políticas é resultado dessa ordem presente que se mostra estável e harmonicamente coordenada. É justamente essa coorde-

nação aparente que amedronta os cidadãos frente à incerteza de uma nova ordem alternativa, melhor organizada, sob pena de se perder tudo o que se tem e se atingir o caos. Naturalizada essa ordem posta, tudo o que se apresenta como diverso toma caráter artificial e violento aos olhos da sociedade. Não se trata mais do melhor modelo civilizatório, mas agora do único modelo possível, tentando-se apagar outras possibilidades.

A normalidade dessa ordem burguesa faz com que a luta de classes se torne “menos áspera” e, conseqüentemente, com que a liberdade aparente esgote a possibilidade real de ser livre. (Dias, 1997, p.61) A cidadania burguesa abre mão da participação ativa de seus membros. A ela bastam a inércia e a indiferença de seus indivíduos, que têm sua participação política como aspecto meramente legitimador.

Segundo Edmundo Dias, a democracia burguesa não é um valor universal, mas, sim, regra do jogo. Citando Basso, o autor argumenta que “para que um regime democrático possa se afirmar é necessário que não haja lacerações profundas em seu tecido social” (1997, p.63–64), pois, se houver polarizações de classe, tensões muito fortes ou concentração muito grande de riquezas em poucas mãos, a democracia não poderá sobreviver, visto que as massas populares são excluídas do poder, ou, se elas participam dele, utilizam-no para subverter a ordem vigente, apontando para uma ruptura com o equilíbrio democrático.

A democracia burguesa pressupõe um tecido social com certa homogeneidade, calcado em alguns valores fundamentais como a igualdade e a cidadania, permitindo divergências apenas em questões estritamente particulares. A democracia coloca-se de maneira bastante questionável nas sociedades burguesas, visto que tenta abarcar num só balaio capitalistas, políticos, favelados, trabalhadores urbanos, camponeses, como se fosse possível universalizar valores como igualdade e liberdade sem se levar em consideração o caráter classista que os separa.

Dias acrescenta, citando Bobbio, que “(...) o que chamamos de Estado representativo teve sempre que fazer as contas com o Estado administrativo, o qual obedece a uma lógica completamente distinta, descendente e não ascendente, secreta e não pública, hierarquizada e não autônoma”, e completa que “nunca se obteve de todo a submissão do segundo ao primeiro”, por isso “os organismos que o cidadão consegue controlar são centros cada vez mais fictícios e os vários centros de poder de um Estado moderno, como a grande empresa, ou os maiores instrumentos de poder real (como o exército e a burocracia), não são submetidos a nenhum poder democrático”. (1997, p.66)

Dias prossegue afirmando que, geralmente, as democracias ocidentais acabam por cair na “ignorância civil e na apatia”, como resultado prático desses procedimentos que formalizam a democracia burguesa. Tal apatia política não é sinal de doença do sistema democrático burguês, pelo contrário, revela um sistema em perfeita saúde. “Nada é mais perigoso para a democracia do que o excesso de democracia”. (Dias, 1997, p.67)

A cidadania burguesa não pode fazer parte do horizonte da classe trabalhadora, visto que ela é negadora de sua possibilidade de liberdade. A democracia e a cidadania só assumem contornos universais quando são compreendidas como espaços contraditórios, nos quais se exerce a luta de classes, com participação real na construção da história, negando-se o caráter apenas legitimador do regime vigente.

O Estado brasileiro, suas particularidades

Podemos considerar que o Estado brasileiro se apresentou, até recentemente, como uma instituição extremamente forte e autoritária, em contraponto a uma sociedade civil débil, primitiva e amorfa. Coutinho enfatiza que não se pode negar a importância de análises de cunho weberiano, que apontam a origem desse autoritarismo na “burocracia patrimonialista portuguesa, pela qual fomos colonizados”; entretanto, recorre a Gramsci de maneira indispensável para entender o Estado brasileiro. Segundo o autor, o Brasil até os anos 1930 se constituía numa sociedade de fortes traços “orientais”, em que a sociedade política era extremamente consistente, e a “sociedade civil primitiva e gelatinosa”. (Coutinho, 2006, p.173)

Esse caráter “oriental” do Estado brasileiro, na concepção gramsciana, explica, de certa forma, a maneira “não clássica” adquirida pelos processos de transformações sociais pelos quais passamos, diferentemente das formações de caráter “ocidental” que originaram os países do capitalismo central.

Coutinho (2006) enumera três paradigmas que considera úteis para pensarmos o modelo de transição à modernidade peculiar que enfrentamos no Brasil. O primeiro deles é o conceito leninista de “via prussiana”, que explica a transição ao capitalismo de maneira que se mantenham elementos da antiga ordem, fortalecendo o caráter político do poder do Estado.

O segundo elemento é o conceito gramsciano de “revolução passiva”, que define os processos de transformação social decorrentes da conciliação entre frações modernas e atrasadas da classe dominante, excluindo as classes subalternas do processo. Esses processos modificam a ordem social, sem, entre-

tanto, eliminar aspectos da velha ordem, ou seja, uma “revolução pelo alto”, resultando no que Gramsci chamou de “ditaduras sem hegemonia”. (*apud* Coutinho, 2006, p.174)

Por fim, um terceiro paradigma baseia-se no conceito de “modernização conservadora” de Barrington Moore Jr. (1972), que salienta o modelo de transformação que conserva as estruturas do grande latifúndio pré-capitalista, mantendo o poder dos grandes proprietários rurais, aos quais a burguesia prefere se aliar, em vez de se alinhar às classes subalternas.

Alguns fatos históricos podem ser lembrados a fim de demonstrarmos o caráter pouco ortodoxo que os processos de transformação assumiram no Brasil. Coutinho cita a curiosidade que envolveu a independência política do Império brasileiro, em que o imperador era filho do rei de Portugal e, consequentemente, príncipe do reino português, revelando o quão débil foi tal ruptura, retratando apenas um “rearranjo entre as diferentes frações das classes dominantes”. (2006, p.175) De igual maneira, cita o processo de redemocratização após a ditadura empresarial-militar em 1985, em que o presidente civil eleito indiretamente pelo Congresso era o ex-presidente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido que deu sustentação política aos generais nos anos de chumbo.

Fica claro que essa relação de causa e efeito simultânea ocasionada por essa tendência “prussiana” sempre esteve bastante presente na história do Brasil, o que fez Coutinho afirmar que “conhecemos um Estado unificado antes de sermos efetivamente uma nação”. (*Ibid.*) Esse formato “passivo” e “pelo alto” assumido no processo de independência política do Brasil nos permitiu conservar a unidade territorial extensa que conhecemos.

Portanto, “a nação brasileira foi constituída a partir do Estado brasileiro e não a partir das classes populares”, o que resultou no fato de termos uma classe dominante completamente distante dos movimentos populares de massa, voltada apenas para os interesses das elites oligárquicas, imposta de cima para baixo. O resultado disso é a impossibilidade de as elites “dominantes” tornarem-se “dirigentes”, ou seja, uma “ditadura sem hegemonia”, nas palavras de Gramsci. (*apud* Coutinho, 2006, p.176)

Embora já fosse um país capitalista dirigido por um Estado burguês desde a Independência e, sobretudo, depois da Proclamação da República, somente a partir da década de 1930 aconteceu o processo de industrialização que caracterizou a “modernização conservadora” ou a “revolução passiva” no Brasil. A partir de então, setores ligados à oligarquia cafeeira latifundiária se uniram

a frações da classe média oposicionista (tenentismo¹) e fomentaram a implantação da ditadura Vargas, dando origem ao chamado Estado Novo em 1937.

A industrialização brasileira não foi alavancada pela vanguarda da incipiente indústria paulista na época, mas passou forçosamente pelo poder do Estado, mediante manobras políticas favorecendo o crédito e o câmbio, e, principalmente, por meio da ação direta desse Estado, criando empresas estatais, sobretudo nos ramos energético e siderúrgico.

Entre as décadas de 1930 e 1990, até a implantação do neoliberalismo no governo FHC, o capital industrial foi quem de fato direcionou o poder do Estado, e esse direcionamento “pelo alto” era defendido abertamente pelos intelectuais da direita autoritária, pois, para eles, “apenas o Estado seria capaz de construir a nação brasileira”. Em contrapartida, intelectuais marxistas, como Caio Prado Júnior, já alertavam que tal modelo de industrialização seguindo uma “via prussiana” traria consequências que classificaram como nefastas para um futuro próximo, como “déficit de cidadania, dependência externa, coerção extra econômica entre capital e trabalho etc.” (*apud* Coutinho, 2006, p.177)

É fato que os intelectuais orgânicos do Estado Novo faziam o mesmo diagnóstico da sociedade civil brasileira como “fraca, anômica e fragmentada”, o que era igualmente apontado pela esquerda, entretanto com propostas de soluções antagônicas. Enquanto os marxistas propunham o fortalecimento das instituições que compunham a sociedade civil, os intelectuais que representavam a direita autoritária propunham o Estado como propulsor na construção de uma nacionalidade brasileira. E, assim, seguiu predominante até a segunda Era Vargas (1950–1954). Uma mudança importante na transição da República Velha (1889–1930) para o período varguista foi a transformação das questões sociais, que anteriormente eram consideradas caso de polícia, em interesses que, embora conflitantes, deveriam ser embalados e resolvidos no âmbito do Estado. O movimento sindical é absorvido pelo seio estatal, cerceando a liberdade que os sindicatos tinham na década de 1920, transformando-os em instituições vinculadas ao Ministério do Trabalho. Essa situação prevaleceu até meados da década de 1960, pois, até então, o Estado não permitia a criação de centrais sindicais.

As diversas frações burguesas também se fizeram representar no âmbito do Estado, não somente por sindicatos análogos aos dos trabalhadores, mas,

¹ O tenentismo foi um movimento político e militar organizado por jovens oficiais de baixa patente do Exército brasileiro contra o regime político da Primeira República (1889–1930). Esse movimento era integrado em grande parte por tenentes insatisfeitos com o andamento da política brasileira e com o domínio imposto pelas oligarquias.

principalmente por meio de instituições criadas para defender os interesses específicos de determinado setor, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), e, por esse motivo, para Coutinho, “a burguesia brasileira renunciou a elaborar uma consciência ético-política, com o que se tornou incapaz por muito tempo de formular um projeto nacional hegemônico”, perdurando essa estrutura pelo governo Kubitschek (1956-1961) e pela ditadura empresarial-militar (1964-1985). (2006, p.179)

Apenas em alguns momentos a sociedade civil se tornou mais ativa, em parte no governo Juscelino e mais notadamente no governo João Goulart (1961-1964), explicitando de certa forma “os primeiros sintomas da crise do Estado centralizador e corporativista” que Octavio Ianni (*apud* Coutinho, 2006, p.180) chamou de “colapso do populismo”.

O golpe empresarial-militar de 1964 mostrou que aquele Estado burguês centralizador ainda não estava em “estado terminal” e, embora tivesse rompido com o pacto populista, continuou mantendo seus traços estruturantes de maneira mais truculenta e perversa. (*Id.ib.*)

No curto período compreendido entre 1951 e 1964, que Coutinho denomina de “período populista”, essa “ditadura sem hegemonia” do Estado se interrompe, sem perder o caráter autoritário e corporativista, o que o autor chama de “hegemonia seletiva”. (*Ibid.*, p.182) Essa hegemonia dita seletiva teve caráter limitado e excludente: frações das classes subalternas aderiam consensualmente ao projeto burguês por meio de concessões de direitos trabalhistas e aumentos salariais, enquanto outras eram excluídas tanto em seus direitos sociais quanto políticos.

O golpe e a ditadura empresarial-militar que se seguem fazem com que as reformas de base reivindicadas pelas classes subalternas sejam realizadas, mais uma vez, pelo alto, num sentido de contrarreforma de caráter conservador. O Estado continuava e aprofundava seu caráter regulador da economia, por meio tanto da criação de empresas estatais quanto da intervenção direta. Em relação à sociedade civil, ele continuava a abarcar suas estruturas no seu interior e, caso não conseguisse assumir corporativamente tal estrutura, restava simplesmente reprimi-la.

Em relação ao tratamento dado ao capital estrangeiro, podemos identificar uma inflexão a partir do governo Geisel (1974-1979). Desde o período varguista, o chamado “nacional-desenvolvimentismo” tinha como objetivo fortalecer o capital nacional, garantindo condições especiais para o seu desenvolvimento, mediante políticas de crédito e, principalmente, restrição

de entrada de capital estrangeiro. A partir de então, essa restrição se desfez paulatinamente, transformando o Estado em vértice de uma relação que serviu tanto ao capital nacional quanto ao estrangeiro. Cabe salientar que essa abertura ao capital internacional não se deu em confronto com o capital nacional, pois a burguesia brasileira logo vislumbrou a possibilidade de lucrar com tal associação ao capital estrangeiro, mesmo que desempenhando papel minoritário nessa sociedade, eliminando qualquer possibilidade de se pensar em um governo nacional e democrático, voltado para os interesses de um desenvolvimento nacional em conjunto com a burguesia brasileira. Por esse motivo, Coutinho considera que “a virada entreguista representada pelo Governo Juscelino não pode ser considerada uma ruptura com o modelo nacional desenvolvimentista implementado a partir de 1930, mas, ao contrário, uma maior adequação sua aos efetivos interesses das classes dominantes brasileiras”. (2006, p.182)

Embora a força do Estado tenha aparentemente sobrepujado os interesses particularistas, o que sempre prevaleceu no âmbito das políticas do Estado brasileiro foram os interesses privados. O caráter patrimonialista do Estado fez desembocarmos invariavelmente em fenômenos de nepotismo, clientelismo e corrupção que podemos observar até os nossos dias. Entretanto, o fiel papel do Estado de guardião e propulsor dos interesses privados foi cumprido à risca, criando condições para a reprodução do capital privado.

A criação das grandes empresas estatais em meados do século passado visava pavimentar as condições de infraestrutura e de insumos para expansão da burguesia industrial, por meio do investimento estatal em atividades de base muito onerosas para a iniciativa privada, ou seja, para acelerar a maturação dos lucros dessas empresas privadas. O lucro das estatais nunca foi uma preocupação real do Estado brasileiro.

Essa defesa dos interesses privados, como já pudemos observar anteriormente, não foi uma exclusividade do Brasil, visto que isso ocorreu em quase todos os modelos estatais das sociedades de características capitalistas. E, como em qualquer dominação burguesa com hegemonia, foi preciso fazer concessões às classes subalternas, como o *Estado de bem-estar social*² nos países do capitalismo central. É extremamente necessário salientar que tais concessões não foram simplesmente dadas à classe trabalhadora para a obtenção do consenso,

² Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*, é o nome dado ao conjunto de políticas sociais implantadas pelos países da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, principalmente durante os anos de ouro do fordismo. Consistia em um conjunto de medidas que visavam garantir um padrão mínimo de educação, saúde, habitação, renda e segurança social a todos os cidadãos.

mas são, também, fruto de uma árdua e longa luta dos trabalhadores e de seus aparelhos de disputa, como os sindicatos e partidos políticos.

No Brasil, o Estado de bem-estar social não chegou como à Europa e aos Estados Unidos. O pouco que as classes subalternas conseguiram foi arrancado a fórceps por meio de luta constante. Coutinho, citando Francisco de Oliveira, remete o caso brasileiro a um “Estado de mal-estar social”, que, embora esteja contemplado nas linhas constitucionais, na prática, nunca é efetivamente implantado, sob a velha alegação de falta de recursos, recursos estes que abundam para o mercado financeiro mediante políticas de equilíbrio fiscal e de pagamento da dívida pública. (2006, p.185)

Embora tenha sido caracterizado por um forte aparato repressivo e violento, o período da ditadura empresarial-militar entre 1964 e 1985 não pode ser definido como fascista. Nos movimentos fascistas, embora se consolidem também por meio de uma ditadura, o que os sustenta é a tomada do poder político através do recrutamento das camadas médias e das massas. A organização e a preparação se dão principalmente por intervenção de aparelhos da sociedade civil, como partidos políticos, sindicatos e associações, mesclando ações legais e extralegais na luta pelo poder do Estado.

O que ocorreu no Brasil no período 1964-1985 foi uma tentativa de “frear a ascensão das classes subalternas” por meio de uma ditadura sem hegemonia, ou seja, houve uma tentativa simultânea de desativar e reprimir a sociedade civil, com um caráter fortemente desmobilizador e desorganizador, “professando a ideologia da não-ideologia”, o que se contrapõe aos regimes fascistas clássicos. (Coutinho, 2006, p.188)

Segundo Fernandes:

(...) esses estratos de classe forjaram o mais perfeito Estado autocrático que já existiu no Brasil e o colocaram a serviço do mais cruel, antisocial e antinacional particularismo de classe que se poderia imaginar, convertendo o Estado autocrático em um instrumento da violência organizada, da submissão dos interesses nacionais ao egoísmo das grandes corporações (ou multinacionais), das nações capitalistas hegemônicas e superpotências, e da mais completa exploração do trabalho e da pulverização da vontade popular. (1980, p.82)

O fato de ter sido uma ditadura modernizadora (no sentido tecnológico), embora ao mesmo tempo conservadora e capitaneada por setores da burguesia industrial, colaborou para que o regime não conseguisse êxito em sua perspec-

tiva de eliminar a sociedade civil. Os governos militares não foram capazes de incorporá-la à sua estrutura pela falta de um partido político de massa que os sustentasse. Essa incapacidade só influiu o desenvolvimento de uma sociedade civil “forte, rica e articulada” no seio do regime autoritário, culminando com a derrota da ARENA nas eleições parlamentares de 1974. Apesar de contraditória, essa derrota fez acelerar a apresentação de um projeto de abertura democrática “pelo alto” exposto por Geisel, a fim de aliviar as “pressões seletivas”, cooptando frações moderadas da oposição ao mesmo tempo que se reprimiam fortemente os opositores mais radicais. Por fim, esse processo de reabertura política acabou por transcender as expectativas de Geisel, culminando em um processo de abertura “a partir de baixo”, que deu lugar a uma abertura bem mais radical que a prevista no projeto do regime e originou, em caráter definitivo, uma sociedade de cunho “ocidental”, nas palavras de Gramsci, com uma sociedade civil forte e articulada.

Fernandes afirma que o “excedente de poder ou poder excepcional é um capital que se dissipa e se esgota de modo relativamente rápido” e precisa ser aplicado pelas classes dominantes com “racionalidade, previsão e rapidez”, pois “as oportunidades não se repetem e os frutos da contrarrevolução são sempre contraditórios”. (1980, p.101) Por fim, sintetiza que “o esmagamento, em suma, nunca é indefinidamente prolongado”.

Sobre o papel da classe trabalhadora nesse momento histórico recente, Fernandes ressalta que:

Se fazem concessões, é porque não possuem mais força suficiente para defender sua bastilha. O que nos compete, neste momento, é passar à ofensiva, exigir o desmonte de todo o edifício ilegal da militarização do poder, não dar quartel na instauração de um regime oposto, em que o poder real proceda da vontade e das necessidades das classes trabalhadoras e o Estado se organize como um Estado democrático da maioria, pela maioria e para a maioria. (*Ibid.*, p.82)

O fato é que, apesar de “reprimidas e esmagadas”, as classes subalternas cresceram e cada vez mais tenderam a se transformar de “classe em si” para “classe para si”, organizando-se em entidades sindicais e profissionais proletárias extremamente atuantes, o que Fernandes chamou de “uma autêntica fermentação política proletária”. (*Ibid.*, p.85)

Com o fim da “aventura política”, durante o governo José Sarney (1985-1989), chamado de Nova República, ainda encontramos muitos elementos

de características marcadamente “prussianas”, baseadas no clientelismo, no populismo e nos resquícios do modelo estatal “semioriental”. Fernandes já nos chamava a atenção para o fato de que de nada adiantaria apenas “reatar com o passado recente”, como se os anos da ditadura “não tivessem pesado sobre a nação”, e “reestabelecer o *status quo* no que tinha de mais odioso – o velho pacto político, o despotismo da minoria mais rica e poderosa, em suma, a intangibilidade da democracia restrita”. (1980, p.83)

Não se tratava de restaurar a democracia, mas de instaurar a democracia. Entretanto, Fernandes já vislumbrava que “a pressão montante dos trabalhadores e da massa do povo reorientou os rumos da vida política, porém está longe de ter modificado, na essência, o monopólio burguês conservador da maquinaria do Estado”. (*Ibid.*, p.86)

Coutinho salienta que, nos períodos que se seguiram, ou seja, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), Lula da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016), o Brasil não definiu o modelo de sociedade civil ocidentalizada que seguirá. Apresenta os modelos chamados “norte-americano” e “europeu”, argumentando que se distinguem na maneira como se desenvolve a disputa pelo poder político e pelos interesses. (2006, p.188–189)

Em suma, no modelo “norte-americano”, a taxa de sindicalização dos trabalhadores é baixa, os sindicatos representam interesses restritos, o conteúdo programático e a representatividade dos partidos são “frouxos” e sem ideologias definidas. Não são estruturas criadas para administrar a “grande política”. Já no modelo “europeu”, o sindicalismo é “classista” e “politizado”, e os partidos políticos, embora nem sempre ideológicos, têm conteúdos programáticos definidos. São partidos que têm bases sociais antagônicas, ou seja, mutuamente excludentes. Coutinho enxerga a sobreposição desses dois modelos de disputa de interesses no tecido social brasileiro desde a Nova República até os dias atuais, citando a coexistência de duas centrais sindicais (Central Única dos Trabalhadores, no padrão europeu; e Força Sindical, no padrão norte-americano) e a presença de partidos políticos ideológicos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), perpassando pela existência de um partido de caciques regionais, com traços de coronelismo, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

(...) a grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais cotidianas que se apresentam no interior

de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política. (Gramsci, 2000, p.21)

Embora não haja mais espaço e condições para se estabelecer no Brasil uma “dominação sem hegemonia” nos moldes de uma ditadura ou de um governo populista, chama atenção a proposta hegemônica apresentada pela burguesia a fim de consolidar em nosso país o modelo “norte-americano”, mantendo o caráter corporativista das relações sociais. Coutinho enumera algumas ações do próprio governo Lula da Silva com o propósito de criar a chamada “liberdade sindical”, que só serviria para flexibilizar ainda mais as leis trabalhistas. (2006, p.192)

Com relação à política partidária, a proposta burguesa nos encaminha para a redução a uma disputa eleitoral entre duas legendas que, em última instância, aceitam a situação atual sem contestá-la. O contexto estritamente neoliberal dos governos FHC ainda alimentou algum padrão de contraposição, mantendo as questões da “grande política”, pois encontrou alguma resistência nos movimentos sociais e nas centrais sindicais ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Com a chegada de Lula da Silva ao poder, em 2003, manteve-se a política econômica neoliberal voltada para o mercado financeiro e para o setor agrário exportador, cooptaram-se frações da classe trabalhadora que militavam nos movimentos sociais e nas centrais sindicais, e, portanto, essa hegemonia neoliberal acabou por se consolidar, caracterizando o que Gramsci chamou de “revolução passiva”.

Francisco de Oliveira preferiu chamar de “hegemonia às avessas” essa lógica invertida em que as classes dominadas tomam a “direção moral da sociedade” enquanto a burguesia domina a sociedade de forma mais ostensiva. Quando Lula da Silva assume o poder, “despolitiza a pobreza e a desigualdade social” por meio de programas assistencialistas e os transforma em problemas meramente administrativos. Nas palavras de Oliveira, “parece que os dominados dominam (...) parece que eles são os próprios capitalistas (...) Parece que eles comandam a política (...) parece que a economia está finalmente estabilizada”. Mas só parece. (2010, p.24-26)

Coutinho (2010) afirma que caminhamos para a vitória da “pequena política”, em que prevalecerá o bipartidarismo na disputa eleitoral entre duas legendas que praticam políticas econômicas bastante parecidas, de cunho neo-

liberal, entranhadas pela corrupção sistêmica, fazendo com que se enxergue a questão econômica como meramente técnica e reduza a discussão política ao nível eleitoral, sem trazer o cerne das aflições que verdadeiramente assolam as classes populares. O neoliberalismo vem reforçar o papel particularista do Estado, estreitando seus laços com a burguesia e seus interesses de classe, por meio não só da privatização do patrimônio público, como, também, da regulação dos mercados, de subsídios e da extração dos direitos trabalhistas.

Considerações finais

Para finalizar esta análise a respeito do papel do Estado e das particularidades do Estado brasileiro, cabe destacar que, a partir de meados da década de 1990, o coração do Estado passou a ser a área econômica, abrangendo o Banco Central e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Pessoas que representam a correlação de forças no aparato estatal aparecem frequentemente em relações estreitas com o setor financeiro.

Ao analisarmos o caso brasileiro, torna-se notório o quanto o governo FHC se mostrou alinhado com as recomendações dos organismos internacionais. O governo FHC conseguiu aprovar as Emendas Constitucionais nº 19 e 20, que possibilitaram, respectivamente, executar o Plano Diretor da Reforma do Estado e reunir condições para levar adiante a reforma da previdência pública e privada.

Promoveram-se a reconfiguração das condições de trabalho e de carreira do funcionalismo público; o sucateamento da máquina pública e o desmantelamento do aparato estatal por meio de nebulosas privatizações; a política fiscal rígida baseada, sobretudo, no superávit primário; a abertura dos mercados às grandes empresas multinacionais; a desregulamentação do mercado de trabalho e do mercado financeiro e a ausência quase total de políticas sociais para além da focalização. Houve a dilapidação do patrimônio público; a desvalorização dos servidores com achatamento salarial e perda de direitos; o abandono de áreas como saúde e educação; e a ênfase em áreas gerenciais como fiscalização, diplomacia e agências reguladoras.

Reforça-se o conceito de público não estatal, em que as organizações podem ter caráter público, no sentido de servirem ao interesse público, porém sem serem geridas pelo Estado. Substituiu-se o conceito de direito social pelo de “serviços sociais e científicos”, com o entendimento de que os investimentos na infraestrutura e na execução desses serviços não seriam mais obrigações exclusivas do Estado.

Encontravam-se entre esses os “serviços sociais e científicos”: escolas, universidades, centros de pesquisa científica e tecnológica, creches, ambulatórios, hospitais. Atividades que são direitos sociais, mas que passaram a ser consideradas atividades de “constituição de quase mercados”.

As funções do Estado seriam reestruturadas em três funções: o bloco das “funções típicas de Estado”; um segundo bloco ao qual foram agregadas as instituições das áreas de saúde, cultura, educação, ciência e tecnologia; e um terceiro bloco que englobava as empresas estatais dos setores de energia, mineração, telecomunicações, recursos hídricos, saneamento, entre outras.

Para efeito de constatação, podemos citar as políticas públicas voltadas ao ensino superior no Brasil nos últimos 24 anos. Como signatário do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS),³ que versava sobre a liberalização de serviços como educação, saúde, previdência, e do Tratado sobre Propriedade Intelectual, o Brasil precisaria se adequar às normas jurídicas do país mais liberal também signatário dos acordos. A educação entra no rol de serviços competitivos. As universidades públicas só não se transformam em organizações sociais (OS) por conta de grande resistência e lutas dos movimentos sindicais e estudantis.

Desde o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, as políticas em geral para a educação têm se pautado na manutenção de uma visão fiscalista/reguladora notadamente em relação aos investimentos.

A intensa reformulação da educação superior pelo governo, conforme aponta Lima (2009), foi operacionalizada a partir, sobretudo, de ordenamentos legais. Entre eles, destacam-se: 1) a criação, em 2003, por decreto, do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação para a reestruturação e expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); 2) a PEC nº 217/2003, que versava sobre as fontes de financiamento das universidades; 3) o Projeto de Lei Complementar nº 118/2005 sobre a Lei Orgânica da Autonomia Universitária; 4) a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); 5) a Lei nº 11.096/2005, que criou o Programa Universidade para Todos (Prouni), com a proposta de oferecer a alunos de baixa renda bolsas de estudo em faculdades privadas, concedendo a essas isenção de alguns tributos fiscais; 6) a Lei nº 10.973/2004 de Inovação Tecnológica, que versa sobre o estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas; 7) o Projeto de Lei nº 3.627/2004 com a criação do Sistema

³ General Agreement on Trade in Services (GATS).

Especial de Reserva de Vagas; 8) a Lei nº 11.079/2004 com o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP), que abrange um vasto conjunto de atividades governamentais; 9) o Decreto nº 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado; 10) o Projeto de Lei nº 7.200/2006, que trata da reforma da educação superior e se encontra no Congresso Nacional; 11) o Decreto nº 5.800/2006, que instituiu o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB); 12) o Decreto nº 6.096/2007, que criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); 13) a Portaria Normativa Interministerial MEC/MP nº 22/2007, que instituiu o “banco de professores-equivalentes” em consonância com a política do Reuni; 14) a Medida Provisória nº 435/2010, que busca legalizar as relações já existentes na universidade com as fundações de apoio; 15) o Decreto nº 7.232/2010, que instituiu um mecanismo de gerenciamento do quadro dos servidores técnico-administrativos, estabelecendo a possibilidade de as IFES reporem as vacâncias existentes no seu quadro sob fiscalização do MEC; 16) o Decreto nº 7.233/2010, que trata da desobrigação de recolhimento dos recursos financeiros das IFES ao final de cada exercício pelo Tesouro Nacional; 17) o Decreto nº 7.234/2010 com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes); e 18) a Medida Provisória nº 520/2010, que autoriza a criação de uma empresa pública de direito privado, chamada de Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que faculta a prestação serviços à saúde e apoio administrativo aos hospitais universitários.

Sendo assim, instituições privadas são financiadas pelo fundo público por meio da ampliação da renúncia fiscal, e, por outro lado, o financiamento privado das atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições públicas é baseado em investimentos privados mediante parcerias entre órgãos públicos e empresas privadas.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) passam a incidir diretamente sobre o serviço prestado pelas instituições educacionais. As universidades públicas são mantidas no âmbito estatal, mas transfiguradas. Movimentos como o Todos pela Educação e o Amigos da Escola encobrem a participação efetiva de instituições como o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Alfa e Beto, o Grupo Positivo, a Fundação Lemann (Ambev), a Fundação Bradesco, o Itaú Social, entre outras, que passam a atuar dentro das escolas e das universidades.

Frações burguesas bancário-financeiras que controlam o Estado passam a replicar o sistema educacional. Nas IFES aumenta a cada dia a participação de grandes grupos privados na articulação de ações acadêmicas, administrativas

e financeiras. O que vemos hoje não é um Estado mínimo, mas um “Estado ampliado” incrustado de sociedade civil.

Referências Bibliográficas

- BOITO JR., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- COUTINHO, C.N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J.C.F. e NEVES, L.M.W. (Orgs.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p.173-200.
- _____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2012.
- DIAS, E.F. *Textos didáticos: a liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997.
- _____. Modo de produção e educação. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v.1, n.1, jun. 2009, p.34-42.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- FERNANDES, F. *Brasil em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- GRAMSCI, A. Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política. In: *Cadernos do Cárcere*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HEGEL, G.W.F. *Princípios da filosofia do direito*. Lisboa: Martins Fontes, 1976.
- LIMA, K.R. de S. Contrarreforma da educação nas universidades federais: o Reuni na UFF. In: *Universidade e Sociedade*, n.44, jul. 2009, p.147-157.
- MARTINS, A.S. e NEVES, L.M.W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, L.M.W. (Org.) *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010, p.23-38.
- MARX, K. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MONTAÑO, C. e DURIGUETTO, M.L. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2010.
- OLIVEIRA, F. de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; e RIZEK, C.S. (Orgs.) *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.21-27.

Território e Políticas Públicas no Campo: perspectivas explicativas e de desenvolvimento na atualidade

*Joaquim Gonçalves da Costa**

O presente texto foi desenvolvido com a intenção de aprofundar algumas categorias e conceitos centrais imbricados considerando-se a tríade Estado-Território-Política (Pública)¹. Fundamentalmente, tendo o objetivo de compreender o conteúdo histórico² das contradições e disputas inerentes a projetos e perspectivas de desenvolvimento para o campo e como estas se expressam e se constituem no arcabouço explicativo para compreendermos a questão agrária brasileira na atualidade.

Atualmente, no campo, sobretudo pela luta desenvolvida pelos movimentos sociais de base popular³, pode-se dizer que há uma questão agrária caracterizada por certo “tensionamento” e, portanto, este alimenta uma espécie de força material que “ressignifica, que alarga as possibilidades explicativas das categorias centrais. A base material de atuação do capital (através da produção em grande escala) e dos movimentos sociais é o território, que assenta e dá a natureza das outras dimensões relacionais com o Estado e as políticas públicas, sempre numa “via de mão dupla pavimentada” pelo tensionamento.

A organização para a exposição está estruturada em três pontos fundamentais que buscam compreender o conteúdo a partir das elaborações fundamentalmente acerca do território e, a partir deste, compreender as correlações com

* Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Laranjeiras do Sul. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE/UERJ/UFF/EPJSV/FIOCRUZ).

¹ O presente texto também visou aprofundar e sintetizar o conteúdo discutido, a partir das leituras prévias dos textos escolhidos, para a disciplina de “Estado, Território e Políticas Públicas”, ministrada pelo professor Dr. Floriano José Godinho de Oliveira no Curso de Doutorado do PPFH/UERJ, no segundo semestre de 2015.

² Considerando-se o Materialismo Histórico Dialético, busca-se com a expressão “conteúdo histórico” dar mais relevo ao entendimento oriundo da categoria historicidade, e não especificidade e prioridade de um período histórico propriamente dito, embora este último é constituinte e expressão da realização dos processos materiais em contradição. Partindo do pressuposto de que as categorias são históricas e que a capacidade explicativa destas pressupõem a apreensão pelo movimento do pensamento do movimento do real, a presente análise visa também trazer um conjunto de elementos que pode apontar o horizonte histórico de possibilidades para a ação humana.

³ Fundamentalmente: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Indígenas, Quilombolas entre outros.

outras dimensões. O campo e a questão agrária expressam o movimento real de acumulação e delimitam as formas de produção e organização do território. Chegamos à conformação do território, das políticas públicas indutoras, da expressão da racionalidade estatal, após identificar os conflitos e contradições do sistema capitalista no campo. A forma de organização e a intersecção dessa tríade expressam as contradições objetivas, a união e luta de contrários, as contradições subjetivas a partir de múltiplas determinações.

O primeiro ponto, *o território e a multidimensionalidade territorial: abordagem teórico-conceitual* é, de fato, a tentativa de adentrar mais na seara conceitual, embora não seja possível acessar todo conjunto de elaborações. Tem-se como horizonte, a partir disso, desenvolver uma análise fundamentada com vistas a compreender mais rigorosamente o movimento do real e as perspectivas teóricas, que envolvem o conceito de território e os outros diretamente imbricados.

É nesse sentido que retomamos alguns dos autores que têm contribuído na elaboração teórica acerca do conceito, sobretudo no que diz respeito ao entendimento filosófico-político, num primeiro momento, e à apropriação desse conceito pelas diferentes áreas do conhecimento. Além disso, busca tratar como o conceito de território vai sendo lapidado em sua perspectiva ampliada tendo como base as diferentes dimensões que compõem a base material e relacional na sociedade.

O segundo ponto, *ocupação do território, correlação de forças e impactos socioterritoriais*, visa debater o tema a partir das dimensões imbricadas que compõem o que se entende por território e sua importância não só como base material, síntese de correlações de forças sociais e políticas, mas, também, como poder indutor em/do movimento do real. Já levando em consideração a materialidade do campo, debate como se têm dado esses processos e as contradições internas inerentes à ocupação do território a partir de diferentes perspectivas e paradigmas de desenvolvimento. Ganha certa centralidade a análise do avanço do agronegócio e das consequências reais e objetivas desse processo, como impactos negativos para o homem, para o trabalho e para a natureza, de como isso incide em resistências, proposições de outras políticas, de outras relações sociais e com a natureza a partir da luta empreendida pelos movimentos sociais de base popular, frutos da história e dessas relações objetivadas com vistas à ocupação do território e à dominação pelo capital.

O terceiro ponto, *campo, luta social e conflito (questão agrária): um movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização* é, na verdade, a tentativa de aplicação do conteúdo a uma materialidade concreta com suas contradições

e seu movimento. O debate acerca da questão agrária deve ser embasado nesse terreno de contradições e conflitualidades. Não há, no processo de ocupação do campo, um movimento linear, apesar de termos, como veremos, certa hegemonia de um modelo de desenvolvimento sobre as outras possibilidades. À luz desse arcabouço teórico e conjunto categorial neste item tensionados, é possível verificar como se dá o movimento na materialidade social e como a base material incide também em outros aspectos que podem afetar a natureza e a identidade das diferentes dimensões sociais e políticas.

O território e sua multidimensionalidade territorial: abordagem teórico-conceitual

Considera-se que o processo de produção e reprodução material da existência humana, independentemente de seus modos, se dá no território como espaço físico e admite-se que é base para relações objetivas materiais e sociais que compõem a totalidade concreta. E ganha uma capacidade explicativa fundamental para entendermos os processos de constituição da sociedade em um determinado momento histórico. Nesse sentido: “O território é uma das categorias de análise da Geografia e, recentemente, tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço”. (Fernandes, 2015, p.30)

Vários são os autores⁴ que desenvolveram algum tipo de abordagem sobre a questão da “diversidade” de territórios e/ou tipologias do território. Esse conjunto de referências teóricas possibilitaram o alargamento e um conjunto de tipologias que nos dão as condições categoriais/conceituais de fazer a leitura acerca da diversidade territorial. Embora cada definição tenha uma certa característica individual em sua carga semântica, conteúdo histórico e força-material, percebe-se que todas as dimensões estão imbricadas e são complementares. Desse modo, o território passa a ser entendido, aplicado e analisado numa perspectiva integradora, que pode expressar uma espécie de “síntese” das múltiplas determinações objetivas e, portanto, de suas diferentes dimensões. O território manifesta uma totalidade que expressa a correlação entre a natureza e o social, materializando uma unidade no diverso e uma diversidade na unidade.

⁴ Aproveitando a pertinente compilação, em nota de rodapé, citada por Fernandes (2015, p.29) e referenciada na bibliografia do artigo consultado, temos: Gottmann (1973), Lacoste (1988), Lefebvre (1991), Oliveira (1991), Raffestin (1993), Souza (1995; 2006); Santos (1996; 2002), Moraes (2000), Harvey (2003), Haesbaert (2004), Delaney (2005), Cedeña (2007), Palau (2007), Peet (2007), e Saquet (2007).

Acrescento o próprio Fernandes (2005, 2008b e 2015), que tomarei como referência, tendo em vista que parte de seus trabalhos se ocupam em compreender os espaços e territórios rurais.

Encontramos aqui um outro debate muito relevante: aquele que envolve a leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza) (...). (Haesbaert, 2009, p.74)

A referência que se busca dar para essa questão é que há uma amplitude na conceituação, mas, fundamentalmente, não há um viés dicotômico entre conceito e materialidade. O que se busca de fato é expressar, no movimento do pensamento, o movimento do real e a territorialização dessas expressões a partir das definições resultantes de uma espacialidade humana. Como destaca Haesbaert em nota de rodapé acerca da reflexão desenvolvida por Moraes: “Alguns autores distinguem ‘espaço como categoria geral de análise e ‘território’ como conceito. Segundo Moraes (2000, p.17), por exemplo, ‘do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território’”. (2009, p.37)

O que se nota é que a aplicação do conceito de território, com base nesse entendimento, requer, inclusive, ponderação para compreender que o conjunto de relações inerentes a algum espaço físico ou a alguma base material pode depender da ênfase que se deve dar. Às vezes, a potencialidade de compreensão, ou a porta de entrada para a compreensão desse conjunto de relações, pode ser pelo espaço físico; outras, pelas demais dimensões imbricadas a partir das relações sociais naquele espaço estabelecidas, mas sempre num olhar de totalidade. Os diferentes campos do conhecimento tratam o território com certa especificidade que se constitui no próprio repertório categorial e desenvolvimento explicativo, que não se opõem, mas se complementam.

(...) têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com um enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da

subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (*Id.ib.*)

Esse aspecto é a demonstração de que não deve haver separação entre a materialidade e sua explicação, apesar de ser necessário manter um certo distanciamento. Demonstra também que, ao se grafar um conceito como território, subentende-se de antemão que há um ponto de unidade fundamental que é a sua base real, na qual ocorrem todas as outras dimensões. E, se pensarmos numa dimensão imaterial conjuntural, essa se manifestará como expressão da correlação de forças que estão nessa base material. No entanto, de modo geral:

O conceito de território está sendo utilizado, principalmente, para se referir aos espaços de governança em escala municipal, reunindo um conjunto de municípios que formam uma microrregião, como por exemplo os Territórios da Cidadania. Também há projetos em escala transnacional, que envolvem todas as escalas dos espaços de governança, como são os “eixos” territoriais da iniciativa para *la Integración de la infraestructura Regional Suramericana* (IIRSA). Esses eixos são “transterritórios” que reúnem territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de *commodities* do agronegócio e do hidronegócio. (Fernandes, 2015, p.31)

O que se nota na literatura é que a noção de território apenas calcada em aspectos relacionados à governança e/ou ao espaço de superfície é limitada, não dá conta e, portanto, está sendo superada. É nesse sentido que ganha força a compreensão de que a produção do espaço territorial com suas diferenciações é resultante, organizada e reproduzida a partir das contradições inerentes às classes e às relações sociais. Desse modo, fazer a análise do território apenas por essas duas possibilidades implica aceitar a limitação e/ou a parcialidade de sua possibilidade de compreensão.

As contribuições das reflexões filosóficas são fundamentais para essa noção ampliada de território, ou seja, a possibilidade de entender o território como expressão de um conjunto de dimensões imbricadas, ou a sua multiterritorialidade como expressão da ação humana sobre e a partir de um espaço material. Destacadamente os filósofos Gilles Deleuze e Felix Guattari,⁵ em suas reflexões, possibilitam que o território possa ser compreendido desde o sentido etológico

⁵ Os autores desenvolvem essas reflexões em *Qu'est-ce que la Philosophie? (O que é a Filosofia?)* (Paris: Minuit, 1991). Nessa obra, suas reflexões demonstram uma noção extremamente ampla de território, como destaca Haesbaert (2009), “dimensões que vão do físico ao mental, do social ao psicológico e de escalas que vão desde um galho de árvore ‘desterritorializado’ até as ‘reterritorializações’ absolutas do pensamento”.

até o sentido psicológico. É a partir dessas reflexões que podemos admitir a correlação entre o território material e imaterial que vem ganhando espaço nas elaborações teóricas, por exemplo, sobretudo nas reflexões que envolvem os interesses em compreender as conflitualidades no território material e suas manifestações na racionalidade estatal e nas políticas públicas. Assim, além de ganhar contorno novo, essa compreensão se torna relevante para explicar o processo de desenvolvimento das relações produtivas e sociais na materialidade e na ocupação do espaço.

Esse conjunto de sentidos – polissemia – também está presente na Geografia. Para ilustrar, considera-se pertinente citar a elaboração de síntese de Haesbaert:

Ela é bem visível no verbete do dicionário *Les mots de la Géographie*, organizado por Roger Brunet e outros. (1993, p.480–481) Ele reúne nada menos do que seis definições para território.⁶ Uma delas se refere à “malha de gestão do espaço”, de apropriação ainda não plenamente realizada; outra fala de “espaço apropriado, com sentimento ou consciência de sua apropriação”; uma terceira se refere à noção ao mesmo tempo “jurídica, social e cultural, e mesmo afetiva”, aludindo ainda a um caráter inato ou “natural” da territorialidade humana; por fim, um sentido figurado, metafórico, e um sentido “fraco”, como sinônimo de espaço qualquer. Uma outra definição é a que evoca a distinção entre rede, linear, e território, “areal” (de área), na verdade duas faces de um mesmo todo, pois o espaço geográfico é sempre areal ou zonal e linear ou reticular, o território sendo feito de “lugares, que são interligados”. (2009, p.39–40)

O que temos a partir dessas inserções em sentido acerca do território é que a compreensão abarca tanto as fronteiras quanto a população como um constituído a partir do processo histórico em um determinado espaço físico. É a partir das relações culturais, políticas e sociais estruturadas e estruturantes de grupos humanos, desenvolvidas com e a partir de seus lugares e itinerários, que se constitui o seu território. Vale destacar, portanto, que as configurações sociais em determinado momento histórico são dadas pela forma como se organizam o modo de produção e suas contradições, uma vez que são essas que constituem, em última instância, a “natureza” das relações culturais, políticas e sociais.

O *modus operandi* do capitalismo é um constante dilema que envolve vários aspectos conjunturais, ou seja, um conjunto de contradições secundárias que se manifestam e são tensionadas na necessidade de reprodução do capital.

⁶ Em nota de rodapé, Haesbaert esclarece: “Em obra mais recente, de mesma natureza, Jacques Lévy (Lévy e Lussaut, 2003) identifica um número ainda maior: nove definições, incluindo sua própria, correspondente a ‘um espaço de métrica topográfica’, continua, frente aos espaços de métrica topológica ou das redes (...)”. (2009, p.39)

O avanço do capitalismo é a expressão da saturação de um conjunto de relações objetivas e o aparecimento de outras tantas, necessárias naquele determinado tempo e base material (espaço). O processo de desenvolvimento do modo de produção, ao avançar por novas fronteiras, encontra outros aspectos que envolvem resistências e potencialidades frente ao processo metabólico de reprodução do capital que, de certa forma, entre superação e incorporação dessas, pavimenta novos caminhos que protelam crises, modificam a luta de classes e, em certa medida, sustentam o processo de acumulação, base necessária e inerente ao sistema. O que se nota como resultado de tudo isso é que a conflitualidade política se torna mais intensa, contínua, e serve tanto como instrumento para instalar as crises, bem como potencialidade para a superação destas. Embora se trate aqui de correlações de forças e consequências do *modus operandi* do desenvolvimento do modo de produção, estas não estão isoladas da materialidade e do espaço, que pode apresentar resistências e potencialidades.

(...) A questão do espaço e da geografia é uma “enteada” muito desprezada em toda a teoria social; em parte, suponho, porque sua inclusão tem um efeito entorpecedor nas principais proposições de qualquer *corpus* de teoria social. Os microeconomistas que trabalham com a teoria da competição perfeita, se deparam com os monopólios espaciais, os macroeconomistas verificam quantas economias possuem bancos centrais e fluxo característico das relações de troca entre elas, e os marxistas, ao contemplar as relações de classe, encontram zonas, comunidades, regiões e países. Marx, Marshall, Weber e Durkheim tinham isso em comum: davam prioridade ao tempo e à história e não ao espaço e à geografia, e, quando tratavam do espaço e da geografia, tendiam a considerá-los de modo não problemático, enquanto contexto ou sítio estável para a ação histórica. As relações espaciais e as estruturas geográficas variáveis são acomodadas por ajustes *ad hoc*, redefinições externamente impostas de regiões e territórios dentro e entre os quais ocorre o fluxo contínuo do processo social. A maneira pela qual, primeiramente, as relações espaciais e as configurações geográficas se produzem passa, na maioria dos casos, despercebida ou ignorada. (Harvey, 2005, p.140)

O que se percebe e o que se pretende demarcar neste texto é que a constituição do entendimento traz consigo um avançar em que é necessário intercruzamento – hoje mais evidente – de arcabouços teóricos que possibilitam a apreensão do real e do seu movimento nas suas diferentes esferas de concretização e manifestação.

A constituição do território nessa perspectiva ampliada possibilitou a compreensão de que é o ponto de partida e base de um conjunto de ações

e relações sociais que visam à reprodução do capital, mas, sobretudo, como nos mostram as reflexões acerca do processo imperialista, que a sobrevivência e avanço do sistema capitalista no século XX se deram fundamentalmente a partir das estruturas geográficas e pelas transformações espaciais que nelas ocorreram. Esses aspectos são fortemente presentes na literatura acerca da compreensão das relações que ocorrem, por exemplo, entre centro-periferia e/ou primeiro-terceiro mundo. O olhar e o escopo mundial das decisões políticas e econômicas, dependendo do setor, têm como ponto de partida as condições materiais – tanto de matéria prima disponível, apoio do poder político local ou regional, quanto de mão de obra disponível –, subentendendo o constituído como espacialidade e território de relações objetivas.

As “ondas inovadoras”, que outros autores, influenciados por Schumpeter, consideram fundamentais para a absorção dos excedentes de capital e força de trabalho ao longo do tempo tinham, muitas vezes, tudo a ver com a transformação do espaço: as ferrovias e os navios a vapor, as indústrias automobilística e aeroespacial, e as telecomunicações. A empresa multinacional, capaz de deslocar capital e tecnologia rapidamente para diversos lugares, controlando diversos recursos, mercados de trabalho, mercados de consumo e oportunidades de lucro, enquanto organiza sua própria divisão territorial de trabalho, obtém muito do seu poder devido à sua capacidade de dominar o espaço e usar os diferenciais geográficos de uma maneira que a empresa familiar não é capaz. (Harvey, 2005, p.141)

Um aspecto pertinente, já implicitamente mencionado antes, é que podemos dizer, a partir do entendimento de Karl Marx (2008), que o que há de mais acabado no sistema do capital é a mercadoria,⁷ em outras palavras, esta expressa o conjunto de relações inerentes ao intercâmbio entre a sociedade e a natureza, resultantes de múltiplas determinações que, em linhas gerais, incidem numa síntese que se materializa na mercadoria – ou seja: o que podemos entender como a centralidade dos objetivos do capital está na coisa como síntese e, portanto, expressa o conteúdo de todas as relações de produção e classe. A partir disso é que analogamente podemos inferir que, em relação ao território, sua caracterização material se dá pelo conjunto de relações de produção e sociais que se estabelecem, e não apenas com o seu suporte físico-espacial. No entanto, o processo como um todo se realiza quando a mercadoria é colocada no mercado e, para que isto ocorra, faz-se necessário, por exemplo:

⁷ Para melhor compreender essa questão podemos buscar as discussões desenvolvidas em Marx (2008)

A indústria do transporte e da comunicação que “vende mudança de localização” (Marx, 1967, p.52)⁸ é diretamente produtora de valor, pois, “economicamente considerada, a condição espacial, o ato de trazer o produto ao mercado, pertence ao próprio processo de produção. O produto está realmente acabado apenas quando está no mercado (Marx, 1973, p.533-534)”.⁹ (Harvey, 2005, p.47)

As perspectivas teóricas, portanto, explicitam fundamentalmente quatro vertentes básicas para o território:¹⁰

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.
- Naturalista (mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais) que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento natural dos homens em relação ao seu ambiente físico. (Haesbaert, 2009, p.40)

Embora essas diferentes dimensões, ou noções, expressem importantes aspectos da materialidade social – e, portanto, de possíveis manifestações no território – se consideradas de maneira individualizada, são limitantes para a análise. Mesmo que em um ou outro espaço simplesmente apareça com mais evidência, a condição para compreendermos de fato essas questões é trabalharmos o espaço com a visão integradora dessas perspectivas e com

⁸ Referência citada em Harvey, 2005: Marx (1967)

⁹ Referência citada em Harvey, 2005: Marx (1973)

¹⁰ Síntese de várias noções de territórios: Haesbaert (1995-1997); Haesbaert e Limonad (1999). Vale destacar que, no texto consultado, a noção naturalista está no parágrafo seguinte e não destacada como estão as três anteriores. Organizei dessa maneira, incluindo a quarta noção, para ficar mais didático ao leitor já que, em conteúdo, é esta a referência que se faz.

a noção de totalidade como resultado de múltiplas determinações que se manifestam nessa materialidade.

É partindo desse pressuposto que alguns autores, mas em especial Haesbaert (2009), destacam que devemos analisar como essas dimensões anteriormente elencadas se inserem dentro de uma concepção mais filosófica, de raiz e de conjunto. Partindo dessa necessidade e desse entendimento é que o referido autor destaca que é pertinente discutir a conceituação de território segundo:

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja “natural”, econômica, política ou cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemáticas que, “condensadas” por meio do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional, seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s). (2009, p.41)

Nota-se, portanto, que, embora já se tenha obtido uma ampliação para a noção de território mais integrado, considerando-se a multidimensionalidade e a multiterritorialidade, ainda em certa medida se depende muito da perspectiva analítica em que o pesquisador embasa suas análises. Haesbaert (2009) exemplifica destacando que um marxista, dentro do materialismo histórico dialético, pode compreender o território, de modo geral, priorizando a sua dimensão material, sobretudo no sentido econômico, contextualizando-o historicamente e, além disso, trazendo para a análise as relações sociais nas quais se encontra inserido. Esses aspectos demonstram um território para além do espaço, mas sobretudo relacional. No entanto, considerando essas questões inerentes às perspectivas teóricas, outras interpretações sobressaltarão outras dimensões, mesmo que se mantenham imbricadas.

É nesse sentido que as discussões acumuladas pela Geografia buscam estruturar uma concepção mais abrangente de que, de certa forma, como menciona Milton Santos, há um “retorno do território”¹¹ como possibilidade explicativa:

¹¹ Anotação de aula sobre o tema desenvolvimento, economia e território, da disciplina Estado, Território e Políticas Públicas, do curso de doutorado do PPFH/UERJ, ministrada por Floriano José Godinho de Oliveira.

A amplitude desta significação exige muita atenção de nossa parte, para não reduzirmos o espaço a um fragmento. O espaço é uma totalidade. É assim que Milton Santos define o espaço: como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo indissociável, solidário e contraditório. (Santos, 1996, p.51) Nesta definição estão contempladas a natureza e a sociedade. Por sistemas de objetos são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produzidos por meio das relações sociais, que modificam e transformam a natureza, explicitando então a indissociabilidade. A indissociabilidade é uma palavra-chave porque une os sistemas de objetos e os sistemas de ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades. (Fernandes, 2008b, p.276, grifos nossos)

O território, portanto, pode ser entendido como uma espécie de mediação (espacial) do poder e/ou das correlações de forças constituídas pelo processo histórico, estritamente como poder político ou correlações de forças políticas, ou como interpelações simbólicas que dessa mediação espacial advêm ou nela estão assentadas. Desse modo,

(...) a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (...). (Santos, 1999, p.10)

Outro aspecto relevante para esta discussão geral acerca do território é a compreensão da diferenciação básica entre domínio e apropriação. No primeiro caso, ele pode se consolidar de forma hegemônica como resultado de forças externas, com fins específicos, como, por exemplo, econômicos, que se vinculam mais estreitamente com o poder político local e/ou em escala maior. No segundo caso, determinado grupo social pode se apropriar do território a partir de uma ou outra matriz, seja econômica, cultural ou política, mas que esteja alinhada a isso, uma questão que pode ser cultural e que, em determinadas condições, expressa a natureza e a identidade das relações sociais ali estabelecidas, sempre ligadas ao aspecto estrutural e conjuntural da totalidade concreta.

Ocupação do território, correlação de forças e impactos socioterritoriais

O caminho percorrido até aqui, do ponto de vista mais conceitual, trazendo algumas das abordagens e fundamentos para se pensar o território, demonstra

que o ponto de partida para compreendê-lo é o espaço, mas devemos ir além desse aspecto, tendo em vista que o “espaço é a materialização da existência humana”. (Lefebvre, 1991, p.102) Além disso, as definições de indivíduo, de grupo, de comunidade e de sociedade estão intimamente ligadas à existência de um território, ou seja, de um contexto geográfico, territorial. (Haesbaert, 2009)

A evolução das relações capitalistas e o desenvolvimento sistêmico desse modo de produção se deram e continuam a se dar fundamentalmente por ocupar o território, agir sobre ele transformando a natureza e, por consequência, produzir o espaço próprio e adequado para as condições de sua reprodução. A citação a seguir representa bem essas questões, em certa medida porque expressa os setores, os poderes e as dimensões imbricadas nesse processo.

As sociedades humanas foram se acomodando na terra que lhes coube viver, formando suas culturas, seus valores e suas riquezas. Na modernidade, arbitrariamente, em geral pela força, as sociedades transformadas em Estados constituídos, demarcaram seus territórios com lápis de ponta fina sobre um mapa que apenas imitava a realidade. Cada vez que o lápis escorregava em mãos mais acostumadas às armas do que à arte, os povos eram chamados a defender a pátria, e longas e desafortunadas guerras redesenhavam o mapa, novamente sem se importarem com que gentes ficavam dentro ou fora do desenho. Desta forma, o território passou a ser o limite de honra dos chamados Estados nacionais e nele se impuseram a lei e o contrato social, a todos os habitantes, humanos ou não, aí localizados pelo acaso ou pela autodeterminação (...). (Souza Filho, 2015, p.11)

É fundamental levarmos em consideração essas dimensões retratadas nas palavras de Souza Filho, pois o Estado moderno, com sua forma e racionalidade, é expressão e é instrumento necessário da/para a concretização do projeto da burguesia de uma sociedade regida pelo capital. Esse Estado pressupõe uma base territorial e se torna “sinônimo de exercício de poder”, no entanto parece ser equivocado o olhar da geografia, por exemplo, quando esta considera a base territorial apenas como espaço de exercício de poder, mesmo que o território seja resultante em parte do exercício de poder.

Vemos, portanto que, no processo de maturação das estruturas fundamentais do modo de produção capitalista, há a separação “em certa medida” e/ou falsa separação entre economia e política. Passa-se a impressão de que a burguesia se exime do processo de dominação, deixando-o para o exercício do Estado. O processo de regulação é, no entanto, conflituoso. Desse modo, o Estado burguês executa o processo de administração dos conflitos e da

luta de classes presentes na base real da produção e das relações de produção. O resultado dessa intervenção é favorável à classe dominante. Por isso é que vemos um Estado permanente de exceção, operando para corresponder aos interesses do capital. Iludimo-nos quando aceitamos que o Estado opera numa certa fidelidade ao arcabouço jurídico convencionado, que já é a plena base de garantia dos interesses do capital, rapidamente modificada quando essas peças já não correspondem às rápidas transformações e disputas de interesses que ocorrem na base material, sobretudo de acordo com os interesses das corporações que dominam o sistema econômico mundial.

A correlação de forças define a forma e o conteúdo do processo de ocupação do território ou constitui a “identidade” do processo de territorialização das relações objetivas e sociais. Consolida, desse modo, a “natureza” da territorialidade humana com seus conflitos e a luta de classes. Além desses aspectos correlatos, estão os sentidos que se expressam em conjuntos ideológicos a partir dessas questões materiais.

(...) o território dos Estados Modernos foi, obra dos direitos individuais, dividido por sua vez em lotes de terras privadas, também com lápis de ponta fina, demarcados, medidos, destruídos e melhorados. Destruidos do ponto de vista dos animais, plantas e gentes coletivas, transformaram a terra em local de produção de mercadorias, exclusiva para acumulação da riqueza humana, local não permitido, sob pena de morte, para plantas e animais estranhos e daninhos à mercadoria produzida e não permitidos, sob outras penas, às gentes estranhas à produção. (Souza Filho, 2015, p.11)

A estruturação, o desenvolvimento e a acumulação do capital sempre foram uma ocorrência geográfica. Vimos na prática que, em fase de expansão, a organização e/ou reorganização espacial e do “desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político”. (Harvey, 2005, p.191) O que temos hoje é uma geografia histórica global de acumulação do capital que só poderemos compreender levando em consideração aspectos espaciais ajustados para tal fim, de acordo com as potencialidades materiais/regionais, que também devem corresponder ao processo de superação do tensionamento das contradições internas do capitalismo. Como modo de produção, o sistema capitalista constrói agendas que revolucionam processos de acumulação pelo fato de colocarem no cerne das discussões questões como superar tantas adversidades geográficas espaciais e como otimizar sujeitos e atores locais para que a implantação das medidas seja exitosa.

O paradigma do capitalismo agrário no Brasil tem representado um processo que tem raízes nesse contexto histórico e geopolítico destacado. As origens do agronegócio e sua rápida e recente expansão nestes últimos anos são a materialização de um modelo de desenvolvimento tecnológico, econômico e científico correspondente aos encaminhamentos feitos pela divisão internacional do trabalho que coloca como principal função do Brasil a produção de matéria-prima (*commodities*) com vista a suprir as demandas do capital no globo terrestre.

Os impactos socioterritoriais e as mudanças recentes têm sido vistos como um momento novo da agricultura brasileira, em que o agronegócio tem homogeneizado um “domínio cada vez mais crescente sobre áreas de monocultivo de certos produtos (como cana-de-açúcar, soja, laranja, eucalipto, pastagens para gado de corte, entre outros)”. (Santos, 2015, p.41) De modo geral, por meio de várias estratégias e intensas campanhas ideológicas, adquiriu hegemonia e consenso na maioria da sociedade, conseguindo legitimar a visão do senso comum. Esse senso comum acolhe e reproduz o conteúdo ideológico de que o agronegócio, além de produzir comida, superou o latifúndio de velho tipo e atrasado. As empresas modernas são os meios de operação desse projeto para o campo e, assim, “naturalizam” o discurso de que têm o foco na sustentabilidade e o compromisso com a responsabilidade social. Frente a esse perverso processo de dominação, tem-se apenas pequena parcela, organizada em movimentos sociais de base popular, que se posiciona contrária de maneira consciente:

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a acumulação, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências. Com essa leitura estamos afirmando que o sistema agrícola camponês não é parte do agronegócio. No entanto, como o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas, os camponeses estão subalternos à sua hegemonia. O campesinato pode produzir, a partir do sistema agrícola do agronegócio, desde que faça dentro dos limites próprios das propriedades camponesas, no que se refere à área e à escala de produção. Evidente que a participação do campesinato no sistema agrícola do agronegócio é uma condição determinada pelo capital. (Fernandes e Welch, 2008, p.166)

Mesmo as condições objetivas não sendo favoráveis, os debates e os embates continuam sendo feitos por meio das lutas sociais contra a classe dominante e

os detentores do poder econômico, bem como por meio do contínuo tensionamento com os setores do Estado e da sociedade política pelos movimentos sociais. Esse processo de acumulação de forças tem fortalecido em nível mundial a Via Campesina.¹² O processo de luta e contestação desenvolvido pela Via Campesina tem sido, sobretudo, realizado na tentativa de apontar alternativas contrárias às orientações dos organismos internacionais que estão a serviço da neocolonização e do projeto imperialista do capital.

Sua ação tomou mais impulso a partir da entrada de organismos multilaterais, como Banco Mundial ou a OMC (Organização Mundial do Comércio), na definição de políticas agrícolas, segundo a Via, instâncias comerciais, comprometidas com os interesses multinacionais, que tem subjugado forças políticas locais ou regionais e governos, principalmente nas economias periféricas, do processo de decisão sobre políticas nacionais que envolvam não só a agricultura, como também outras áreas. (Souza, 2005, p.493)

O conjunto das discussões desenvolvidas pela Via Campesina abrange diferentes dimensões da vida social. Entre elas está a discussão acerca do fato de muitas das decisões tomadas nos centros econômicos afetarem diretamente direitos sociais e humanos da maioria da população mundial. Em outras palavras, coloca em pauta e debate o caráter antidemocrático da transnacionalização de mercados, entre outros vários aspectos, para demonstrar o caráter de resistência e contestação. Além disso, tem tido atitude propositiva para vários setores com vista à transformação social – por exemplo, a questão da soberania alimentar,¹³ a exigência da manutenção dos sistemas de produção do campesinato, calcado no objetivo principal de garantir a reprodução da existência através de uma produção diversificada, o respeito à capacidade produtiva das terras, a agroecologia, a preservação dos recursos naturais, entre outros.

Em se tratando de contradições e de projetos em disputa e os inúmeros aspectos que poderiam ser tratados/debatidos a partir dessa correlação de forças,

¹² “Fundada em um congresso da União Nacional dos Agricultores da Nicarágua, em 1992, com a presença de movimentos da Ásia, Europa e América Latina, numa iniciativa de combater a ação neoliberal contra os camponeses no mundo, a Via Campesina acabou se constituindo em uma articulação de movimentos camponeses em escala mundial, tendo atualmente um registro de 186 organizações camponesas espalhadas pelo planeta (...)” (Souza, 2005, p.492)

¹³ “(...) o direito à autodeterminação dos povos na gestão de sua própria política agrícola e alimentar, o que inclui preocupações que colocam como prioridade para a agricultura mundial a produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente apropriados para o mercado interno (...). A luta pela defesa da soberania alimentar, por sua vez, tem no acesso à terra e na disponibilidade de créditos públicos requisitos fundamentais para que os(as) camponeses(as) tenham a possibilidade de vender os seus produtos a um preço justo.” (Souza, 2005, p.492-493) Esse foi o meu objeto de tese, e, além desse entendimento, tenho trabalhado a maneira que esse processo de disputa, a partir da base material, incide nas disputas na superestrutura de modo geral.

podemos concluir que essas concepções de desenvolvimento para o campo incidem necessariamente em diferenciadas ocupações territoriais, com relações sociais e de trabalho também diferenciadas, com pautas e políticas correspondentes e, portanto, de natureza distinta e com força material em certo grau contraditória à lógica hegemônica.

É importante destacar que a partir das características/tipologias dos territórios,¹⁴ que integram multidimensionalidade e multiescalaridade, é possível compreender os processos e conflitos que estão no germe de cada proposta de desenvolvimento e ocupação do território do/no campo. Compreendê-los entre a forma e o conteúdo dos paradigmas de desenvolvimento que disputam e constituem territórios é compreender e antecipar as tendências e contradições motivadoras do processo de disputa pela ocupação tanto do território material quanto do território imaterial, pela apropriação do fundo público e, portanto, pelas políticas públicas de modo geral.

Campo, luta social e conflito (questão agrária): um movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização

Os processos sociais induzidos pela lógica hegemônica – que, longe de abrir mão de conservadoras concepções e antigas práticas, cria tensões, resistências e reações, frutos do movimento histórico – têm compilado o traço principal da sociedade brasileira, manifesto numa contemporaneidade do “atraso” e do “moderno”¹⁵ que se tornam base de nossa constituição histórica e de nosso *habitus*¹⁶ social. É nesse sentido que o presente item visa compreender esse recente momento de conflitualidade no campo, reflexo das contradições objetivas dado o processo de desenvolvimento em curso que tem aprofundado as desigualdades sociais por um lado e, por outro, o aparecimento e fortalecimento da organização social de luta no campo frente a essa nova onda ofensiva patronal no campo. O momento histórico em que nos encontramos é resultante de um processo, como vemos na citação a seguir:

¹⁴ Recomenda-se as elaborações feitas pelo professor Bernardo Mançano Fernandes acerca dessa questão no livro *Campe sinato e território em disputa* (2008b) e no artigo “Soberania alimentar como território” (2015). Embora tenha sido feita a opção de não abrir essa discussão neste texto, são reflexões que contribuem de maneira fundamental no que se propõe este ponto.

¹⁵ Um desenvolvimento desigual e combinado.

¹⁶ O conceito de *habitus* empregado é correspondente ao entendimento dos autores Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Para eles, é um conceito que correlaciona sempre o individual e o social e se constrói ao longo do processo histórico. Há uma especificidade no entendimento de Bourdieu que privilegia o campo social como espaço de construção do *habitus* e é semelhante ao da cultura. Para melhor compreensão ver: Bourdieu (1990) e Elias (2001).

(...) Para isso, foram mudando a natureza e a terra, até que, no momento de rara infelicidade, acharam que poderiam prescindir da natureza, confiando apenas em sua razão, seu conhecimento e sua arrogância. Esta arrogância humana transformou a relação com a natureza em um conflito globalizado contra o inimigo não humano. No entanto, este conflito, apesar de imenso e profundo, não conseguiu unir todos os humanos do mesmo lado e continuou a haver gente aliadas da natureza. Por isso se abriu e se desvelou outro conflito, muito mais mesquinho, sem heróis nem grandes, cínico, que tenta liquidar as gentes coletivas, forçando-as a se transformarem em individuais. Curiosa ironia, os coletivos são amigos da natureza e, desta forma, estes dois conflitos acabaram se misturando de tal forma e com tal intensidade que já é difícil entender um sem ver o outro, apesar do esforço gigantesco que faz a sociedade hegemônica global para escondê-los (...). (Souza Filho, 2015, p.12)

O processo ou modelo de desenvolvimento implementado no Brasil é correspondente ao conjunto de interesses que representam a continuidade da dominação e das estratégias desenvolvidas pelos países de economia central e, portanto, nos diferentes setores, há a continuidade de uma economia e de um desenvolvimento dependente, uma modernização conservadora.¹⁷ No campo, esse processo se materializa pelo desenvolvimento e pela implementação do agronegócio. O conjunto de fatores, desenvolvidos historicamente no processo de dominação do capital para novas fronteiras e sobretudo da forma de ocupação do território material, embasado nos interesses das multinacionais e do capital financeiro mundial, determina a divisão internacional do trabalho e “delega” a algumas regiões o compromisso com a produção para alguns setores da economia. A expressão dessa questão é o agronegócio aqui no Brasil com sua grande produção e peso na balança comercial a partir dos *commodities*. Embora seja uma lógica hegemônica, a implementação desse tipo de desenvolvimento faz com que o campo brasileiro tenha várias contradições e conflitualidades.

Tendo como categorias centrais para a análise aqui proposta o Estado, o território e as políticas públicas, vemos que o processo sistêmico que

¹⁷ Expressão desenvolvida por Barrington Moore Jr. (1975) para explicar e expressar o processo de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão a partir de um pacto político entre a burguesia industrial e a oligarquia rural sem rupturas substanciais. No Brasil, considerando-se a trajetória histórica e nossa genética social, trata-se de um conceito que consegue expressar questões fundamentais. A modernização conservadora, portanto, é expressa pela elevação do nível de investimentos de capital, pela concentração ainda maior da propriedade de terra, pela concentração da riqueza e pelo processo excludente, que aprofunda as desigualdades sociais. Ou seja, é um processo de desenvolvimento que não destruiu os elementos tradicionais que compuseram o estágio de desenvolvimento pré-industrial. É nesse sentido que vemos no Brasil, ainda hoje, uma burguesia agrária de velho tipo e uma estrutura agrária que está assentada na grande propriedade. É a partir desses aspectos que Alberto Passos Guimarães destaca que a modernização conservadora difere da reforma agrária porque visa aumentar a produção agrícola com a inserção de novas tecnologias sem que seja alterada a estrutura agrária. Para ampliar a compreensão ver: Moore Jr. (1975) e Guimarães (1982).

possibilita o avanço do agronegócio no Brasil aglutina esses três pilares fundamentais. É nesse sentido que sempre se apoia a análise na correlação entre o território material e o território imaterial¹⁸, cujas caracterizações se dão pela correlação estreita de identidade e de composição como constituinte e constituído.

O agronegócio que já foi compreendido como agroindústria ampliou o seu conjunto de sistemas e se tornou mais complexo com a incorporação de sistemas tecnológicos, financeiros, mercantis, político-ideológicos, entre outros. O campesinato, cuja morte já fora decretada várias vezes, consolida-se como um dos movimentos socioterritoriais mais vigorosos do mundo com a formação da Via Campesina. (Fernandes, 2008a, p.9)

É notável, por exemplo, a partir da liberação de recursos e implementação das políticas agrícolas,¹⁹ que o Estado é o grande organizador do espaço e da ocupação do território, atendendo a todas as estratégias da base e de estruturação da produção. Vemos, então, que o ritmo da modernização da agricultura e agropecuária foi e continua sendo bastante acelerado, e, desse modo, a sua abrangência espacial tem se dado através da ocupação de novas terras cultiváveis, da implantação de indústrias de bens de produção e pela oferta de insumos básicos para a agricultura. Vale destacar que as políticas implementadas para esse projeto já levam em consideração, além do incentivo à produção propriamente dita, um conjunto de aspectos que fazem, a partir de um processo indutivo, o consumo de tecnologias que são colocadas à disposição no mercado. Embora seja uma elaboração mais antiga, vemos de fato uma interligação com a definição primeira de agronegócio (*agribusiness*) de Davis e Goldberg em 1957:

¹⁸ De acordo com Fernandes: “O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios e está relacionado ao controle, domínio sobre o processo de construção do conhecimento e a suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas (...). O território imaterial não se limita apenas ao campo da ciência, mas pertence ao campo da política e pode ser utilizado para viabilizar ou inviabilizar políticas públicas (...)”. (2015, p.42-44) Outra dimensão a ser considerada no entendimento do território imaterial é a cultura. Ou seja, é perceptível que, nos processos de se pensar o território ao longo da história, sempre se levou em consideração pensá-lo política, econômica e culturalmente, embora esta última percepção não seja o fator fundamental e a capacidade explicativa mais expressiva para a compreensão do território imaterial. Como destaca Haesbaert: “(...) não há qualquer atividade, inclusive as atividades materiais, que não seja ao mesmo tempo produtora de sentido e de símbolos, pois ‘compreender um fenômeno social, econômico e político leva a decifrar sua ‘razão cultural’ (...)’, é a cultura que constitui a utilidade’ (...)”. (2009, p.214)

¹⁹ “O conjunto de mecanismos e instrumentos de política governamental direcionados à regulação de fluxos econômico-sociais junto à agricultura em geral ou algum de seus setores (...). Sua atuação, via-de-regra, circunscreve-se à esfera da circulação, ainda que, direta ou indiretamente, sempre acabe por interferir na produção e na própria questão fundiária.” (Mendonça, 2005, p.359)

Para os autores, *agribusiness* é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo. (Fernandes e Welch, 2008, p.48)

Nas regiões Sudeste e Sul do país, verifica-se um processo de transformação bastante rápido, chamado de modernização agropecuária nas grandes propriedades, que passam a ser tratadas como uma empresa rural moderna. Há nesse processo estímulos para a alteração da base técnica das explorações. De mãos dadas a isso estão os incentivos por parte do Estado.

O crédito rural oficial, principal instrumento utilizado para promover a modernização da agropecuária, foi altamente seletivo, pois a sua oferta se restringiu aos médios e grandes produtores. A grande maioria dos agricultores, notadamente os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, cujas condições de acesso à terra eram precárias, não foi atendida pelo crédito rural oficial, tendo maiores dificuldades para alterar a base técnica da produção e permanecer no campo. (Hespanhol, 2007, p.274)

O que se tem oficialmente como modelo, aceito e apoiado pela racionalidade estatal e pelo discurso hegemônico, é, na verdade, uma modernização agropecuária conservadora e dependente, visto que continua a reproduzir a forma e o conteúdo do processo iniciado pela colonização, sobretudo no que diz respeito aos elementos estruturais, como: o latifúndio de velho tipo sendo apenas substituído pelo latifúndio de novo tipo, denominado de empresa rural moderna; a produção de *commodities* e/ou matéria-prima, com a utilização do território para a monocultura, a cana-de-açúcar, a soja, a laranja, a carne bovina, suína e aves, o eucalipto etc.; e, fundamentalmente, a direção dada pelos países capitalistas centrais. Eis, ainda, uma verdadeira *plantation*.

O que temos no Brasil, portanto, é uma estrutura agrária em movimento e em contradição. O avanço objetivo do agronegócio sobre o território e a implementação das políticas estratégicas para tal modelo têm possibilitado a territorialização do agronegócio de modo geral e as condições favoráveis para a desterritorialização do campesinato, pela ausência e/ou saturação das políticas públicas para essa parcela da população. Além disso, o avanço do agronegócio também tem adentrado nos territórios de povos tradicionais e florestas.

Esses aspectos destacados demonstram a materialidade de uma conflitualidade permanente no campo, como temos visto nos últimos anos, na resistência e organização dos povos do campo por seus direitos.

O Brasil é um dos países que ainda possui grande extensão de terras com florestas. O avanço do agronegócio, no que concerne à ampliação das fronteiras e ao espaço físico, tem se materializado nessa direção. Paralelamente a esse processo, temos a concentração de terras em grandes propriedades, a partir da aquisição e dominação das pequenas unidades de produção. Outra forma estratégica de avanço do agronegócio é o fortalecimento de sua lógica de reprodução também nas pequenas unidades de produção. É o que vemos, por exemplo, através da agricultura familiar, que em certa medida acata o processo de desenvolvimento pautado nesses princípios, no acesso às políticas de incentivo que dão direcionamento à produção e a quais pacotes tecnológicos e insumos devem ser consumidos. O movimento territorial, portanto, tem sido dinâmico, embora vejamos que, hegemonicamente, há uma marcha de dominação do agronegócio e um processo de subalternização da produção do campesinato devido a todo um conjunto de fatores que impedem a autonomia com as condições objetivas necessárias.

O ressurgimento da questão agrária no Brasil durante a década de 1990, mediante a ação intensa dos movimentos sociais de vários tipos, passou a exigir do Estado o atendimento de demandas cada vez mais específicas, todas elas, no entanto, resultando na crescente imbricação entre “políticas agrícolas” e “políticas agrárias”. (Mendonça, 2005, p.359)

Essa materialidade fez nascer novos modos de conflitualidade, mas, também, faz renascer antigos debates e embates. De um lado, temos os representantes do agronegócio, grandes proprietários de terras e/ou grandes ocupadores de terras com títulos pertencentes à União, e os elaboradores do discurso, seus porta-vozes. De outro, o que a literatura por vezes denomina de povos do campo, que engloba grupos sociais sem-terra ou com pouca terra, quilombolas, indígenas e agricultores familiares que, além de lutar pela garantia do território, têm redefinido suas pautas políticas em diferentes dimensões, tais como produção, educação, soberania alimentar, agroecologia etc., portanto, “tensionando” o Estado. Além desses aspectos, há o desenvolvimento de um conjunto de discussões mais radicais que elevam as suas propostas ao patamar de um projeto social e de classe com vistas à superação do modo de produção capitalista. Mesmo estando inserido nesse modo de produção, o desenvolvimento de práticas que questionam o *modus operandi* do sistema do capital tem

sido a grande contribuição e o grande avanço desses coletivos que colocam na ordem do dia a necessária reflexão acerca dos problemas sociais, ambientais e humanos oriundos do modo de produção capitalista.

Como expressão desse processo, temos, por exemplo, o debate em torno dos transgênicos, a questão do trabalho escravo no campo e a tentativa de polarização por parte dos porta-vozes patronais entre uma agricultura empresarial – símbolo da modernidade *versus* uma agricultura familiar considerada a expressão da incapacidade e atraso. Compondo o novo ciclo de conflitividade, temos ainda a crítica às lutas por terra e às ocupações de terra e a desqualificação dos assentamentos rurais. (Bruno, 2008, p.83)

Considerando o conflito agrário, vemos que a dinâmica acerca da constituição do território é resultante de um processo de correlações de forças. O agronegócio está estabelecido numa forma territorial e avança em direção multilateral, ou seja, além de ocupar áreas em estado natural, territorializando sua lógica de reprodução e desterritorializando as comunidades tradicionais, a natureza e a biodiversidade, ocupa pela aquisição ou invasão pequenas propriedades, desterritorializando também os camponeses. De igual forma, o aumento das ocupações e a expansão das áreas conquistadas pelos trabalhadores sem terra é a territorialização da luta pela terra e da pequena propriedade e o processo de desterritorialização do latifúndio. Em estado e espaço físico, o latifúndio – produtivo ou não –, a grande propriedade, são territórios que estão sob o domínio de empresas nacionais ou multinacionais e dos proprietários individuais. Da mesma forma, os assentamentos rurais oriundos da luta pela terra são territórios dos trabalhadores camponeses.

(...) construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (Deleuze *apud* Haesbaert, 2009, p.99)

Um aspecto importante no movimento dessa materialidade com relações causais imbricadas, mas que sintetizam um conjunto de múltiplas determinações, é que temos um mediador – com força material – que, em certa medida, expressa as contradições de base que são o Estado. É um espaço que também é disputado, sobretudo no processo de concepção, implementação e acompanhamento das políticas públicas.

Desse modo, “com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implementação de assentamentos rurais ocorre a desterritorialização do latifúndio e a territorialização do assentamento”. (Fernandes, 2005, p.473) Temos nesse processo, portanto, um elo, que é o Estado. Esse, ao ser tensionado, desenvolve um conjunto de políticas que possibilitam a viabilidade desse processo. Como já mencionado anteriormente, a natureza do Estado tende a funcionar na sua “lógica natural” e, assim sendo, corresponde aos estímulos e necessidades do poder econômico hegemônico. Os poucos avanços em políticas públicas correspondentes aos interesses dos trabalhadores camponeses, predominantemente, foram implementadas sob pressão dos movimentos sociais do campo sob os governos nas diferentes esferas. Apesar das várias conquistas, estas ainda estão na “periferia das políticas”. São subordinadas e frágeis, apesar de inclusivas, e precisam ser constantemente “acompanhadas”, pois, em sua maioria, necessitam de vontades de governos e não são constituintes de uma política de Estado.

Na esteira dessa reflexão, faz-se necessário retomar também a correlação entre o território material e território imaterial. Partindo de um raciocínio análogo para ajudar na compreensão, vemos que os processos de territorialização e desterritorialização também ocorrem na racionalidade estatal, no arcabouço jurídico e, por conseguinte, nas políticas públicas e na disputa do fundo público. Isso porque a base material e o projeto social e de desenvolvimento que ali devem ser implementados demandam um tipo de política pública. Por exemplo, políticas públicas para um território de assentamento que terá em seus projetos o desenvolvimento sustentável, a produção diversificada, a agroecologia como matriz produtiva, o trabalho familiar, a produção de alimentos e a educação correspondente para esse fim, definitivamente, estarão em rota de colisão com as políticas que visam ao fortalecimento do agronegócio.

O processo de reterritorialização, sobretudo no entendimento que tenho, ultrapassa apenas o retorno, ou a retomada em estado igual, da base material desterritorializada. No que diz respeito à questão agrária, vemos, por exemplo, as reintegrações de posse. Esse ato, se consumado, além de retomar o território material, constitui um conjunto de outros aspectos que elevam essa nova territorialização a um patamar mais elevado, sobretudo, angariando maiores dificuldades, tanto físicas como conjunturais e jurídicas, aumentando as linhas limítrofes para uma nova tentativa de retomada desse território pelos trabalhadores. O elemento desterritorializado num primeiro momento se reterritorializa sobre uma territorialidade modificada por aquele processo que o desterritorializou.

Considerando a questão agrária, vemos que o processo hegemônico, que sofre um ato de desterritorialização, tem maior facilidade de se reterritorializar. Por um lado, pelas forças jurídicas e racionalidade estatal favoráveis; por outro, pela sua própria lógica de reprodução assentada em discurso, subsídios e políticas, de modo geral, a seu favor. Isso tem sido sintomático, por exemplo, em áreas de assentamentos, onde mesmo o território estando dividido em pequenas propriedades, reproduzem – no processo produtivo – a lógica do capital em menor escala, através do acesso às tecnologias das multinacionais, da monocultura etc.²⁰

O conflito, o tensionamento, as correlações de forças, a territorialização, desterritorialização, reterritorialização é a constante da tríade indissociável estado-território-política pública.

Considerações Finais

De modo geral o território é uma incidência que implica uma divisão de correlações de forças políticas e sociais, sendo, portanto resultante das relações de poder. É nesse sentido que ganha novos contornos além do espaço apenas, tendo em vista que o espaço pode ser apreendido como território a partir do momento em que sofre as intervenções dos vetores e fatores políticos e de poder. O espaço que o ser humano territorializa, apreende subjetivamente, no qual sente-se em casa, do qual apropria-se, é o território, ou a territorialidade da existência humana, síntese de um conjunto de outras dimensões que vão desde o estágio natural-físico até aspectos que englobam as estruturas psicológicas.

O presente texto demonstrou que há uma variedade de entendimentos provenientes de diferentes campos do saber. A reflexão aqui desenvolvida centrou esforços em trabalhar a concepção de território para além das maneiras interpretativas genéricas, que compõem sentido verdadeiro, mas que o compreendem apenas a partir de uma ou duas dimensões, como área de limites de um espaço de governança, ou apenas como espaço geográfico. O que se verifica é que território e espaço são intimamente interligados. Só há território porque há espaço. O segundo é condição fundamental do primeiro. No entanto, este é um aspecto fundamental, porque o conjunto de dimensões e correlações de forças sociais e políticas é que compõe o conteúdo, o cerne, o caldo ou a musculatura do espaço.

²⁰ O entendimento externado nesses parágrafos é embasado fundamentalmente nas elaborações de Fernandes (2008a; 2008b; 2015).

Compreender o território nesta concepção aqui debatida é fazer a definição de um conceito que só se concretiza numa relação entre o sujeito pensante e o objeto pensado, sendo, portanto, o resultado de um movimento intelectual que buscou cotejar, a partir das dimensões imbricadas, o concreto e o abstrato.

O esforço intelectual aqui desenvolvido e exposto nos três pontos/itens fundamentais foi guiado por uma companheira intencionalidade em vincular rigorosamente método, teoria e realidade. É nesse sentido que houve o esforço de trazer presente por diversas vezes – por exemplo – a questão da “multidimensionalidade”, da “multiterritorialidade”, da “territorialidade humana”, entre outros aspectos, pois entende-se que essas caracterizações são propriedades inerentes que compõem o significado do conceito de território.

Tem sido desafiador revisitar a literatura acerca do tema, sobretudo para aprofundar as questões conceituais no primeiro ponto e considerar na abordagem a questão das múltiplas dimensões ou a multidimensionalidade do território, pois nota-se que há uma tendência de fragmentação deste, dependendo das análises, das teorias, dos métodos e das práticas, ou ainda do lugar e do porquê se quer apropriar-se da compreensão do território como base material, ou até mesmo em sua capacidade explicativa. Vale ressaltar que a perspectiva fragmentária tem ganhado corpo também na fragmentação da multiescalaridade. Embora seja notória a necessidade de levar em consideração as várias dimensões imbricadas, ainda estão muito fortes as análises que utilizam o território como espaço de governança.

Creio que os paradigmas de desenvolvimento no campo expressam, em certa medida, que essa análise mais genérica serve ao modelo hegemônico do agronegócio, tendo em vista que o território é base material para corresponder aos interesses externos, para implementação de políticas que correspondem a esses interesses e, sobretudo, para o exercício do poder econômico e político. Nesse caso é muito forte a apropriação desse entendimento por parte das instituições públicas e instituições econômicas, tendo em vista que essa visão é caracterizada por uma unidimensionalidade, desconsiderando fundamentalmente as conflitualidades inerentes à maioria dos processos. É, sobretudo, uma prática de controle e de subordinação social como acontece na parceria entre o interesse das grandes corporações do agronegócio e da racionalidade estatal.

Por outro lado, compreender o território na perspectiva crítica pelos processos relacionais que potencializam possibilidades de superação da subalternização ao modelo hegemônico necessariamente traz um conjunto de outros aspectos que devem ser considerados como, por exemplo, a busca da

autonomia, a diminuição da dependência, um fortalecimento das forças internas e, por vezes, até o necessário tensionamento, pela luta social e política, de certas conflitualidades. Desse modo, o que se deve destacar é que o conceito de território deve ser apreendido levando em consideração a interação de todas as suas características, por vezes, homogêneas, fragmentadas ou segregadas.

Referências Bibliográficas

- BORDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRUNO, R. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, B.M. (Org.) *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.83-105.
- FERNANDES, B.M. Territorialização da luta pela terra. In.: MOTTA, M. (Org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.473-474.
- _____. Apresentação. In: FERNANDES, B.M. (Org.) *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p.9-14.
- _____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E.T. e FABRINI, J.E. (Orgs.) *Campesinato e território em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008b, p.273-301.
- _____. Soberania alimentar como território. In: TÁRREGA, M.C.V.B. e SCHWENDLER, S.F. (Orgs.) *Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015, p.29-52.
- _____. e WELCH, C.A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org.) *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.45-69.
- GUIMARÃES, A.P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HESPAHOL, A.N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; e SUZUKI, J.C. (Orgs.) *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.271-287.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.
- MARX, K. *O capital: crítica a economia política – o processo de produção do capital*. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MENDONÇA, S. Política agrícola. In: MOTTA, M. (Org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.359-361.

MOORE JR., B. *As origens sociais da ditadura e democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

NORBERT, E. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: *Revista GEOgraphia*, v.1, n.1, 1999, p.7-13. Disponível em <www.geographia.uff.br>. Acesso em: 15/12/2017.

SANTOS, S. de F. A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In: NOVAES, H.; MAZIN, Â.D.; e SANTOS, L. (Orgs.) *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p.41-63.

SOUZA, J.C.L. Via campesina. In: MOTTA, M. (Org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.492-496.

SOUZA FILHO, C.F. Marés de prefácio. In: TÁRREGA, M.C.V.B.; e SCHWENDLER, S.F. (Orgs.) *Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015, p.11-13.

BRICS: relações econômicas Brasil-Moçambique-Rússia à luz da experiência de cooperação trilateral

*Nelson Mabucanhane**

Introdução

O termo BRICs foi cunhado pelo grupo econômico Goldman Sachs e, inicialmente, fazia referência apenas a Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), cujo agrupamento efetivo, na forma de uma associação informal, foi oficializado em 2006.

Desde a criação do acrônimo, tais países, como conjunto, passaram a ser referidos como “os BRICs” – a letra “s” minúscula apenas designava a passagem do termo para o plural. Com a agregação da África do Sul, em 2011, a letra “S” passou a ser grafada em maiúsculo, relacionando-se à grafia, em língua inglesa, do país África do Sul (South Africa). Passou-se, então, a se utilizar a sigla “BRICS” para fazer referência aos cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Neste artigo, pretendemos capturar as evidências empíricas que explicam a dificuldade de transposição da antiga “amizade político-militar” entre Rússia e Moçambique em relações econômicas pujantes nos dias atuais, tal como acontece com os demais países dos BRICS.

Tal análise se faz relevante na medida em que permite compreender as principais transformações a que assistem os dois países como resultado, em parte, do fim da Guerra Fria. Mais ainda, ajuda a intuir a nova configuração geopolítica e geoestratégica dos dois países no contexto da nova organização dos BRICS, da qual a Rússia é um dos interlocutores válidos por reunir três credenciais essenciais para as dinâmicas da economia política internacional, nomeadamente: o poder político-militar, diplomático e econômico.

* Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela *School of Government at Peking University*, da China. Graduado em Ciências Religiosas pela Pontifícia Universidade Urbaniana de Roma em parceria com o Instituto Superior Maria Mãe de África, de Moçambique. Professor auxiliar da Universidade Joaquim Chissano, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), de Moçambique. Presidente da Comissão Científica da ENAP. Pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisas e Experimentações Educacionais do Instituto Anísio Teixeira e da Revista Brasileira de Geografia Econômica.

É sobre esses indicadores – poder econômico, político-militar e diplomático, e a bem-sucedida e histórica experiência de cooperação político-militar entre Moçambique e Rússia em tempos de Guerra Fria e da luta por independência de Moçambique – que o artigo procura, analiticamente, encontrar evidências empíricas que sustentam o argumento de que a Rússia não transformou a antiga relação político-militar com Moçambique em relações comerciais e econômicas que poderiam beneficiar ambos os países.

Faremos a seguir um brevíssimo relato das relações comerciais e econômicas entre Brasil (país de língua portuguesa como Moçambique, situado na América do Sul e componente dos BRICS) e Moçambique, o foco desta pesquisa. Esta análise breve das relações Moçambique-Brasil deve ser entendida como um meio que ajude a buscar elementos considerados, dentro deste artigo, passíveis de transmutação para promover aproximações de melhor compreensão das especificidades das relações comerciais entre Moçambique-Rússia.

Breves notas sobre a experiência de cooperação trilateral do Brasil em Moçambique

O título deste tópico traduz a ideia de que relataremos algumas experiências do Brasil na implementação de projetos de forma trilateral e/ou multilateral com algumas agências ou Estados ocidentais. Essas notas são consideradas neste artigo como uma outra dimensão de análise cuja finalidade é verificar se o desinteresse russo em investir em Moçambique está ou não associado à presença dos gigantes hegemônicos ou ocidentais neste. Essa presença é considerada, aqui, como um dos fatores que desvirtuam os princípios de cooperação horizontal no contexto da solidariedade terceiro-mundista defendida pelos países do Sul, ou seja, todos os países do Terceiro Mundo, não ocidentais e não desenvolvidos.

Moçambique e Brasil partilham um passado histórico comum, que tem como ponto de interseção o fato de ambos terem sido colônias portuguesas. Para além disso, são, sob o ponto de vista da posição internacional, considerados, sob diferentes graus, países do Sul e com sentimento de solidariedade, interajuda e princípios de respeito mútuo à soberania de cada país.

É assim que, após a independência moçambicana, em 25/6/1975, o Brasil abriu sua embaixada em Moçambique em 1976 e, em 1981, assinou vários acordos de cooperação. Antes mesmo da independência, o Brasil apoiou militares da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)¹ contra o regime fascista colonial português e, a partir dos anos 80, ajudou Moçambique por meio de

¹ Frelimo é o partido que liderou a Luta Armada de Libertação Nacional contra o colonialismo português e está no poder em Moçambique desde 1975.

doações, assistência técnica e financeira e, atualmente, realiza investimentos diretos em setores estratégicos da economia moçambicana.

Após um período de abrandamento das relações entre os dois países, nos anos 90 e sobretudo 2000, assiste-se, hoje, a uma efervescência das relações, em particular nos domínios de investimentos diretos do Brasil, especialmente, e dos demais países, com destaque para os dos BRICS.

É nesse período, por exemplo, que, como indicam Inoue e Vaz (2012) e Lundin (2014), dos US\$ 33 milhões que o Brasil colocou em alguns países da África, das Américas Latina e Central, Caribe e Ásia, foi Moçambique o maior receptor, pois absorveu 15,7% do total da ajuda.²

Na mesma perspectiva, Gracia *et al.* (2012) apontam que Brasil gastou, entre 2010 e 2013, mais de US\$70 milhões em projetos de cooperação bilaterais com Moçambique. Porém, para Lundin (2014), apenas em 2011 e 2012, a cooperação entre os dois países é estimada em US\$146 milhões. Para a autora, só o valor de 2012 representou um aumento de 54,7% em comparação aos US\$80 milhões de 2011. A fonte destaca as compras das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) à fabricante de aviões Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) como um dos fatores da dinâmica comercial entre os dois países.

De modo geral, como apontam Gracia *et al.* (2012), Moçambique é o maior receptor da ajuda externa brasileira no seio dos países falantes da língua portuguesa da África, e Angola é o país que recebe mais investimentos diretos.

O gigante econômico latino-americano Brasil é um dos maiores países do mundo que largamente apoia Moçambique de várias formas: doações, perdão da dívida, assistência técnica e financeira e investimentos diretos. No que se refere a investimento, quando comparado aos demais países dos BRICS, no período de 2000 a 2014, com base nos dados do Centro de Promoção de Investimento (CPI)³ e do Gabinete das Zonas Econômicas de Desenvolvimento Acelerado (Gazeda), o Brasil é o terceiro maior investidor, com um bilhão de dólares norte-americanos, atrás apenas da República da África do Sul (RSA) e da China. As principais empresas brasileiras que investem em Moçambique são igualmente inumeráveis, porém há que se destacar: Petrobras, Queiroz Galvão, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Vale Moçambique.⁴

² Gracia *et al.* (2012) apontam outros países que receberam parte dos valores de 2003 e 2010, em forma de assistência técnica e ajuda financeira brasileiras: Timor Leste (15,16%); Guiné-Bissau (14,43%); Haiti (13,11%); Cabo Verde (9,79%); Paraguai (7,45%); São Tomé e Príncipe (6,99%); Guatemala (6,37%); Angola (4,76%); Uruguai (3,26%); e Cuba (2,90%).

³ CPI é uma instituição pública que zela pela orientação e promoção de investimentos diretos em Moçambique.

⁴ De acordo com Bielschowsky (2000), até 1997, a Vale era a terceira mineradora do mundo, com 3,3% da produção de minerais, ficando atrás apenas da Anglo American e da Rio Tinto Zinco, com 8,6% e 5,4%, respetivamente, da produção mundial.

Em termos de apoio e solidariedade brasileira, podem-se, por exemplo, indicar a Agência Brasileira para Cooperação (ABC), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Escola Nacional de Administração Pública (Enap), entre outros.

Atualmente, Moçambique, com o apoio do Brasil, tem uma das maiores sociedades de medicamentos da região, coloca anualmente nas universidades brasileiras cerca de cinquenta estudantes, modernizou o Aeroporto Internacional de Nacala, a linha férrea de Sena e é um dos maiores produtores e exportadores de carvão mineral na África.

Por seu turno, a RSA e o Brasil concentram 35% e 36,8% dos seus investimentos na hotelaria, turismo e serviços, respectivamente. Para Gracia (2016), os dois países tendem a não gerar mais empregos devido à sua tendência de contratar mão de obra altamente qualificada. Por não ser esse o objeto deste estudo, não será desenvolvida essa questão, porém é preciso afirmar que o argumento de Gracia não procede, sobretudo no caso da RSA, que concentra seu investimento no setor da hotelaria e turismo e cuja experiência em Moçambique mostra que seus investidores preferem mão de obra não qualificada. Aliás, mesmo na África do Sul, as empresas mineiras e demais empresas privadas vivem da mão de obra não qualificada e estrangeira, em particular de Moçambique, Zimbábue, Malaui, Botsuana, Suazilândia etc.

Não é possível enumerar as vastas e valiosas contribuições do Brasil em Moçambique nos últimos 41 anos, mas, por enquanto, interessa fazer um breve recorte sobre os dois projetos que o gigante latino-americano implementa com algumas agências e Estados ocidentais e que são objeto de várias críticas, como as de Gracia (2016) e De Moraes (2014). As críticas provêm de vários círculos, seja a partir dos centros acadêmicos, seja a partir da sociedade civil, associações de camponeses, líderes dos partidos da oposição. Em resumo, tais críticas se circunscrevem no caráter neoliberal do Brasil por meio da expropriação das terras, menor impacto social dos projetos, falta de transparência, menor envolvimento dos afetados na discussão e elaboração dos projetos, poluição ambiental, entre outros males.

Desses projetos e para os propósitos deste artigo, interessa destacar o Pro-Savana e o ProAlimentos, que o Brasil implementa com as agências e Estados ocidentais. Esses projetos são implementados em Moçambique pelo Brasil juntamente com a Agência Japonesa para o Desenvolvimento Internacional (Jica – sigla em inglês) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

Internacional (Usaid – sigla em inglês), respectivamente. Vários estudos têm se preocupado em examinar a sobrevivência, por exemplo, dos princípios brasileiros de parceiros de desenvolvimento, de cooperação horizontal, de solidariedade terceiro-mundista. Esse interesse se alicerça na ideia de que a cooperação Norte-Sul é bem diferente da cooperação Sul-Sul, sem, no entanto, negar a existência de intercessões ou elos de complementaridade, dado que existe uma falsa ideia de que os dois modelos de cooperação almejam o mesmo fim. De uma forma breve e com recurso ao pensamento de Fingermañ (2014), entende-se por cooperação Norte-Sul aquela na qual predomina a linguagem de “doadores e recipientes”; é uma cooperação vertical com fortes condicionalidades e prática das regras neoliberais. Esse modelo é bem diferente da cooperação Sul-Sul, que defende horizontalidade, reciprocidade, solidariedade, igualdade, incondicionalidade e é representada pelos países que não são membros, juntamente, do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas, sim, países do Sul (os subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento).

No contexto das críticas à cooperação Norte-Sul e ao modelo neoliberal, Dos Santos (2004) demonstrou, sob diferentes maneiras, que os países que cooperam ou que consideram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) como salvadores devem saber que terão que renunciar a uma parte de sua soberania. De fato, após quase quatro décadas de formidáveis empréstimos a Moçambique por essas instituições, o único resultado que o país obteve foi a administração dos mesmos empréstimos e da miséria.

Sobre o caso específico dos projetos acima referenciados, Fingermañ (2014) mostra que o projeto ProAlimentos foi desenhado de modo a satisfazer os interesses norte-americanos. Desse modo, os princípios brasileiros de cooperação terceiro-mundista não se efetivam nos moldes da sua política. A esse respeito, o relato da entrevista realizada por Fingermañ (2014) com um dos funcionários da Usaid-Moçambique mostra a existência de uma clara desigualdade institucional entre a Usaid e a ABC em termos de investimentos realizados. Mais ainda, enquanto os escritórios da Usaid-Moçambique contam com uma formidável equipe técnica com larga experiência em Moçambique, a ABC só possui quatro representantes.

Igualmente, Fingermañ aponta problemas associados à assimetria de informação entre as principais instituições implementadoras e a limitada participação das agências executoras norte-americanas na elaboração dos projetos. Mais do que isso, a autora aponta diferenças nas modalidades de repasses financeiros às

instituições executoras, sendo descentralizado o modelo da Usaid que delega a responsabilidade de gestão dos fundos pelas diferentes subunidades contratadas para apoiar a implementação do projeto. Todas as despesas da ABC, sobretudo viagens, são efetivadas via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), e isso requer um alto nível de planejamento, o que gera inflexibilidade e lentidão no agir, uma vez que o poder decisório não está descentralizado. Isto é, a falta de autonomia financeira gera restrições nos repasses para as atividades dos técnicos da ABC, o que compromete não só os resultados, mas, também, os princípios da política externa brasileira.

Essa e outras experiências amargas para os interesses da política externa brasileira ocorrem não só no projeto ProAlimentos, como, também em outros, com destaque para o ProSavana. Gracia (2016) e De Moraes (2014), por exemplo, indicam que um dos problemas na implementação desse projeto está associado com o medo de os camponeses perderem as terras. De Moraes explicita que o “processo de concepção e inspeção do projeto ProSavana foi caracterizado por falta total de transparências sobretudo na explicação das comunidades abrangidas no que se refere ao seu futuro em vista à implementação do projeto”. (De Moraes, 2014, p.69) Por sua vez, Fingerhann (2014) afirma que o projeto está comprometido por total falta de estratégia e clareza de suas agências implementadoras, o que coloca em xeque os princípios brasileiros de cooperação solidária.

Nos projetos que o Brasil implementa com algumas agências ocidentais, seus princípios de cooperação horizontal, reciprocidade e igualdade não sobrevivem. Infere-se que essa experiência amarga do Brasil faz com que a China, a Índia e a Rússia não optem por implementar projetos trilaterais com países e/ou agências ocidentais em Moçambique. É essa inferência que corporiza o tópico que se segue, para perceber se de fato isso explica os incipientes investimentos russos em Moçambique.

Cooperação Moçambique-Rússia

Este artigo argumenta que um dos fatores do afastamento da Rússia de realizar investimentos em Moçambique junto com as empresas e agências ocidentais pode estar associado com a experiência desagradável, como se viu, passada pelo Brasil, principalmente porque a Rússia tem sido um dos países que sofrem ciclicamente embargos econômicos devido às várias discordâncias da política e da economia internacional que opõem aos países ocidentais – por exemplo, o caso Sírio e ucraniano pelo controle da Crimeia. Isso coloca a Rússia numa situação quase sempre de tensão com as principais potências

ocidentais, que atualmente controlam a indústria de gás e petróleo em Moçambique, sobretudo por meio da italiana Ente Nazionale Idrocarburi (ENI) e das norte-americanas Anadarko e ExiMobil. Desse modo, é possível que os interesses geoestratégicos e geopolíticos da Rússia em Moçambique não estejam melhor salvaguardados.

Esses podem ser uns dos fatores que fazem com que as trocas comerciais e investimentos diretos russos em Moçambique não registrem efervescência equiparável ao passado das relações político-militares no contexto da Luta Armada de Libertação Nacional de Moçambique. Não obstante a afirmação acima, Gracia (2016) indica que existem interesses da Rússia em investir em Moçambique nos domínios de equipamentos militares em troca de petróleo e outros tipos de recursos, com destaque para mineração, combustível, metalurgia, infraestrutura, telecomunicação, pesca, educação, saúde, turismo e defesa.

Outro dado, exposto por Wache (2014), mostra que, apesar de a embaixada da Rússia ter permanecido em Moçambique ao fim da Guerra Fria, as relações diplomáticas entre os dois países registraram um esfriamento. Tal abrandamento é associado pelo autor à adesão de Moçambique às instituições da Bretton Woods⁵ em 1984. Além disso, houve a rescisão dos contratos com os médicos russos devido à decisão unilateral do governo moçambicano em 2005 de pagá-los via orçamento do Estado, e não com base em fundos externos. A fonte continua indicando que:

(...) o governo de Moçambique converteu o “*pooling*”, um sistema de pagamento de salários dos médicos estrangeiros, (subsidiado com fundos externos) para o modelo “B” pago por fundos do governo através do dinheiro do Orçamento Geral do Estado. Em resultado da referida conversão, o salário dos médicos abrangido caiu de 3 mil USD/mês para 1.300 USD/mês. (...) muitos médicos especializados de nacionalidade russa, não aderiram ao novo modelo de pagamento e, em consequência disso, receberam do Ministério da Saúde, o médico Paulo Ivo Garrido, cartas de despedidas, devendo partir para o seu país de origem até 31 de março de 2005, marcando assim o fim da cooperação entre Moçambique e aquele país. (Wache, 2014, p.166)

⁵ Bretton Woods é uma pequena cidade norte-americana na qual foi realizada a conferência monetária e financeira para o gerenciamento da economia internacional em julho de 1944. Foram adotadas nessa conferência de Mount Washington Hotel, em Bretton Woods, regras para as relações comerciais e financeiras entre os países industrializados. Tais acordos culminaram com a criação das instituições financeiras, como FMI e BM, que se tornaram os principais credores internacionais.

Wache faz perceber, no trecho acima, que não se tratou do fim da cooperação entre os dois países, mas, sim, do rompimento da cooperação apenas na área médica, tendo a Rússia aberto uma nova página de cooperação econômica.

É nesse contexto que a companhia petrolífera russa Nobel Oil iniciou, por meio do governo russo, conversações para exploração de gás, ouro, petróleo e outros minérios em Moçambique. Ao lado dessa companhia, foram também manifestados os interesses da empresa russa Rusal, o que o governo de Moçambique viu como retomada das relações de cooperação e “amizade” entre os dois países. Desse modo, o presidente da Câmara de Comércio de Moçambique Jacinto Veloso (*apud* Wache, 2014, p.167) afirma que, apesar de a Rússia ter boas relações diplomáticas com Moçambique, o mundo atual não é guiado apenas pelas relações bipolares, mas também pela cooperação multilateral. E acrescenta que, apesar de não existirem ações concretas de relações econômicas e investimentos empresariais entre os dois países, iniciaram-se conversações com vistas a dinamizar tais relações comerciais. Hoje se constata uma retomada de diálogo entre os dois países que permite a Wache evidenciar, a partir das afirmações de Veloso, dois pontos: primeiro, que, apesar do abrandamento das relações entre os dois países, a Rússia não abandonou Moçambique; segundo, as relações criadas no contexto das aflições políticas estão ganhando novo significado, desta vez no campo econômico.

Não obstante a preferência pelo modelo de intervenção militar por parte da Rússia, este país e seus homólogos dos BRICS defendem a superioridade dos princípios básicos internacionais. Por exemplo, defendem a multipolaridade, ou seja, a distribuição de poder dentro de um sistema internacional. Para Wache (2014), a unipolaridade é inaceitável, e a dominação, inadmissível.

A partir dos anos 2000, Putin percebeu que o valor da África não é só econômico, mas também estratégico e geopolítico para contrabalançar a unipolaridade e hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA). Foi assim que o presidente russo reiniciou o processo de reaproximação com o continente africano. Como indica Collins (2013), em 2000, o governo de Putin redesenhou sua política externa com a África em geral e com Moçambique em particular, ao perceber que o continente é um interlocutor válido para luta pela construção de um sistema internacional multipolar capaz de instaurar uma nova ordem mundial. Nesse contexto, em 2013, a Federação Russa mantinha relações diplomáticas com todos os países da África Subsaariana e tinha embaixadas em 33 países dessa região; ressalta-se, também, que 32 embaixadas de países africanos funcionam em Moscou. O autor continua apontando a remoção da

unipolaridade e construção do sistema multipolar como fatores que fizeram com que a Rússia apostasse na diplomacia econômica com a África sob três esferas: investimento direto estrangeiro, comércio e perdão da dívida. (Wache, 2014)

Apesar de o argumento de Wache apontar o interesse russo em melhorar as relações com os seus países vizinhos, em nível econômico não foram encontradas evidências desse esforço, talvez porque, como acontece com Moçambique, os países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) não satisfaçam o quesito de busca de eficiência à dimensão do interesse russo. Isso porque a classificação de Alves (2014), por exemplo, sobre o ambiente de negócio nesses países permite agrupá-los em três: i) no primeiro grupo está a Geórgia, cujo ambiente de negócios tem se aproximado do padrão prevalecente nas economias desenvolvidas ocidentais; ii) no segundo grupo estão, no extremo oposto e negativo, a Bielorrússia, Moldávia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão, que necessitam de uma série de reformas para melhorar seus ambientes de negócio; e iii) o grupo intermédio, que tem grandes deficiências de controle de corrupção e é composto por Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão e Quirguistão. Em termos de atratividade do mercado interno, como a disponibilidade de mão de obra qualificada e de baixo custo, a qualidade da infraestrutura e a disponibilidade de recursos naturais, Alves, com base nos dados do *ranking* global, posiciona os países da CEI na seguinte ordem: os países posicionados na metade inferior são Ucrânia (22^a), Bielorrússia (27^a), Cazaquistão (33^a), Geórgia (104^a), Quirguistão (108^a), Moldávia (122^a), Tadjiquistão (131^a) e Armênia (136^a). Em função do quadro literário predominante, que defende boas condições de negócios como fator crucial, os dados acima sugerem baixa atratividade do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). De fato, Alves (2014) aponta que os países da CEI respondem por uma parcela ínfima do IDE recebido pela economia russa, menos de 0,5% dos US\$493,4 bilhões em 2010.

Dessa análise, ressalta-se a ideia de que não são fatores econômicos que explicam o interesse russo pelos países da CEI, mas, sim, fatores geopolíticos, geoestratégicos e de segurança regional. Wilhelmsen e Flikke (2011) sustentam esse argumento ao apontar que as novas relações entre China e Rússia têm em vista reduzir a influência dos EUA na Ásia Central. Paralelamente às questões de segurança, como afirmam os autores, a Rússia, por meio da sua empresa Gazprom, recuou ao período soviético e retomou a instalação dos *pipelines* de gás para se manter como maior provedor até 2028. Foi assim que a Rússia incrementou seus investimentos nas áreas de hidrocarbonetos energéticos na Ásia Central, principalmente entre 2001 a 2004. Os autores apontam

que, com o crescimento da influência russa na região, garante-se o controle pelo gigante euroasiático dos recursos marinhos, e isso permite o alcance dos objetivos estratégicos de reduzir a influência dos EUA na região.

O poder da Rússia em termos de recursos naturais e, sobretudo, energéticos, é apontado por Collins (2013) como o fator que explica a falta de motivos para a internacionalização de suas empresas. Mesmo reconhecendo o peso desse argumento, o IDE russo nos países da CEI, ou seja, ex-integrantes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), é marginal. Guiado pela teoria econômica de procura de melhor ambiente de negócio, o IDE russo se concentrou mais no mercado ocidental do que no seu entorno e pouco menos na África e América Latina. Estimativas de Vehtra (2009 *apud* Ipea, 2011, p.4) apontam fusões e aquisições de 78%, entre 2005 e 2008, envolvendo empresas russas no ocidente.

Destarte, a Rússia é o maior país mundial em termos de extensão, com 138 milhões de pessoas em 2011 – nono maior em termos populacionais, como mostra Woehrel citado por Wache (2014). Adicionalmente, de acordo com o mesmo autor, a Rússia detém 30% do total das reservas de gás natural mundial e produz cerca de 10% do petróleo comercializado em nível global. As indústrias tanto de gás quanto de petróleo são majoritariamente controladas pelo governo russo.

Como mostram os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2011), até 2008, quando o IDE mundial apresentava uma retração de 14,9%, os investimentos russos no mundo aumentaram 22,2%, tendo lançado US\$60 bilhões no mesmo período. Embora o período de glória do investimento russo no exterior, que se iniciou em 2000, tenha entrado em crise em 2009 ao registrar uma contração de 17,9%, quando comparado ao de 2008, ele continuou elevado em relação à queda de 42,9% do IDE mundial. Igualmente, o IDE russo se recompôs ao registrar um crescimento de 12,2% em 2010, ou seja, atingindo os níveis de 2008. Na mesma perspectiva, Collins (2013), por exemplo, aponta que o IDE russo saiu dos US\$1,2 bilhões em 1998 para US\$12,7 bilhões em 2005. Em 2006, a Rússia alcançou a cifra de US\$23,1 bilhões e, em 2007, quase duplicou o valor anterior ao atingir US\$45,9 bilhões.⁶

Os dados acima apresentados permitem perceber, como já foi dito, que não são os problemas de escassez de capital financeiro e muito menos de interesse pelos assuntos do seu entorno que explicam os ínfimos investimentos russos

⁶ Apesar das relativas discrepâncias dos dados das duas fontes, Ipea (2011) e Collins (2013), o que se deve entender é que o IDE russo cresce no período em referência.

em Moçambique. Mostram ainda que os recursos naturais que o país usa como sua “bandeira” são os que a Rússia detém em quantidades bem superiores às suas. A partir dessas evidências, pode-se inferir que a retomada das relações de cooperação Moçambique-Rússia, ainda que a retórica oficial aponte o enfoque econômico, continua orientada para o âmbito político. Porém, a Rússia tem incentivado os países da organização BRICS a alargar sua influência sobre os países do Sul por meio da internacionalização das suas empresas, com maior destaque para as da indústria extrativa e energética. Os demais países dos BRICS colocaram, conjuntamente, no período entre 2000 a 2014, US\$8,2 bilhões em Moçambique, se apenas usarmos os dados do CPI e Gazedá.

Da análise acima, fica como corolário a ideia de que Rússia detém potencial político, diplomático e econômico para realizar investimentos diretos em Moçambique, mesmo na presença dos gigantes ocidentais. Isso permite inferir que não são esses fatores que explicam seu desinteresse, mas, sim, fatores geopolíticos, geoeconômicos e geoestratégicos. Ou seja, não é o problema de poder econômico e político, ou ainda de capital financeiro, que impede que a Rússia realize investimentos em Moçambique, mas, sim, de que seus objetivos estratégicos podem não ser maximizados. Disso resulta a ilação de que o problema de ínfimos investimentos russos é estratégico, e não econômico.

Investimento direto da Rússia em Moçambique

De acordo com Wache (2014), em 2007, Rússia e Moçambique concordaram em dinamizar as relações de cooperação econômica nos domínios de exploração geológica, mineração, siderurgia, petroquímica, pesca, projetos de energia e infraestruturas, formação e capacitação institucional. Não obstante esses acordos, dados sobre investimentos diretos russos em Moçambique são escassos pelo menos a partir do CPI e do Gazedá. As únicas notas disponíveis com base nos dados do CPI apontam para investimento russo global de US\$3,2 milhões em três projetos que geraram 162 novos empregos – investimentos realizados apenas em 2000 e 2009. Esses dados colocam a Rússia numa classificação mais baixa, ou seja, na situação de menor investidor, quando comparado o país com o volume dos investimentos dos demais países dos BRICS em Moçambique.

O investimento russo em Moçambique representa 4% do total dos investimentos diretos dos demais países dos BRICS. No seio da organização BRICS, a RSA, com 52% do investimento, ocupa o primeiro lugar com US\$4,2 bilhões, seguida pela China com 25%, o Brasil com 11,7% e, finalmente, a Índia com 7,3%.

Embora não seja objeto de estudo deste artigo, é importante sublinhar que os investimentos diretos da Índia em Moçambique geram mais empregos do que os dos demais países dos BRICS.⁷ Por exemplo, a partir dos dados do CPI e Gazedá, foi possível calcular por cada um milhão de dólares norte-americanos quantos novos empregos são gerados, se mantidos todos os determinantes do emprego, e verificou-se que a Índia gera cerca de 150 novos empregos. A China, com 132 novos empregos em cada um milhão de dólares, segue em segundo lugar, e em terceiro vem a RSA com 63. É verdade que os setores de investimentos e o fator tecnológico são bem diferentes, porém, era de se esperar que Índia e China, que concentram 54,1% e 47,3%, respectivamente, do seu investimento direto em Moçambique na indústria, gerassem menos empregos. Essa impressão se apoia no fator tecnológico, considerando-se o setor de recursos minerais, mas tudo indica que é preciso desagregar os dados do CPI e Gazedá sobre os vários ramos da indústria para verificar as áreas específicas nas quais esses dois países investem realmente. Presume-se que sejam setores de baixa intensidade tecnológica e, por conseguinte, de alta intensidade de mão de obra.

Retomando as relações de cooperação Moçambique-Rússia, é importante afirmar que, considerando-se como base de comparação o PIB russo, constata-se que este é maior que o indiano e sul-africano. Além disso, em 2009, a Rússia foi um dos maiores exportadores do IDE no seio das economias emergentes. Esteve atrás apenas de Hong Kong e à frente do Brasil, da Índia e da China, ou seja, foi o maior investidor externo no seio dos BRICS. (Ipea, 2011)

A partir dos dados do CPI e do Gazedá sobre investimentos diretos russos em Moçambique, que representam apenas 4% da soma total do IDE dos BRICS, podem-se levantar alguns questionamentos: quais os fatores que podem explicar os incipientes investimentos diretos russos? Este estudo reconhece a bipolarização dos fatores, isto é, do lado moçambicano e russo.

Do lado russo, Collins (2013) aponta que, desde a adoção do modelo da economia de mercado após o colapso da União Soviética em 1991, a Rússia se transformou em um país moderno, que tem se firmado como um dos gigantes econômicos com base em dois fatores: abundância de recursos naturais e setor privado bem capitalizado. O autor acrescenta que a Rússia detém recursos naturais em abundância. Esse fato fez com que as políticas governamentais inicialmente (anos 1980) fossem restritivas à expansão do capital financeiro pelo mundo. Ele indica que tais políticas restritivas têm se mostrado,

⁷ Esses dados são parte da tese de doutorado de Mabucanhane pelo PPFH/UERJ, e foram calculados a partir dos dados do CPI e Gazedá.

atualmente, ineficazes, e a sua ineficácia das políticas restritivas é associada ao fato de as empresas reconhecerem que, em uma situação de ambiente interno de turbulência econômica, sua salvação dependeria do mercado externo, o que lhes levou a criar conexões. Collins (2013) diz, ainda, que esse fato obrigou o governo a iniciar reformas econômicas para que o ambiente interno fosse favorável ao negócio e pudesse atrair investimentos, sejam eles nacionais ou externos. Mais do que uma política restritiva de expansão das empresas, o governo começou a alocar, de acordo com a fonte, capital financeiro e a apoiar a internacionalização das empresas. É assim que, em 2001, o banco da Troika de Diálogo sobre investimentos russos estimou que 40% do PIB russo era controlado pelas setenta maiores empresas do país.

Segundo Collins (2013), como consequência das políticas reformistas dos anos 80, a economia russa floresceu. Consideram-se, de acordo com o autor, políticas reformistas como a abertura ao mercado externo, em particular a entrada em 2012 na Organização Mundial do Comércio (OMC), as privatizações, que, segundo Collins, tornaram mais forte a economia russa. Desse modo, a Rússia foi capaz de manter um crescimento de 4,3% em 2010 e 2011, mesmo após a crise de 2008-2009.

O PIB russo de US\$2,4 trilhões e o PIB *per capita* de US\$17 mil, tornaram o país a sétima maior economia do mundo em 2011. Dados importantes apresentados por Collins (2013) mostram o quão relevante é a participação do setor privado e estatal na economia russa. Por exemplo, 60% do PIB russo provêm de serviços que contam com 60% da força de trabalho. Adicionalmente, a Rússia está melhor posicionada em termos de exportação de capitais financeiros, e no seu mercado foram investidos, no final de 2011, US\$315 bilhões, um investimento cotado como o décimo sexto maior do mundo. (Collins, 2013) Por sua vez, o Ipea mostra que, entre 2000 e 2008, o IDE russo crescia a uma taxa de 43% ao ano, muito acima dos 6% de crescimento do IDE mundial. Nesse período, a Rússia lançou para o mercado global US\$170,7 bilhões, tendo as fusões e aquisições se situado em US\$55,9 bilhões entre 2005 e 2008. O Ipea (2011) mostra ainda que a internacionalização das empresas russas ocorreu no final da desaceleração e estagnação da economia a partir de 2000. Esse fato é consequência, segundo Collins (2013), das políticas reformistas, as chamadas *Eagle multinationals*, que se concentravam majoritariamente no setor de energia e começaram a estabelecer sua presença internacional em pouco tempo de existência, quando comparadas com firmas ocidentais. Impulsionadas não só pelo elevado preço de *commodities*, mas, também, pelas novas políticas empresariais

do Estado russo, as empresas transnacionais iniciaram um processo agressivo de internacionalização.

As privatizações em Moçambique, nos anos de 1980, constituíram um fracasso abismal, dado que a elite moçambicana, descapitalizada, tomou as empresas públicas mesmo sem experiência empresarial de gestão. Além disso, a elite política de Moçambique, a despeito do dilaceramento do país pela guerra civil e pela seca alternada com cheias cíclicas, confiava na propaganda ocidental de que a escassez de recursos era a razão do subdesenvolvimento. O resultado dessa confiança gerou uma pesada dívida externa que não só arruinou os cofres do Estado em serviços desta, ao lado de assistência técnica, como também provou que tais empréstimos eram a causa primeira da penúria moçambicana, incapazes de engendrar, por si mesmos, o desenvolvimento socioeconômico.

Retomando a questão do IDE russo, Barka e Mlambo (*apud* Gracia, 2016) apontam, por exemplo, que, entre os países africanos, os investimentos do gigante euroasiático colocam Moçambique numa situação marginal. Volumosos investimentos da petrolífera russa Lukoil estão presentes na Costa do Marfim e em Gana, bem como da mineradora de diamantes Alrosa e Sintez em Angola, Namíbia, República Democrática do Congo e África do Sul. A fonte aponta ainda que a estatal Gazprom explora gás natural na Argélia e detém parte da petrolífera argelina Sonatrach, além da estatal de energia nuclear Rosatom, que está no Egito.

Como se pode notar, apesar de as empresas norte-americanas (Anadarko) e italiana (ENI) terem anunciado em 2011 a descoberta de 22.5 trilhões de pés cúbicos de gás, o que coloca Moçambique como um dos países que detêm maiores reservas de gás no mundo, uma das áreas de especialidade das empresas russas, os investimentos daquele país em Moçambique são ainda marginais.

Não existe nenhuma pretensão nem poder para forçar que a Rússia realize investimentos avultados em Moçambique em detrimento dos demais países do mundo, mas simplesmente um esforço intelectual na busca por explicações para a compreensão de como as relações de “amizade” político-militares entre Moçambique e Rússia em outro momento histórico não se transfiguraram em “amizades” econômicas. Recordemos que a participação russa na luta contra o colonialismo português em Moçambique foi decisiva, de tal forma que o seu atual silêncio na área econômica deve ser pesquisado. Existe uma consciência firme de que os investimentos russos em Moçambique seguiriam o mesmo padrão neoliberal de pauperização e espoliação das comunidades, mas é muito importante procurar as causas do menor interesse do gigante euroasiático em

investir em Moçambique. Também é necessário refutar a ideia dominante que aponta problemas financeiros por parte da Rússia para não realizar investimentos. O certo é que a Rússia realiza investimentos por outras partes do mundo, mas ainda não tem maior interesse em investir em Moçambique. Para este artigo, o que explica o desinteresse russo em investir em Moçambique são fatores estratégicos de orientação política e econômica. Ou seja, quanto aos maiores recursos que colocam Moçambique no mapa mundial ou que constituem atrativos para investimentos, a Rússia os detém em maiores quantidades no seu território e, provavelmente, não está interessada em entrar em disputas com os países ocidentais. É igualmente provável que, em termos estratégicos, a Rússia não encontre vantagens políticas e econômicas para os seus interesses. Desse modo, se os interesses geopolíticos e geoestratégicos não são atualmente satisfeitos por Moçambique no âmbito de investimentos, é de esperar que a Rússia não se coloque numa situação de disputar os gigantes ENI, Anadarko, ExiMobil, entre outras empresas que exploram gás e petróleo na bacia do Rovuma, província nortenha de Cabo Delgado, em Moçambique.

Considerações finais

A Rússia detém potencial político, diplomático e econômico para realizar investimentos diretos em Moçambique. É provável que, para a Rússia, investir em Moçambique, ainda que seja viável sob ponto de vista econômico, possa não ser estrategicamente bom, sobretudo porque o contexto político atual é bem diferente do dos anos 60, especialmente durante a Guerra Fria, caracterizada pela corrida em busca de aliados militares e difusão das ideologias comunista por um lado e capitalista por outro. Atualmente, esse movimento está quase adormecido, o que permite uma relativa rivalidade política entre as grandes potências. Essa calma deveria, de acordo com o argumento deste artigo, gerar elos de cooperação entre países estratégica e geopoliticamente diferentes.

Há, ainda, outros fatores que explicam o serenar das relações entre os dois países, uns relativos à Rússia e outros a Moçambique. Wache (2014), por exemplo, aponta as preocupações econômicas decorrentes da desintegração da URSS e o interesse de fortificação das relações com os países vizinhos como alguns fatores. Não obstante essa realidade, a Rússia foi, nos anos 2000, um dos maiores exportadores de capitais financeiros, sobretudo para o Ocidente.

Percorridas cerca de quatro décadas de empréstimos e administração de dívidas e miséria, apesar de atualmente haver investimentos, Moçambique continua a ser classificado como um dos países mais pobres do mundo.

É pouco provável que consiga engendrar desenvolvimento social com base em capitais financeiros que não gerem infraestrutura econômica, autonomia financeira, mas que, na verdade, garantem apenas o direito de sobrevivência por meio do alargamento da dependência externa.

Referências Bibliográficas

ALVES, A.G. de M.P. As relações de investimento direto entre a Rússia e os países do seu entorno. In: _____. (Org.) *Os BRICS e os seus vizinhos: investimento direto estrangeiro*. Brasília: Ipea, 2014, p. 171-236.

BIELSCHOWSKY, R. Formação de capital no ambiente das reformas econômicas brasileiras dos anos 1990: uma abordagem setorial. In: BAUMANN, R. (Org.) *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus/Cepal, 2000, p. 143-182.

COLLINS, D. *The BRIC States and outward foreign direct investment*. Reino Unido: Oxford University Press, 2013.

DE MORAIS, I.N. ProSavana e os riscos omitidos na produção sob contrato. In: MOSCA, J. et al. *Aspectos da competitividade e transformação do sector agrícola em Moçambique*. Maputo: Escolar, 2014, p. 63-84.

DOS SANTOS, T. *Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

EMBAIXADA DA RÚSSIA EM MOÇAMBIQUE. As relações diplomáticas entre Moçambique e a Rússia. Disponível em: <<http://mozambik.mid.ru/>>. Acesso em: 13/7/2016.

FERNANDES, F. A reconstituição da realidade nas Ciências Sociais. In: _____. e IANNI, O. *Sociologia ética e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FINGERMANN, N.N. *A cooperação trilateral brasileira em Moçambique. Um estudo de caso comparado: ProAlimentos e ProSavana*. Tese de doutorado. FGV-SP, 2014.

GAZEDA. Projetos de Investimento Aprovados pelo Gazed, 2009-2014. Maputo, 2015.

GRACIA, A.S. *BRICS na África? Mais do mesmo? Um estudo comparativo dos acordos de investimentos dos BRICS com países africanos*. Brasil: Pacs, 2016.

_____. et al. *A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique*. Brasil: Pacs, 2012.

HANLON, J. *Paz sem benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Moçambique: Livraria Universitária, 1997.

INE. Anuários estatísticos. Maputo, 2000 a 2014.

INOUE, C.Y.A. e VAZ, A.C. Brazil as “Southern donor”: beyond hierarchy and

national interests in development cooperation? In: *Cambridge Reviews of International Affairs*, v.25, n.4, dez. 2012, p.507-534.

IPEA. *Ameaça ou oportunidades: desdobramento da crise financeira global para as empresas transnacionais russas*. Brasília, 2011.

JAFAR, J.S. Análise sócio-histórica sobre a Guerra Civil em Moçambique, 1976-1992: uma abordagem holística. In: *Working Papers*, n.6, 2014.

LUNDIN, I.B. Política Externa do Brasil. In: WACHE, P.M. et al.. *As Potências Emergentes na Construção da Multipolaridade Inclusiva: Uma Abordagem Comparativa das Políticas Externas dos BRICS*. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), 2014.

MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Coordenação e Eficácia da Ajuda em Moçambique*. Maputo, 2013.

MITANO, F. et al. Direito à saúde: (in) congruência entre o arcabouço jurídico e o sistema de saúde. In: *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v.24, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692016000100314&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 17/7/2016.

MOREIRA, S.B. e CRESPO, N. *Economia do desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos do desenvolvimento*. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/>>. Acesso em: 15/12/2015.

PATRIOTA, A. de A. et al. *Teoria das relações internacionais*. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <<http://funag.gov.br/>>. Acesso em: 22/5/2017.

WACHE, P.M. Política externa da Rússia. In: *As potências emergentes na construção da multipolaridade inclusiva: uma abordagem comparativa das políticas externas dos BRICS*. Maputo: ISRI, 2014.

WILHELMSEN, J. e FLIKKE, G. *Chinese-russian convergence and Central Asia*. Department for Russian and Eurasian Studies, Norwegian Institute of International Affairs. Disponível em: <<http://www.dx.doi.org/>>. Acesso em: 13/5/2015.

Espacialidade e dimensão da acumulação capitalista em Mato Grosso na década de 1970 no contexto da ditadura civil-militar

*Roberto Arruda**

Introdução

A análise histórica, reconstruída a partir das transformações ocorridas na década de 1970, em Mato Grosso, pretende indicar os elementos constituintes da dimensão da acumulação capitalista – em escala expansível e intensificada na particularidade pesquisada. Objetiva dimensionar o espaço como categoria inerente ao modo de produção capitalista como elemento que atua sob determinados aspectos, entre os quais, anular o tempo em relação ao espaço para possibilitar a espacialidade do capital e sua dinâmica de acumulação econômica.

O campo teórico-metodológico ocupou-se em compreender como as contribuições de Harvey possibilitam “ligar, teoricamente, o processo geral de crescimento econômico com o entendimento explícito de uma estrutura emergente de relações espaciais”. (2005, p.41) Do campo empírico, tomou-se o processo da espacialidade e ocupação do território de Mato Grosso, especialmente a escala e a periodicidade de expansão do capitalismo ocorrida na década de 1970, para correlacioná-la à teoria da acumulação capitalista e à estrutura espacial, discutidas na teoria de Marx (2013), na “lei geral da acumulação capitalista”. Este estudo propõe ainda analisar os circuitos da economia e a ação do Estado, a partir das discussões de Santos (1979).

Da produção da crítica, assinala-se como contexto a ditadura civil-militar, uma simbiose entre o capital e seu modo de produção e dominação sobre o território – elemento da totalidade do processo de acumulação do capital – com setores de colonização privada que criaram tipos específicos de ordenamento do território, via que possibilitou a manutenção das atuais estruturas de expansão e acumulação na região.

* Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor assistente da Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *campus* de Sinop. Pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Educação e Práticas Sociais (GEPTEPS/UNEMAT). Pesquisador no Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE/UERJ/UFF/EPSJV/FIOCRUZ). Diretor político-pedagógico e financeiro (DPPF) da UNEMAT, *campus* de Sinop.

Na década de 1980, tal processo é referendado por setores ligados ao capital agroindustrial que passaram a atuar sobre o território reificado, impondo esse modelo de desenvolvimento econômico como o único possível para a região, sem, contudo, levar em consideração os supostos de contradição presentes nos polos antitéticos de sua realização: no polo do crescimento econômico, acumulação; e, no polo das relações de produção, demandas de classe e conflitos socioeconômicos.

Da pretensão analítica, remete-se ao debate sobre o ordenamento do território no estado e às transformações sobre o espaço urbano e rural como campos de definição e institucionalização de políticas públicas, considerando-se a escala local e global, tendo-se o espaço geográfico como dimensão constituinte das relações sociais e do modo de produção. (Brandão, 2007)

A espacialidade do capital no território mato-grossense

No caso concreto, recorremos ao processo histórico para reconstruir o movimento do capital e aproximá-lo das categorias de análise presentes na transformação da espacialidade do território de Mato Grosso, o que provocou modificações moleculares no espaço rural e urbano, em particular a partir da criação de novos municípios na década de 1970. Esse conjunto de categorias nos aproxima dos processos de integração e organização da dinâmica do espaço, correlacionando-os com a espacialidade e a dimensão da acumulação capitalista, em escala expansível e intensificada, que pressupõem a existência de determinadas condições específicas para que a ação do Estado atenda a determinadas necessidades de integração do território incursas no cenário nacional.¹

No caso analisado, os fatores decorrentes da ação dos governos da ditadura militar na década de 1970 desdobram-se de um conjunto de práticas sistemáticas, dando origem ao reordenamento do território mato-grossense, o que facilitou a ocorrência de fluxos migratórios do sul do país ao estado, alterando a geografia natural da região de Cerrado, da Mata de Transição e da Floresta Amazônica. A ação que originou a mudança da paisagem natural, associada à antropização,² está para além da aparência fenomênica concebida pela economia de mercado como natural.

Há um conjunto de fatores de organização estrutural que incidiram de forma intencional, programática e orientada pela política de “integração

¹ Para mais informações sobre o que se denominou de “integração nacional”, ver: Programa de Integração Nacional (PIN) e Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I, II e III).

² Ação intencional do homem sobre o ambiente, transformando-o ou absorvendo-o como modo de vida.

nacional” patrocinada pelos governos militares, cuja correspondência se associa ao circuito inferior da economia e à prática de dispersão econômica sobre o território. A decorrência da suposta integração nacional sobreveio de forma deliberada e com desmedida exploração da biodiversidade natural, como se pode observar na transformação da geografia e espacialidade do território, submetido aos interesses da acumulação capitalista.

A essa prática social atribui-se um caráter distintivo, em particular na organização e intervenção sobre o território, o que acendeu deslocamentos migratórios do sul do país destinados à apropriação dos espaços supostamente vazios no Mato Grosso. Essa ação tem efeito qualificado para acumulação, concentração econômica e demográfica implicadas em práticas que seguiram a economia de mercado.

Se, por um lado, a modernização tecnológica pressupõe a ação do Estado sobre os fatores de concentração e dispersão, por outro, no Mato Grosso os fatores de concentração foram manifestos, num primeiro momento, por meio da dispersão caracterizada pelos deslocamentos migratórios de contingentes populacionais em boa medida, com aptidão ao manejo do campo, isto é, famílias tradicionalmente afeitas à agricultura de subsistência.

Aquele conjunto migratório, ao adquirir a posse sobre o território, percebe-o como bioma diverso. Dá-se, então, início a uma longa exploração, com a extração da madeira, antecedida pela implantação de inúmeras serrarias que se utilizaram da forma básica sobre o espaço: a predatória de larga escala.

Observa-se que não se trata da construção de solidariedades orgânicas, mas da realização do indivíduo egoísta³ na relação do homem sobre a natureza, utilizando-se do território como elemento da espacialidade econômica como pressuposto para acumulação capitalista, acompanhada da fase seguinte: a agricultura em grande escala. Essa dinâmica deu-se em curto espaço de tempo e foi transformada em outra atividade econômica em função do esgotamento da biodiversidade, metamorfoseando-se em produção agrícola em larga escala. O modo capitalista de produção pressupõe acumulação desmedida e inconsequente, explora o espaço natural ao limite de seu esgotamento, transformando-o em outra atividade econômica com os mesmos objetivos.

³ As individualidades intensificaram a relação de classe, acirrando as contradições: num polo, organizam-se os que se autodenominaram representantes do setor produtivo, uma clara forma de resistência e construção coletiva; no polo oposto, estão os representantes dos sindicatos de trabalhadores, movimentos populares, igrejas de confissão progressista, partidos políticos de esquerda, estes últimos pouco densos e com baixa inserção social.

A esse respeito, Marx (2013) já nos diz sobre o processo inverso que ocorre no campo, no grau em que a produção capitalista se apropria da agricultura em larga escala, prática que gera concentração econômica com centralização das grandes propriedades a poucos, trazendo como consequência uma baixa concentração demográfica, dada a espacialidade do território ocupado.

No entanto, na fase seguinte às atipicidades fenomênicas da transformação do território pelo capital no Mato Grosso, verifica-se outro circuito que diz respeito ao ordenamento: a criação de centros urbanos – inúmeras cidades passaram a levantar em torno da transformação da geografia do campo, o que possibilitou implementar uma geografia urbana. Observa-se a fundação no meio do “nada” de inúmeros municípios, os quais passaram a concentrar pequenos e médios centros urbanos, com dispêndio de infraestrutura mínima necessária, num curto espaço de tempo.

A esse fenômeno podem-se atribuir outros desdobramentos, como o crescimento relativo da população de Mato Grosso, considerando-se que esse movimento ocorreu por meio de fluxos migratórios, e não pelo crescimento absoluto. Entretanto, levando-se em consideração a própria ação do homem sobre o território, evidencia-se que nem todos conseguiram um pedaço de terra para denominar como propriedade privada, dinâmica que se desdobra na fase seguinte da espacialidade do território no estado, com o aparecimento da população relativa.⁴

A esse respeito, recorreremos novamente a Marx, quando menciona “diferentes formas de existência da superpopulação relativa” na discussão da “lei geral da acumulação capitalista”:

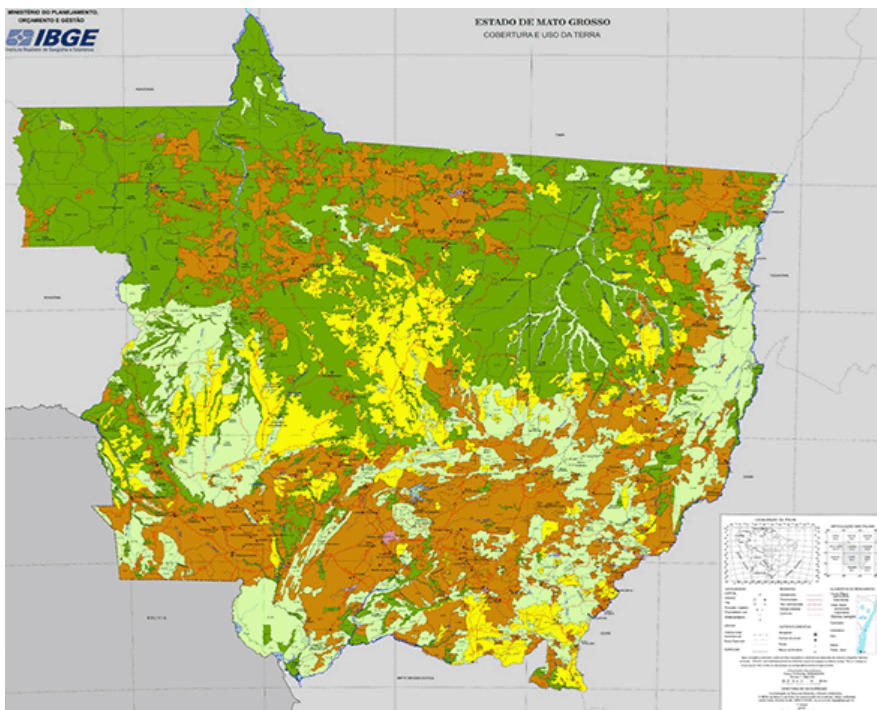
Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou de acordo com o grau em que se tenha apoderado dela, a demanda de população trabalhadora rural decresce em termos absolutos na mesma proporção em que aumenta a acumulação do capital em funcionamento nessa esfera, e isso sem que a repulsão desses trabalhadores seja complementada por uma maior atração, como ocorre na indústria não agrícola. Uma parte da população rural se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro,⁵ e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa metamorfose. (2013, p.872)

⁴ Denominada de densidade demográfica ou densidade populacional, opera pela razão entre a população absoluta de um determinado território e a área onde essa população está distribuída.

⁵ No sentido de toda indústria não agrícola.

Assim, nas diferentes fases a que foi submetida a espacialidade do território no estado, a dimensão da acumulação capitalista está sempre presente, manifesta-se em escala expansível e intensificada, como se observa na atual fase de modernização da agricultura e das técnicas de trabalho no campo. Esse processo é incidente sobre o território modificado e evidenciado no Mapa da Cobertura e Uso da Terra do Estado de Mato Grosso, para o ano de 2013, ferramenta elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Figura 1
MAPA DA COBERTURA E USO DA TERRA EM MATO GROSSO – 2013



Disponível em: <<ftp://geoftp.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17/5/2017.

A composição do bioma mato-grossense (Cerrado, Pantanal, Mata de Transição e Floresta Amazônica) combina diversas atividades econômicas ligadas ao manejo do campo. A característica diversificada da composição do bioma no estado possibilitou ao capital se expandir e intensificar em escala local e global, ambas correspondentes ao processo de acumulação.

Na escala local, o território é tomado por centros urbanos predominantemente ocupados com atividades econômicas regionalizadas ligadas ao uso e à exploração da terra como recurso à produção de bens primários. Uma característica da escala local é que as atividades econômicas do estado são subdivididas em serviços e produção do campo, com baixa produção industrial. Em específico, a vida material no campo é apoderada pelo modo particular da produção capitalista – a em larga escala –, com consequente parcelamento e concentração do território.

Em mais de 40% do território, a atividade predominante é a pecuária⁶ de corte e exportação. Da análise dessa particularidade presente na dinâmica de acumulação capitalista de Mato Grosso, compreende-se que sua inserção está ligada ao circuito inferior da economia, muito embora a aparência do fenômeno possa demonstrar certa organização do espaço; todavia, esses mecanismos são incapazes de acessar toda a escala de produção do capital, especialmente pela produção destinada à exportação.

A ocupação do território dá-se também pelo uso e concentração para a produção de grãos, especificamente a partir da localização dos divisores das bacias do Prata e da Amazônia, respectivamente, fim das terras de transição e início do Cerrado mato-grossense, localização dos municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop e, na regiões sudoeste, dos municípios de Campo Verde e Primavera do Leste.

Na sua configuração em escala, o capital associou-se a difusos interesses de classe, componente do conflito social que esconde o principal da contradição sistêmica. Exemplos desse modo particular no estado são os constantes enfrentamentos provados entre os possuidores das grandes extensões de território (ávidos e gananciosos por mais território, subsumido ao modelo único de produção) e as composições orgânicas e solidárias das populações tradicionais, indígenas, famílias assentadas, movimentos de trabalhadores da agricultura orgânica e das mulheres, uma resistência para embate sistêmico, com ações objetivas perante o governo central para regularização dos assentamentos, titulação de pequenos proprietários da agricultura familiar, demarcações e regularização do território com respeito às terras indígenas e às Áreas de Proteção Ambiental (APA).

Os fluxos migratórios ocorridos a partir da década de 1970 acirraram o componente de classe e modelaram a paisagem do território, transformando-o em microrregiões, com baixa densidade demográfica, rica em biodiversidade

⁶ Atividade presente no sul do estado, com concentração de cadeias frigoríficas, no nordeste do estado, na região do Rio Araguaia, e, no Norte, mais especificamente entre os municípios de Alta Floresta e Nova Bandeirantes.

florestal e amoldada ao modo de produção capitalista que, por sua vez, exigiu do estado melhorias nas condições de produção da vida material, com oferta de novas vias de transporte e comunicação para acesso e manutenção da integração do território.

Em específico, destaca-se que o modelo de colonização privada do município de Sinop é resultante do próprio modo capitalista, na relação homem-natureza, de subjugar-la para explorá-la ao extremo. Em decorrência dessas ações, o governo central brasileiro, na década de 1970, construiu a BR-070, uma via aberta que liga o sul ao norte do estado, atingindo o Cerrado e a Floresta Amazônica, exercício concomitante ao deslocamento migratório populacional, fator preponderante que determinou um conjunto de novas realizações para apropriação da biodiversidade, tomada como recurso natural e transformada em valor de capital, mercadorias que entraram em circulação como mercadorias *in natura*.

Breve abordagem sobre a teoria da acumulação

Do estudo cuidadoso sobre a teoria da acumulação de Marx (2013), expressa no que denominou de “a lei geral da acumulação capitalista”, assim como no conjunto das suas obras, o autor reconhece que a acumulação do capital ocorre num contexto geográfico e que, do seu crescimento virtuoso, cria estruturas específicas para sua realização. O que interessa ao proprietário do capital investido é a valorização do valor, operação realizada pela compra dos meios de produção que, por sua vez, realizam a função de agregar mais-valor ao capital inicial investido. Essa dinâmica que o capital assume Marx designou como o processo de acumulação capitalista, ou seja, o capital valoriza-se, na medida em que se reproduz, nas mesmas condições em que gera valor absoluto, que só é possível pela expropriação da mais-valia absoluta da força de trabalho que lhe agregou valor.

No entanto, o capital necessita de um tempo e um espaço determinados para produzir mais valor, dinâmica que se dá pela sua compra, subsumida ao modo de produção capitalista, o que implicará a extensão de ambos aos limites do desenvolvimento técnico das forças produtivas do capital. Marx enfatiza que esse processo dinâmico está no centro das coisas e que a acumulação só se realizará plenamente pela otimização do tempo na mesma proporção em que o espaço é também dilatado para além do território. Dito de outro modo, trata-se da “anulação do espaço pelo tempo”, questões abordadas por Marx (2013), em primeira instância, na teoria da acumulação capitalista e posterior-

mente aprofundada na teoria do imperialismo. Essas duas leis que regulam as coisas condicionam as relações sociais e espaciais à dinâmica capitalista: em sentido duplo, ora explicitado a partir do espaço, ora do território, ou de ambos, tendo como objetivo final “anular o espaço pelo tempo”. (Harvey, 2005, p.51) O ponto da discussão central nesse debate está em abordar o modo da acumulação capitalista, compreendida e intencionalmente produzida na realização do capital, que subsume o trabalho e o território ao mesmo modo de produção – o modo de produção capitalista.

O movimento que o capital exerce tanto sobre as forças produtivas de trabalho vivo quanto sobre a constituição do capital constante é determinante para a manutenção de um modo próprio de apropriação de valor extraído sobre o trabalho. À medida que a força produtiva do capital se apropria dos meios de produção e da força viva do trabalho, esse fenômeno expande-se, cria estruturas sociais e econômicas e necessita da espacialidade do território para acomodar a produção. Nesse sentido, a produção do espaço é convertida para a “produção capitalista do espaço”, constituindo, desse modo, uma geografia do capital e da sua espacialidade, como menciona Harvey.

O sentido da produção capitalista está na acumulação, pois se move sobre o território subsumido ao valor, como mercadoria, ao modo próprio da dialética capitalista, condição necessária para que o capital converta o espaço em território de produção capitalista, agindo em escala expansível. A geografia do capital segue uma dinâmica que produz o crescimento deste e se expande sobre dois aspectos conjugados: a dimensão da espacialidade e a dimensão da acumulação capitalista avançando sobre o espaço geográfico. O resultado dessa combinação gera, no polo do crescimento, uma grandeza absoluta de capital; e, no polo da força produtiva, uma grandeza absoluta proletariada, compreendida como força viva de trabalho, disponível e necessária para exercer pressão sobre a população empregada nos momentos ou fases em que são criadas determinadas crises.

Compreende-se que a acumulação e a expansão do capital se dão de forma absoluta, considerando-se que semelhante ação ocorre com o aparecimento da força viva de trabalho. São fenômenos da mesma totalidade concreta e se realizam na mesma escala expansível e intensificada, pois acompanham o aumento da acumulação capitalista. Entretanto, um desses processos acontece em termos relativos, pois quanto maiores forem o crescimento do capital e seu domínio sobre o território, maiores serão as desgraças que conseguirá gerar e espalhar sobre determinados espaços, uma vez que não distribui a riqueza

acumulada aos trabalhadores de forma equitativa. A esse respeito, Marx nos diz, enfaticamente:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* (2013, p.875)

O mecanismo utilizado para a produção social da riqueza tem seu fundamento na acumulação capitalista, capaz de suscitar polos contraditórios, que não se resolvem, considerando a natureza caótica das contradições internas do sistema, que frequentemente irrompe em crises. Marx enfatiza que o crescimento harmonioso e equilibrado do capital é meramente acidental; essa condição está sujeita a manifestações das crises, já que depende das circunstâncias de determinados momentos ou fases. Sobre o desenvolvimento do capital, Marx nos adverte que a produção, distribuição, consumo e capital reinvestido são fases da mesma dinâmica e integram a mesma totalidade com violenta tendência a gerar conflito, pois em cada fase estão contidas barreiras que podem contribuir para a não realização do capital investido.

Em linhas gerais, compreende-se que a lei geral da acumulação capitalista opera pelos meios de produção e da força de trabalho que agem sobre um espaço e delimitam sua abrangência ao modo de produção capitalista. Apreende-se dessa compreensão que, no modo de produção capitalista, os enquadramentos correspondentes da lei geral de acumulação apresentam-se em antagonismos constantes, contradição capaz de gerar tensões internas, carregadas de possibilidades para ocorrência das crises, dada a característica do sistema, baseado em escalas que pressupõem acumulação e miséria na mesma pertença.

A esse respeito, Harvey (2005, p. 42-43) destaca, de forma vinculada à teoria geral da acumulação capitalista, as estruturas espaciais, pressupostas e dependentes necessárias à acumulação, presentes nessa geografia:

- mão de obra excedente, compreendida como aspecto multifacetado e multidimensional da acumulação (produção e acumulação), movimento de consenso para gerar expansão da produção (em escalas sobre os territórios), mediante mecanismos de apoio ao aumento populacional, incentivo à geração de fluxos migratórios (com atração de elementos ocultos, tais como força de trabalho de mulheres e crianças) e a invenção de mecanismos tecnológicos que poupem o trabalho vivo e consequentemente possam criar mão de obra treinada excedente.
- Disponibilidade de capital constante e variável em quantidade necessária ao dispêndio do investimento e reinvestimento de capital.
- Mercado interno e externo capaz de consumir a produção crescente de mercadorias. Ressalta-se que, não havendo capacidade de consumo, a consequência imediata da não realização do capital manifesta-se na não circulação.

Marx nomeia em cada uma dessas fases (fundadas em fatores de risco ao equilíbrio da acumulação) os elementos centrais propensos ao aparecimento de crise ao progresso da acumulação capitalista. O equilíbrio e a racionalidade do mercado são meros aspectos de coincidência reificada, que reaparecem na forma de crises endêmicas, pois as fases com aparência fenomênica diversa integram o modo dialético da produção como totalidade concreta e se convertem nas barreiras à acumulação.

Marx destaca o pressuposto do processo da acumulação capitalista – sua natureza reificada ao modo de produção capitalista –, um procedimento passível de observação em todos os elementos da totalidade da produção capitalista à medida que a oferta da força viva de trabalho e a oferta dos meios de produção são convertidas em fases estruturantes e demandantes de força operacional treinada para sua operação, todas produzidas de acordo com o modo de produção capitalista. A isso convém adicionar que, ao final de todo o processo, não poderá produzir alternativas para além da sua principal característica, a contradição interna insanável tornada visível através dos ciclos geracionais das crises cíclicas que “podem se manifestar de diversos modos, dependendo das condições de circulação e de produção do momento”, levando em consideração a relação das crises com o espaço-tempo, como uma constante.⁷ (Harvey, 2005, p.43)

⁷ Observando o processo de acumulação capitalista mundial, após a crise do petróleo na década de 1970, verifica-se que as crises se têm tornado uma constante no capitalismo. Desse modo, é possível afirmar que as ondas de crescimento com acumulação pós-1970 estão em declínio na economia global, não sendo possível observar momentos de melhoria até os dias atuais.

No item seguinte, objetivamos delinear a discussão apoiados nas observações do campo empírico. A análise aproxima os processos de acumulação capitalista realizados sobre o território, destacando os aspectos de realização e concentração de capital como possibilidade para criar, em determinadas regiões do país, uma forma distinta, a que Santos denominou de “circuitos econômicos desiguais”. (1979, p.219) Também trataremos da ação do “Espaço-Estado” como o elemento propositivo aos interesses do capital.

Os dois “circuitos da economia”

Na investigação produzida por Santos, caracterizam-se o desenvolvimento e o modo de acumulação capitalista a partir da análise geográfica no nível macroespacial. O estudo identifica na temática sobre o território dois circuitos da economia urbana, em particular aqueles observados no Terceiro Mundo, uma discussão que enfatiza as abordagens espaciais, destacando a organização do espaço que compreende: “1) as atividades capazes de uma macro-organização do espaço; 2) as atividades incapazes de uma macro-organização do espaço”. (1979, p.219)

O autor menciona que ao Estado e às atividades do circuito moderno – os monopólios – são atribuídas atividades capazes da macro-organização do espaço, considerando a natureza e a forma que o Estado moderno assumiu. Trata-se de um campo de estudo específico que contribui para compreender o processo de acumulação capitalista e a produção da pobreza. A pesquisa remete modo de produção, em específico o modo que trata da economia política do capital, para compreender suas relações internas e como se organiza a produção capitalista. No caso concreto, Santos faz referência aos impactos espaciais dos monopólios sobre os países em desenvolvimento. Nesse sentido, salienta:

O exame da ação dos monopólios sobre a organização do espaço evidentemente não pode ser feito sem se levar em conta outros elementos como a organização e a distribuição dos transportes, o nível da industrialização, as relações de dependência internacional, a situação geopolítica. Contudo, não parece – e não somente em relação aos países subdesenvolvidos – que a análise espacial tenha levado em consideração a combinação desses elementos. (1979, p.220)

Para caracterizar o modo operacional das economias de mercado nos diferentes países, Santos utiliza as categorias “países desenvolvidos e subdesenvolvidos” e dimensiona os níveis de abrangência do domínio e correspondência com o mercado mundial. (Santos, 1979, p.219) O ponto convergente nessas

duas categorias assenta-se sobre as diferenças existentes na produção capitalista e como operam sobre o espaço nos “países desenvolvidos” e nos “países em desenvolvimento”.

Ressalta ainda que essas diferenças são observadas na composição espacial da ação dos monopólios. Seus desdobramentos sobre o espaço e o território são característicos em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Observa que, nos países desenvolvidos, as empresas com maiores dimensões em escala nacional e supranacional organizam a dinâmica de sua abrangência e se especializam na manutenção das relações internacionais, com objetivo explícito de atender às demandas de consumo e de circulação concomitantes aos países que centralizam o sistema mundial de mercado e consumo. No entanto, essa dinâmica não ocorre na mesma dimensão nos países subdesenvolvidos, dada a característica da formação do capital nacional, com tendência ao alcance do mercado local. Santos salienta que:

Do ponto de vista das condições espaciais de realização das grandes firmas, pode-se falar, nos países desenvolvidos, de uma *especialização vertical* do território. A fricção do espaço é relativamente nula e sua fluidez assegura a complementaridade funcional entre pontos diferentes em que as produções complementares se realizam. Nos países subdesenvolvidos, só se pode falar de *especialização horizontal*, com uma seletividade do espaço para os diferentes níveis de produção industrial, devido à raridade dos pontos que dispõem de vantagens locacionais significativas. Há uma tendência para as concentrações com efeitos cumulativos. A ação do Estado é exercida em todos os níveis e em todos os escalões do espaço, mas ela é única ao nível da Nação, no sentido de que, para serem eficazes, todas as outras ações são obrigadas a se adaptar, a menos que estejam em condições de comandar a ação do próprio Estado. Entretanto, do ponto de vista institucional, o Estado constitui o nível superior da armadura, o Espaço-Estado é o sistema que inclui, e do qual dependem, todos os outros. (Santos, 1979, p.220)

A ação do Estado corresponde aos processos macroestruturais de organização do espaço, agindo na realidade multifacetada da economia e intervindo sobre o modo de produção capitalista, provendo um conjunto de práticas que envolvem em primeira instância, tanto do ponto de vista formal, quanto na constituição de valor e defesa dos interesses dos monopólios, capazes de criar um mercado comum com novas demandas. Compreendendo que “a ação do Estado é exercida em todos os níveis e em todos os escalões do espaço”, atém-se ao aspecto público *versus* a ação privada do capital. (*Id.ib.*)

O caráter público do investimento estatal (construção de infraestrutura necessária para que o capital privado possa agir sobre o espaço) precede a ação dos investimentos privados. Fica explícito que o denominado “Espaço-Estado” é o “sistema que inclui, e do qual dependem, todos os outros”, como a disputa do fundo público com direcionamento para financiar e subsidiar o capital privado, com investimentos em inovação tecnológica, modernização da relação capital-trabalho e intervenção no processo de reestruturação produtiva, ações a favor do capital. Tal prática acirra o caráter classista do Estado, à medida que “tomou partido” a serviço dos proprietários dos meios de produção e subsumiu os vendedores da “força livre de trabalho”⁸ ao modo capitalista de produção.

Ainda sobre a participação do Estado no processo de modernização, Santos nos diz que:

A participação nas condições da modernização tecnológica conduz o aparelho do Estado a uma série de obrigações, seja nas relações com o mundo exterior, seja para estar em condições de responder às novas necessidades da população nacional. No primeiro caso, a necessidade de criar certos mecanismos ou instrumentos de trocas internacionais atribui ao Estado o papel centralizador no domínio da moeda, dos impostos, do comércio exterior, dos bancos. (1979, p.221)

Entretanto, o “Espaço-Estado”, uma metamorfose do capital privado, ao intervir sobre as condições da produção e a modernização tecnológica, provoca desigualdades e estreita sua relação com o capital privado, conforme atribui para si uma série de obrigações que até então eram reservadas ao capital privado. Santos ressalta:

A dimensão tecnológica dos instrumentos de trabalho e dos equipamentos que se tornaram indispensáveis à vida coletiva, ultrapassa as possibilidades individuais, e faz com que o Estado apareça como a única solução para esses problemas, tendo que intervir cada vez mais nesses domínios que, há pouco, eram reservados às iniciativas privadas. Nos mais diferentes domínios, como a educação, a saúde ou as comunicações, os transportes e a energia elétrica, o progresso e a difusão devem-se essencialmente à intervenção do poder público. (*Ibid.*)

⁸ “Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.” (Marx, 2013, p.960-962)

Nessa perspectiva, o que poderia ser planejado como entrada para o desenvolvimento comum nos países pobres se transformou, no decorrer, em barreira para que as condições de modernização e implemento tecnológico encontrassem viés alternativo, considerando que o resultado desse processo, difuso e contraditório, gera novas demandas a serem cobertas pelo Estado, pois o capital privado não as realiza. Santos acrescenta que:

Isso deve-se, em grande parte, ao impacto da própria modernização tecnológica nos países pobres. Os governos são forçados a responder tanto às necessidades reais redescobertas pelos cidadãos, como às necessidades criadas pelo efeito-demonstração e pelas mudanças da estrutura da produção no país. (1979)

Retomando as categorias analíticas que tratam dos dois circuitos da economia,⁹ compreende-se que a dimensão do espaço é organizada de duas formas: como fatores de concentração e como fatores de dispersão. Cabem às estruturas monopolísticas a função de “concentração do espaço” e ao consumo a “função de dispersão”. Em meio a essa dualidade de práticas, encontra-se o Estado, determinado a atuar como suporte para atender às demandas das estruturas dos monopólios, ofertando na espacialidade do território um conjunto de equipamentos e serviços infraestruturais que beneficiem a concentração econômica e demográfica em escala expansível.

Do ponto de vista da dispersão, a ação do Estado insere-se no conceito formal da política – o planejamento se torna estratégico –, um mecanismo destinado a atender motivadas demandas sobre o território. Assim, orientada politicamente sobre o conceito de dispersão, a ação do Estado será distribuir equipamentos de natureza social (construção de centros de atenção à saúde básica/complementar, equipamentos de educação – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior) que tendem a potencializar qualitativamente uma determinada região.

Por outro lado, se a orientação política do Estado for seguir o fator de concentração econômica e demográfica, a tendência será equipar o território com infraestrutura destinada aos monopólios, situação que gera, no plano da política pública, uma quantidade menor de recursos disponíveis para a efetivação dos fatores geracionais da dispersão econômica geográfica. Dessa forma, modernização e tecnologia, como mencionado por Santos, são sinônimas,

⁹ De acordo com Santos:“(...) 1) as atividades capazes de uma macro-organização do espaço; 2) as atividades incapazes de uma macro-organização do espaço”. (1979, p.219)

característica necessária para que os fatores de concentração se imponham, tornando-se prática realizada.

O ponto central dessa discussão está em relacionar os fatores de concentração e dispersão à realização do capital, tendo como pressuposto a propriedade privada, elemento do modo de produção capitalista. Marx diz que há uma negação, afeita ao modo de “apropriação capitalista, que deriva do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista” (2013, p.1.013), que concentra os elementos centrais da lei geral da acumulação capitalista, traduzida em concentração de capital; e, para Santos, tem-se como consequência “pobreza difundida por toda a parte, pobreza concentrada nos pontos de crescimento. Isso, não podemos negar, constitui um dos resultados mais graves da associação funcional do Estado com os monopólios”. (1979, p.221)

Dispostas as categorias conceituais com as quais pretendemos analisar a espacialidade do capital sobre o território, tomamos no item seguinte o caso empírico observado.

Escalas e ordenamento do território

A discussão que apresentamos até aqui se propôs a, no campo teórico-prático, compreender os níveis das escalas – expansível e intensificada – do processo de acumulação que ocorreu em Mato Grosso, destacando a particularidade pesquisada, o município de Sinop.

Destacamos como forma particular da dinâmica do capital a colonização privada e o modo de agir sobre o território para criar categorias simbióticas entre o território reificado e aquelas consentidas e conformadas, distinções capazes de produzir “o sentido sustentado em comum”. (Gramsci, 1971, p.321)

No contexto analisado, o objeto de apropriação da espacialidade do capital é o território colonizado, submetido ao modo de produção capitalista, uma prática compreendida e aceita como “senso comum”, constituído por agentes sociais, cujas práticas sociais são de longa duração, capazes de reproduzir tradições nacionais ou regionais aceitas como válidas num determinado contexto socioeconômico.

A aplicação gramsciana ao campo empírico analisado adota o “senso comum” para diferenciá-lo do bom senso, pois este é constituído pelo engajamento crítico, potente para a análise das questões do cotidiano. No caso concreto, “senso comum” se aplica ao processo oriundo do pensamento tradicional, que se metamorfoseou na relação intencional do Estado para esconder os problemas e conflitos agrários da década de 1970, produzindo o elemento

da “integração nacional”, uma forte bandeira ideológica e de propaganda do governo militar, capaz de obscurecer problemas reais.

A colonização do território de Mato Grosso é compreendida como elemento da ideologia cultural, uma prática que visa colocar em evidência os temores abstratos de suposta invasão pelos países de orientação política socialista, o que levaria, segundo aquela orientação, à apropriação estrangeira dos espaços vazios. Para que tal fato não ocorresse, os espaços considerados “vazios” deveriam ser integrados ao conjunto do território nacional.

No entanto, como nos orienta Oliveira, é imperativo repensar as políticas territoriais, especialmente aquelas que foram definidas por governos autoritários e “pela noção de polos de crescimento econômico, defendidos por François Perroux e por Mirdal, que influenciaram teoricamente na condução da institucionalização desses espaços no Brasil”. (2012, p.10). Esses não se aplicam nos dias de hoje.

Decorrida a temporalidade pós-1970 e as transformações na espacialidade daquele território, será necessário aderir a uma orientação teórica que oriente os processos decisivos para tomada de decisões sobre o território. Uma postura teórica recorrente aponta para a necessidade do ordenamento do território como “domínio e prática de intervenção política” para “uma política pública de ordenamento do território eficiente e resiliente”. (Ferrão, 2011, p.25)

O ordenamento do território como cultura e prática robusta tem sido objeto de estudos de pesquisadores, compreendido como o argumento determinante na articulação e reflexão teórica que resulta em uma práxis que possa abstrair um conjunto de novas categorias para análise, incluindo a análise dos processos decisórios para a implementação das políticas públicas sobre os espaços urbano e rural, assim como o processo que delimita os contornos das políticas em escalas local e global.

A discussão sobre a escala local, incluindo os espaços nacionais do território brasileiro, também não poderá prescindir de estabelecer critérios para o ordenamento do território, sem considerar a dimensão do Brasil, um território com longa tradição e submissão ao capitalismo mundial, imerso em desigualdades regionais. Essa característica possibilita a disseminação de um conjunto de práticas concorrenciais, que valorizam regiões ricas em detrimento das pobres, ou em fase de ajuste a determinado modelo de desenvolvimento.

No aspecto nacional, observa-se a tendência em associar a influência da financeirização à internacionalização dos circuitos econômicos do capital mundial, para definir políticas públicas com recorte local ou regional. A esse respeito, Brandão chama atenção para a:

Crescente internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital mundializado, de um modo geral, debilita os centros nacionais de decisão e comando sobre os destinos de qualquer espaço nacional. No caso específico dos países continentais, desiguais e com marcantes heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais, regionais), como o Brasil, essa situação se revela ainda mais dramática, ensejando um processo de agudização das marcas do subdesenvolvimento desigual, excludente e segregador. (2007, p.35)

Como exemplo do capital financeiro no cenário local pesquisado, cita-se a presença no espaço rural e urbano de empresas multinacionais¹⁰ que catalisam a produção transformando-a em modelo único de produção. Ao pesquisador caberá ir além do contexto da produção da literatura que concebe como pensamento único a teoria que defende a globalização como negação das escalas e mediações do local e global, submetendo-se aos agentes financeiros internacionais.

Aos Estados nacionais diante da economia mundializada cabe o desafio de criar políticas públicas para atender à escala local. Entretanto, ao intervir sobre o ordenamento do território, não caberá privilegiar a escala local, tampouco supervalorizar a escala global, sob a ilusão de que essa poderá trazer às diferenças regionais mecanismos para o desenvolvimento. Toda escala contém elementos úteis que podem ser aproveitados no ordenamento do território, como menciona Brandão:

Nenhuma escala *per se* é boa ou ruim. É preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento. Penso que, ao contrário daquelas visões, as escalas “intermediárias” ganham novo sentido e importância. (2007, p.36)

Assim, pode-se dizer, no plano material concreto, para além da manifestação fenomênica, que o ordenamento do território implica a apropriação dialética, que pretende distinguir a representação e a delimitação conceitual que contém – levando em consideração as várias escalas simultâneas – escalas de espaço e escalas de tempo, que não se manifestam na totalidade concreta e

¹⁰ Em mapeamento realizado no espaço pesquisado, foi possível encontrar a empresa Bunge. Empresa de capital aberto fundada em 1818 em Amsterdã. Atualmente com sede em White Plains, Estados Unidos. Começa suas atividades no Brasil em 1905, na indústria do agronegócio, alimentos e bioenergia. Principais produtos são agropecuários, alimentos, colheita e moagem de cana, trigo, milho, produção de fertilizantes e etanol. Possui 35 mil empregados no mundo e 20 mil no Brasil. Valor de mercado de US\$12.861 bilhões, referente a novembro de 2014. Lucrou, em 2013, R\$230 milhões. Disponível em: <<http://www.bunge.com/>>. Acesso em: 20/1/2017.

na imediatez do pensamento e da ação humana.

A discussão simultânea das escalas de espaço e escalas de tempo não objetiva especulativamente distinguir as escalas do território como duas formas e graus de conhecimento da realidade, mas evidenciar que, no processo histórico de longo prazo, as estruturas territoriais se metamorfosearam para manterem as mesmas estruturas e se integraram ao processo de transformação e reestruturação produtiva do capital, efeitos percebidos no processo social da produção da vida material. Nesse sentido, também seria um erro depositar todas as expectativas no desenvolvimento da escala local, crendo que os empreendimentos locais possam mobilizar as estruturas e modificá-las.

A crítica de Brandão ao que denominou de “microprocessos e microdecisões”:

(...) na verdade defendendo uma agenda que nega cabalmente a política, os conflitos, as classes sociais, o papel da ação estatal, a nação e o espaço nacional. Na verdade, nega todas as questões estruturais e, assim, todas as escalas existentes entre o local e o global. (2007, p.36-37)

A relação conflituosa da divisão social do trabalho com o capital é escondida em soluções que, segundo Brandão, “se filia[m] a uma interpretação orientada por algumas categorias, conceitos e noções” (*ibid.*, p.44-45), que depositam soluções no otimismo do desenvolvimento local/endógeno, conforme demonstrado no Quadro 1.

Apona ainda Brandão o desafio de formular críticas a esse modelo teórico localista e de gestão pública, que valoriza a escala local em detrimento das demais escalas, como da regional.

Se tudo depende da virtuosidade microeconômica, há pouco ou nenhum papel para os fatores ‘exógenos’ e ‘macroeconômicos’. Câmbio, juros, fisco, relação salarial, questões monetárias, financeiras etc. parecem ser questões fora do lugar. (Brandão, 2007, p.47)

Nesse contexto, aponta o autor que não há como deixar de observar as profundas transformações que estão ocorrendo nas “temporalidades e espacialidades da riqueza capitalista em escala mundial” e o “consequente redesenho da geografia econômica mundial”. Assinala que “não há sentido em buscar qualquer desses fenômenos “fora da história” e “fora da geografia”. (*Ibid.*, p.51 e 53)

Quadro 1
DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO – CATEGORIAS E CONCEITOS

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO	DESENVOLVIMENTO LOCAL/ENDÓGENO
Sociedade	Comunidade
Classes sociais	Atores, agentes, talentos humanos
Capital (e suas frações) x Trabalho	Capital social, capital cultural, capital sinérgico, capital humano
Propriedade dos meios de produção	Agenciamento de habilidades e capacidade de liderar a produção
Relações mercantis	Relações de reciprocidade
“Mundo do trabalho”	Capital humano, recursos humanos e sua empregabilidade
Estado	Mercado
Ação pública	Iniciativa privada e parcerias público-privadas
Coerção da concorrência/rivalidades intercapitalistas	Cooperação
Fatores “exógenos” e “macroeconômicos” são fundamentais e determinantes (câmbio, juros, fisco, regulação do mercado de trabalho, papel das questões monetárias, financeiras, dos fundos públicos etc.)	Fatores endógenos e microeconômicos do ambiente sinérgico são determinantes
Padrões concorrenciais, mesmo que em última instância, comandados por oligopólios	Macro e pequenas empresas e empresas em rede
Estruturas produtivas	Economia terciária e dos serviços, pós-industrial, pós-fordista e de acumulação flexível
Poder, hegemonia	Atmosfera
“Bloco histórico”	Espírito empreendedor
Divergência, diversidade, assimetrias	Convergência
Equidade	Eficiência
Justiça ambiental (intergeracional)	Sustentabilidade
Pouca capacidade de regulação local (posto que o centro de decisão está no núcleo dominante e não é disseminado, mas concentrado)	Governança local
Ética	Estética”

Fonte: Brandão, 2007, p.44–45.

Considerações finais

Decorrido o processo histórico a partir do qual é possível produzir análises das estruturas econômicas e da economia política do capitalismo, delimitadora das sociedades pós-industriais, pós-fordistas e de acumulação flexível, o capitalismo mundial mais uma vez modifica-se. Nos dias atuais, o processo de

acumulação é homogeneizador das relações e estruturas, movimento objetivo e total, que procura impedir qualquer forma de resistência a esse pensamento, manifesto nos Estados nacionais, sob a forma de “Estado de exceção”.¹¹

A mobilidade e flexibilidade da atual fase da mundialização do capital induzem os Estados nacionais ao apelo do mercado mundial, como alternativa única ao desenvolvimento, à proporção que no território nacional são tomadas medidas excepcionais como paradigmas de governo, como nos diz Agamben (2004).

A esse respeito, observa-se o domínio do capital sobre as formas de Estado, dispostas em medidas excepcionais que não encontram fundamento no campo jurídico/legal. O movimento de aniquilação das resistências impõe diversas formas de exceção, arranjadas como prática legal, todavia sem fundamento em lei. A excepcionalidade é percebida como um movimento do capital que atinge todas as faces do Estado, ação correspondente aos Estados nacionais, quando adotam um conjunto de práticas que ferem a normatividade e o ordenamento do território, muito embora essa ação possa parecer absolutamente aceita pelas sociedades locais.

O sentido das excepcionalidades é objetivado e adquire certo grau de consentimento nas populações à medida que são maquiadas as decisões nos espaços de realização das modernas formas de conformismo denominadas de “audiências públicas”. Todavia, esse instrumento de consulta popular pode ser um importante mecanismo para que as populações locais possam se insurgir contra intenções de políticas públicas e a própria ação do Estado capitalista em desconformidade com os interesses das camadas populares, considerando que será o proletariado a fração de classe que promoverá as transformações sociais.

Contudo, observa-se que, no caso concreto pesquisado, a ação do Estado e as políticas de governo foram tomadas e implementadas, em grande parte, para atender ao interesse do capital. A ação dos movimentos de resistência a esse tipo de prática é processual e constante, orgânica e solidária, e objetiva romper com o modelo de pensamento único de longa duração.

¹¹ Aprofundamento sobre “Estado de exceção” disponível em Giorgio Agamben, quando discute em *Estado de exceção* (2004, p.13) que: “O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos”.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- FERRÃO, J. *O ordenamento do território como política pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- GRAMSCI, A. *Selections from The Prison Notebooks*. Londres: Lawrence & Wishart, 1971.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- IBGE. Mapa da Cobertura e Uso da Terra do Estado de Mato Grosso. (2013) Disponível em: <<ftp://geofp.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15/5/2017.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. Campinas: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, F.J.G. de; SOARES, T. de O. Os limites da integração e das políticas territoriais na escala local: a ação dos municípios no planejamento territorial. (2012) Disponível em: <<http://www.ub.es/>>. Acesso em: 15/5/2017.
- REMPEL, E.T. *Políticas públicas ambientais e seus nexos com a educação: um estudo no município de Sinop-MT*. Cuiabá: EdUFMT, 2014.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

O desafio da educação profissional no estado do Rio de Janeiro: a rede Faetec

*Rosane de Abreu Farias**

Introdução

O presente texto trata de uma tentativa de montar o mosaico das políticas de educação profissional da criação da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec), em junho de 1997, até o governo de Sérgio Cabral, findado em 2014. Não se tem a pretensão de realizar o estudo necessário à montagem do mosaico que foram as políticas públicas de educação profissional no estado do Rio de Janeiro no último século, mas de demonstrar como as políticas implementadas foram consolidando um modelo político-econômico comprometido com a acumulação flexível e com as políticas neoliberais (Harvey, 1992 e 2008), em lugar do desenvolvimento social que superasse a dualidade educacional. (Kuenzer, 2007 e 2011)

Ao longo do texto, busca-se demonstrar a historicidade da política de educação profissional materializada pela criação e pelo funcionamento da rede Faetec e como sua construção passou por fases distintas na relação com sua ampliação de oferta, marcada pelos acordos políticos, as parcerias estado-municípios-federação, as formas de resignificação da “teoria do capital humano” pela “pedagogia das competências” e a expansão territorial por meio dos arranjos produtivos locais.

Na tentativa de compreender o movimento político, social e econômico realizado em seu interior, foram utilizados trabalhos que têm como temática a Faetec ou a usam como seu campo de estudos e, ainda, a consulta aos decretos estaduais e a outros documentos oficiais diretamente relacionados a ela desde seu início.

* Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Gestão da Educação Profissional pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É supervisora educacional da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec). Integrante do Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE/UERJ/UFF/EPSJV/FIOCRUZ).

A Faetec e suas bases históricas de criação

A Faetec do estado do Rio tem como marco inicial a alteração da estrutura administrativa da Fundação de Apoio à Escola Pública (FAEP), realizada pela Lei Estadual nº 2.735, de 10/6/1997, que lhe deu a atual denominação e a incumbência de atuar no gerenciamento da rede de ensino tecnológico do estado, sem prejuízo das atribuições anteriormente instituídas à FAEP.

A FAEP, por sua vez, foi instituída pela Lei Estadual nº 1.176, de 21/7/1987, como uma fundação de personalidade jurídica de direito privado que goza de autonomia administrativa, patrimonial e financeira (art. 4º), cuja finalidade seria de “complementar as funções da Secretaria de Estado de Educação no que tange à agilização dos mecanismos necessários ao funcionamento da Rede Pública Estadual de Ensino e atuar como entidade de apoio técnico” (art. 2º). A extinção progressiva, pela mesma lei em seu art. 9º, da Coordenação de Nutrição Escolar, da Coordenação de Assistência ao Educando, da Divisão de Conservação da Rede e da Assessoria de Arquitetura, Engenharia e Equipamentos Escolares na estrutura da Secretaria de Estado de Educação, permite a reflexão sobre o caráter de assessoria técnica intrínseco ao funcionamento da rede pública de educação. Ou seja, vinculada à Secretaria de Estado de Educação, configurava-se uma estrutura organizacional à parte, a fim de dinamizar toda a infraestrutura necessária ao funcionamento da educação no âmbito Estadual, mas “na prática, essa fundação foi criada com o objetivo de viabilizar a proposta dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) do primeiro mandato do Governo do Estado do Rio de Janeiro de Leonel Brizola (PDT)”. (Tonácio, 2011, p.175, grifos da autora)

Herdando no plano jurídico a estrutura da FAEP, a Faetec, ao ser instituída, demonstrou-se herdeira também do projeto do Centro de Educação Integral (CEI) enquanto escola de ensino profissionalizante. O CEI foi criado pelo Decreto Estadual nº 21.752, de 8/11/1995, cujo objetivo era “o desenvolvimento integral da pessoa humana, a formação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” (art. 2º de seu regimento).

O projeto institucional do CEI, de autoria da professora Nilda Teves Ferreira, foi elaborado como uma iniciativa de educação profissionalizante que atendesse à transferência para o âmbito do estado da responsabilidade do terreno, patrimônio e pessoal do extinto Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência/Fundação Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (CBIA/FUNABEM), convênio firmado entre governo federal e governo do estado do Rio de Janeiro em 10/8/1993.

Com o processo de descentralização do estado promovido na década de noventa, em 1/1/1995, o CBIA foi extinto, e, por meio do Decreto nº 21.752, de 8/11/1995, foi criado o CEI, e a Escola XV de Novembro foi incorporada. Pelo breve histórico jurídico da Escola XV de Novembro, pode-se perceber como ela, enquanto formação profissionalizante, pendulou ora para a perspectiva correcional, ora para a assistencial, porém sempre direcionada a menores “desvalidos, abandonados e em conflitos com a lei”:

Então em 1995, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, constituiu o CEI, e Nilda Teves, ex-professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi designada como presidente da nova instituição, assumindo o cargo em janeiro de 1996. (Sepulveda *et al*, 2015, p.3)

O projeto do CEI, apesar de inicialmente vinculado ao Gabinete da Casa Civil, configurou-se como uma mudança no perfil de oferta realizado pela Escola XV de Novembro até então. Como um projeto arrojado de oferta de educação de qualidade assentado na tríade escolaridade-ludicidade-trabalho, objetivando desenvolver a pessoa humana de forma integral como cidadã-trabalhadora, demonstrou-se também um projeto para desmistificar o espaço ocupado até aquele momento por processos correcionais e assistenciais. Além disso, sua proposta não era apenas formativa para aqueles que estivessem em idade escolar; o CEI estaria aberto também à comunidade, oferecendo atividades esportivas, culturais e de qualificação profissional nas diversas áreas.¹

Segundo o parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 366/1996:

A filosofia educacional do CEI (...) demonstra a profunda preocupação da instituição relativa ao ensino de qualidade, ao favorecimento do desenvolvimento integral do aluno, partindo da realidade de sua vida e estimulando-lhe o desenvolvimento de atividades crítico-reflexivas, de espírito da investigação, da criatividade, da solidariedade. Reconhecendo a importância do binômio Educação e Trabalho, objetiva o CEI capacitar alunos para formação de trabalhadores detentores de conhecimentos das Artes, da Política e da Técnica, com capacidade de atuar em equipe. Com a introdução de mais um fator, tem-se o trinômio

¹ Nessa perspectiva de oferta formativa para a comunidade, tanto Paiva (2003) quanto Tonácio (2011) associam-na a uma política de assistencialismo vinculado ao populismo e à formação de consenso: “Após os mandatos de Brizola, a FAEP ficou desativada, sendo novamente dinamizada em 1995, pelo Governo de Marcello Alencar, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em consonância com as políticas do Governo Federal (Fernando Henrique Cardoso – PSDB), a reativação da FAEP se deu pela promoção e a valorização da educação profissional no Estado do Rio de Janeiro e sua efetiva concretização, pela Fundação. O modelo assistencialista tão presente nas duas gestões de Brizola parecia agora reestampar o Governo do Estado do Rio de Janeiro, no Governo de Marcello Alencar (PSDB) sob um novo manto: o ensino profissionalizante”. (Tonácio, 2011, p.186)

escolaridade, ludicidade e trabalho que servirá de base para ações que possibilitem o desenvolvimento de todas as potencialidades, aptidões e habilidades do educando, de forma a propiciar-lhe uma atuação integral, na sociedade, como cidadão/trabalhador. Considerando a celeridade do mundo moderno, propõe-se o CEI a ministrar, também, cursos de qualificação profissional, visando à melhoria da qualidade de vida dos alunos, harmonizando-os com a modernidade. A formação profissional concentrar-se-á nas áreas secundárias e terciárias da economia. Há o incentivo da formação de cooperativas dentro do projeto de micro empresas pedagógicas, visando à geração de emprego e de renda. O CEI pretende ser, também, um espaço aberto e integrado à comunidade. Não sendo esquecidas as atividades voltadas para a cultura, o esporte e o lazer.

Dessa forma, sob os princípios filosóficos antes mencionados, o CEI apresenta em seu regimento um projeto pedagógico que abrange o atendimento escolar desde a infância até o ensino médio, assim como a qualificação e a habilitação profissional, atividades culturais, esportivas e de lazer ampliadas à comunidade. Verifica-se também que não se trata apenas de um projeto de educação profissional para o estado do Rio de Janeiro, mas também de uma perspectiva formativa diferenciada da oferta até então realizada nesse âmbito.

A estrutura organizacional foi dividida em duas superintendências: a pedagógica e a administrativa. A primeira foi responsável pela atividade principal do CEI, cuja formação integral era assentada no tripé: escolarização, representada pelo Centro de Desenvolvimento de Ensino; ludicidade, representada pelo Centro de Esporte e Cultura; e trabalho, representado pela Incubadora de Microempresa Pedagógica. A segunda consistiu-se no apoio técnico e de infraestrutura para o funcionamento da primeira, e de certa forma abrangeu as áreas de atuação da FAEP. A estrutura pedagógica também pode ser considerada a espinha dorsal do que viria a se transformar na Faetec.

De forma a viabilizar tal projeto e fixar seu perfil educacional, por meio do Decreto nº 22.011, de 9/2/1996, o governador Marcello Alencar transfere a FAEP da Secretaria Estadual de Educação (SEE) para a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), visando reestruturar as escolas técnicas estaduais (ETEs). Pelo mesmo decreto, o CEI foi transferido do Gabinete Civil da Governadoria do Estado para a FAEP, assim como sete ETEs da SEE.

Nessa perspectiva, a FAEP passa a centralizar na SECT o gerenciamento do ensino profissionalizante oferecido por essas unidades, contando com a estrutura organizacional e de financiamento para essa tarefa. Todavia, as ETEs possuíam autonomia de funcionamento pedagógico especificadas por regimento próprio aprovado pelo CEE (art. 20º de seu regimento).

É importante destacar também que tal projeto foi elaborado antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 20/12/1996, ou seja, sob a vigência da Lei nº 7.044, de 18/10/1982, na qual há a expressão “a preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno” e não há a separação formal entre formação básica e formação profissional, possibilitando, assim, um projeto de tamanha amplitude formativa, abrangendo da educação infantil à qualificação profissional, perpassando cultura e lazer. Todavia, ao se transferirem o projeto e a FAEP para a SECT, também se demonstra alinhamento com o que viria a ser a política de educação profissional regulamentada por meio do Decreto nº 2.208, de 17/4/1997, isto é, a educação profissional se tornaria independente da educação básica, inclusive em nível de secretarias.

Os critérios para a criação de novos CEIs não estão claramente definidos em seu regimento, que especifica que naquele momento (Parecer nº 386/1996, de 5/2/1997) estariam constituídos dois CEIs, o de Quintino, que foi o primeiro, e o de Marechal Hermes, criado pelo Decreto nº 22.318, de 8/7/1996, que incorporou em seu espaço físico as ETEs Oscar Tenório e Visconde de Mauá.

Nesse primeiro momento, pode-se perceber que o funcionamento da FAEP vinculada à SECT constituía-se apenas uma forma de viabilizar o funcionamento das ETEs e dos CEIs sob seu gerenciamento, atuando com maior impacto na questão infraestrutural e de financiamento do que em seu projeto pedagógico, uma vez que este poderia ser elaborado por cada unidade de acordo com as necessidades locais e regionais e com o perfil profissionalizante de atuação. Ou seja, não há uma reestruturação em si na forma como se realizava o ensino profissionalizante no estado, o que pode ser reforçado pelas questões: por que apenas sete ETEs foram transferidas para a FAEP? Seria o CEI um projeto “piloto” para que essas escolas também se transformassem em CEIs? Qual de fato era a política pública para o ensino profissional de então? Tais questões não serão respondidas no âmbito deste trabalho, uma vez que não tratam do objeto de estudo em questão, mas elas merecem um estudo aprofundado no sentido de identificar a correlação de forças políticas que ocorriam naquele momento.²

² Fernando Paiva (2003) desenvolve, em sua dissertação de mestrado intitulada *O processo político de criação dos institutos superiores de educação na rede pública do Estado do Rio de Janeiro: trajetória histórica e interesses conflitantes*, algumas possibilidades de explicação para essa mudança, vinculando a criação da Faetec à política de “excelentização” do ensino por meio de escolas de excelência, que seriam justamente as transferidas para a SECT, assim como o alinhamento da política em âmbito estadual à realizada em âmbito federal, uma vez que tinha o governador Marcello Alencar e o presidente Fernando Henrique Cardoso, do mesmo partido, o PSDB, como representantes eleitos do Executivo. Em ambos os casos, o autor sugere que a mudança teria como fim não declarado a projeção política do período de governo no estado e o alinhamento

Pela Lei nº 2.735, de 10/6/1997, a FAEP tem sua denominação alterada para Faetec, com a professora Nilda Teves como primeira presidente. A nova fundação atuaria, além de com as suas atribuições já instituídas na criação da FAEP, no gerenciamento da rede de ensino técnico do estado do Rio de Janeiro. Segundo Paiva:

A modificação do nome FAEP para Faetec, longe de representar uma simples mudança de nomenclatura, representou uma mudança de visão, de metas e de políticas na educação. A FAEP fora criada para dar suporte a todas as escolas da Rede Pública Estadual, independentemente de sua identidade formativa. Já a Faetec representou uma ruptura político-ideológica por parte do Governo Marcello Alencar e seus assessores, por beneficiar a estrutura das escolas técnicas, visando à otimização do ensino técnico no estado e privilegiando esse setor da educação, em detrimento das demais escolas vinculadas à SEE. (2003, p.63)

Compondo esse momento de reformulações na política educacional do estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 23.482, de 10/9/1997, foi transferido o Instituto de Educação do Rio de Janeiro do âmbito da SEE para a Faetec, vinculada à SECT. Segundo Paiva (2003), essa transferência foi um “golpe” para a estruturação da formação de professores que vinha sendo elaborada no âmbito da SEE, uma vez que transferiu o “símbolo” da formação de professores no estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte, dando prosseguimento à discussão que já se realizava em âmbito nacional pela previsão da LDB de que a formação de professores seria feita em nível de graduação, pelo Decreto nº 24.338, de 3/6/1998, o Instituto de Educação do Rio do Janeiro foi transformado em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ).

No âmbito da educação profissional técnica de nível médio, seguindo o projeto pedagógico do CEI, dois novos centros foram instituídos: o de Barreto, pelo Decreto nº 23.643, de 23/10/1997, abarcando a ETE Henrique Lage, que já havia sido transferida; e o de Santa Cruz, pelo Decreto nº 24.339, de 4/6/1998, que fez o caminho inverso dos anteriores, uma vez que teve a sua ETE Santa Cruz instituída depois pelo Decreto nº 24.663, de 17/9/1998. Por meio do Decreto nº 24.205, de 7/4/1998, foi instituída a ETE Adolpho Bloch. Pelo Decreto nº 24.732, de 19/10/1998, o Centro de Formação Profissional Engenheiro Silva Freire foi transformado em ETE de Transporte Enge-

da política nacional ao desenvolvimentismo manifestado pela política de educação profissional, enquanto inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e política de desenvolvimento econômico em consonância com as indicações de organismos internacionais.

nheiro Silva Freire e vinculado à Faetec. Finalizando o primeiro momento de configuração da rede Faetec, a ETE Agrícola Antonio Sarlo foi transferida por meio do Decreto nº 25.233, de 30/3/1999. A realização desse ato logo nos primeiros meses do governo de Anthony Garotinho sinalizaria sua política de interiorização? Até então não havia sido transferida uma unidade de perfil profissional voltado para a agricultura, uma vez que, no próprio parecer, estão especificadas como áreas econômicas de concentração as secundárias e as terciárias.

A professora Nilda Teves permaneceu na presidência da Faetec até janeiro de 1998, quando foi nomeada secretária de estado de Ciência e Tecnologia, permanecendo até dezembro de 1999. Esse primeiro momento da história da Faetec muito se deveu aos projetos de formação elaborados pela professora, assim como a sua inserção política no referido momento, conforme entrevista concedida por ela a Paiva: “Bom, desde o início do governo que eu fui Conselheira do Conselho Estadual de Educação. E eu aproveitei o meu tempo para fazer a fundamentação toda, aprovar os programas, aprovar o currículo”. (2003, p.101)

Nessa entrevista, a professora Nilda Teves esclarece-nos algumas questões sobre a constituição da Faetec. De início, ela destaca o CEI como um desafio feito a ela pelo então governador Marcello Alencar para dinamizar o espaço cedido pelo CBIA e o desenvolvimento de um projeto pessoal de ensino profissionalizante. Com o bom funcionamento de seu projeto e sua consonância com o então projeto do governo, de desenvolvimento regional, Alencar decidiu colocar sob a responsabilidade de Teves algumas ETES. Para realizar tal tarefa, seria necessária uma estrutura organizacional própria, que foi dada pela FAEP e sua transferência para a SECT, juntamente com as escolas em questão. No ano seguinte ocorreu sua alteração para Faetec, com o projeto pedagógico do CEI para desenvolvimento da educação profissional no estado. Após a reestruturação pedagógica e infraestrutural das escolas técnicas transferidas, a pedido pessoal da sra. Celia Alencar, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro igualmente foi transferido para a respectiva fundação, com a finalidade de também passar por uma reestruturação cujo objetivo seria reconquistar seu prestígio de instituição de formação de professores do estado. Esse depoimento de certa forma corrobora a defesa de Paiva no sentido de que se manifestou como uma política de governo que visava à “excelentização” da educação no estado por meio de poucas escolas vinculadas a uma fundação pública não estatal. (2003)

Em vários momentos da entrevista, Nilda Teves deixa claro que o projeto de educação formulado para a Faetec foi de sua autoria, desde a elaboração

do regimento do CEI, no qual foi utilizado como referência o regimento do Colégio Pedro II, assim como o próprio projeto de curso normal superior que seria implantado no que viria a ser o Instituto Superior de Educação. Evidencia também seu objetivo pessoal de transformar essas escolas em referência de educação profissional de qualidade no estado do Rio de Janeiro, a exemplo das escolas federais existentes: CEFETs e Pedro II.

Na fala de Teves também fica claro o conflito de concepções existentes socialmente: ao mesmo tempo em que destaca que é preciso acabar com o ciclo vicioso da miséria (formar pobres para continuar em sua situação), também aponta que a possibilidade de romper esse ciclo está na perspectiva do esforço individual e da meritocracia, ou seja, na crítica à utilização do critério socioeconômico para seleção de alunos, pilares da “teoria do capital humano”:

Só que eu acho que mais perverso ainda é você ter critério de pobreza, que é o critério de manter o pobre na escola só porque ele é pobre e depois dar um certificado a ele dizendo que ele vai ser professor. Porque isso seria o círculo vicioso da miséria. O miserável entra na escola de professores, se torna professor para miseráveis. (...) Ela [a SECT] teve interesse no desenvolvimento do estado, no desenvolvimento do país. Então ser professor é coisa muito séria; é um critério de seleção difícil mesmo; tem que estudar mesmo, senão não passa. Esse é o país; o país é capitalista. (Paiva, 2003, p.233)

Enfim, pode-se perceber que a criação da Faetec se vinculou a uma política de ressignificação da educação profissional no estado do Rio de Janeiro, alinhada ao processo de descentralização e gerenciamento promovido pelas políticas neoliberais implantadas no país e associada a um processo de desenvolvimento econômico regional centrado na formação profissional para o mercado. Ao mesmo tempo, constituía-se em um projeto híbrido, que, apesar de ter objetivos econômicos como norteadores, por se tratar de uma iniciativa pessoal da professora Nilda Teves, guardava em seus princípios filosóficos expressos fundamentos de uma perspectiva de formação integral do ser humano, com base no tripé escolarização-ludicidade-trabalho.

A interiorização da rede Faetec e a inserção social

Com a mudança de governo nas eleições, em 1999, Anthony Garotinho assume como governador o estado do Rio de Janeiro. A professora Nilda Teves permanece no cargo de secretária de estado de Ciência e Tecnologia até dezembro do mesmo ano. Com a nomeação de Carlos Augusto de Azevedo

para presidente da Faetec em janeiro de 1999, e de Wanderley de Souza para secretário ao findar do mesmo ano, a política de educação profissional representada pela Faetec sofreu alterações de perfil e objetivos, ainda que não expressos:

(...) com a saída da professora Nilda Teves da Presidência da Faetec, a política dos CEIs (transformados mais tarde em CETEPs), tomou um rumo assistencialista, começando a patrocinar cursos de educação profissional de nível básico através do CCDCs (Centros Comunitários de Defesa da Cidadania), sendo interiorizada, ampliando assim a Rede de CETEP para 28 unidades em todo o estado (cinco ainda encontram-se em processo de efetivação) e 14 Escolas Técnicas – ETE (duas também em processo de efetivação), a partir de 1999. Nessa visão também seriam implantados os cinco Institutos Superiores de Educação (...). (Paiva, 2003, p.84)

Por meio do Decreto nº 26.059, de 14/3/2000, a denominação de CEI foi alterada para Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEP), mudança que seria justificada pela preponderância das “atividades técnicas e profissionalizantes” desenvolvidas e pela sua “expansão”. Isso sinaliza também o perfil que a Faetec assumiria nesse novo momento político, marcado pela expansão e interiorização da formação profissional, em consonância com o Decreto Federal nº 2.208, de 17/4/1997, nos três níveis: básico, técnico e tecnológico: “Os CETEPs tiveram, ainda, por objetivo a otimização de recursos financeiros, materiais e humanos, com o agrupamento de diversas ETEs e seus cursos nesses centros, com a finalidade da expansão de vagas do ensino profissionalizante em nível médio”. (Tonácio, 2011, p.198)

Entre 1999 e 2002, foram criados 17 CETEPs. Algumas indicações para reflexões podem ser feitas a partir da relação entre a criação dessas unidades e o momento político: nenhuma delas previa cursos técnicos; apenas as unidades de Búzios e Nilópolis ofereciam, respectivamente, atividades físico-esportivas e artístico-culturais, como previsto no projeto inicial do CEI, que foi transformado em CETEP no referido governo; apenas três unidades encontram-se na cidade do Rio de Janeiro; e, das dezessete unidades, onze foram criadas no último ano de mandato. Ou seja, demonstra-se muito mais uma política de projeção do governo do que uma política de expansão da educação profissional no estado do Rio de Janeiro.

É importante ressaltar também que os CETEPs ofereciam em maior número cursos profissionalizantes de nível básico, o que justifica (ou era um bom recurso de propaganda para o governo) os altos números de alunos

atendidos, presentes em vários discursos quando se falava da Faetec e do ensino profissional naquele momento. Isto é, a perspectiva de inclusão social promovida pela inserção no mercado de trabalho, ainda que com qualificação profissional instrumental para cargos mais precarizados ou formas de trabalho autônomas (empreendedoras?), demonstrava-se a política de educação profissional promovida pelo estado do Rio de Janeiro.

Com a criação da Secretaria de Ação Social e Cidadania e a posterior nomeação de Rosinha Garotinho como sua secretária, houve concentração dos programas sociais até então criados e a implementação de uma estratégia global para atendimento. Dessa forma, uma das estratégias foi a oferta de cursos profissionalizantes de nível básico nos Centros Comunitários de Defesa da Cidadania (CCDCs) ou em Centros Sociais (CS), em regime de parceria entre as duas secretarias de estado.³

Uma vez que a Faetec é responsável por gerir o ensino profissional e tecnológico, que a oferta de educação profissional foi definida pelo Decreto Federal nº 2.208/1997 em três níveis e o Instituto de Educação se transformou em Instituto Superior de Educação para ofertar o curso normal superior, estaria aberto o espaço para a criação de cursos tecnológicos de nível de graduação por meio de institutos superiores.

Dessa forma, entre os anos 2000 e 2001, foram criados outros quatro Institutos Superiores de Educação (ISE), nos quais funcionava o curso normal superior, e, nesse mesmo ano, o Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert foi transferido da SEE para a Faetec e transformado em Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert.

Em 18/3/2002, foram criados mais três Institutos Superiores de Tecnologia (IST), oferecendo os seguintes cursos: no IST Rio, o curso superior de Tecnologia em Análise de Sistemas Informatizados; no IST Petrópolis, o curso superior de Formação em Tecnologia da Informação e da Comunicação; no IST Campos, o curso superior de Tecnologia em Horticultura; no caso do IST Paracambi, apesar de ter indicação de criação no mesmo período

³ Não foi encontrado documento de criação dos CCDCs. Pelo Decreto nº 21.978, de 9/1/1996, sua coordenação foi transferida da Vice-governadoria do Estado para a Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social (SEAS); em 11/1/1999, pelo Decreto nº 25.180, foi transferida para a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Cidadania; em 13/4/2000, por meio do Decreto nº 26.172, de 13/4/2000, a Secretaria de Estado de Ação Social, Esporte e Lazer teve sua denominação alterada para Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania, e, pelo mesmo decreto, a coordenação dos CCDCs foi transferida para esta. Não foi encontrado também registro de parceria entre a referida secretaria e a SECT ou a Faetec. Ela se afirma a partir de depoimentos de funcionários e da leitura do Decreto nº 33.227, de 21/5/2003, no qual se abre crédito suplementar à Faetec e, em seu art. 3º: “Fica liberado para efeito de empenho o valor de R\$4.359.176,00 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, cento e setenta e seis reais), à conta das dotações orçamentárias do Anexo I, destinada a atender despesas com os Centros de Defesa da Cidadania – CCDCs”.

com os cursos superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e Sistemas de Informação, não foi encontrado o seu decreto de criação.

Nessa perspectiva, pode-se perceber que a principal política de educação profissional adotada no período foi a interiorização de cursos superiores tecnológicos em regime de parcerias com os municípios, o que, por um lado, atendia à demanda social por cursos públicos desse nível de ensino em suas regiões e, por outro, atendia aos arranjos político-partidários para futuras eleições. Ou seja, “o governo estadual poderia potencializar a utilização política da Faetec, atendendo, de forma mais ágil e negociada com as autoridades municipais, a forte demanda reprimida por ensino superior no interior do estado”. (Tonácio, 2011, p.208) Isso era realizado de forma mais rápida do que a criação de universidades, uma vez que se tratava de uma fundação, de modo que “para o governo estadual, a Faetec representava descentralização e modernização, enquanto as universidades públicas eram vistas como arcaicas”. (*Id. ib.*)

Por meio da Lei nº 3.808, de 5/4/2002, foi alterada a natureza jurídica da Faetec, passando para a personalidade jurídica de direito público, e o regime de pessoal de seus servidores, que se torna estatutário instituído pela Lei nº 1.698, de 23/8/1990.

Em abril de 2002, o governador Anthony Garotinho afasta-se para realizar campanha às eleições presidenciais, e Benedita da Silva, vice-governadora, assume o Executivo, não ocorrendo nenhum ato específico em relação à Faetec. A candidata Rosinha Garotinho realiza sua campanha às eleições estaduais, é eleita e, então, empossada em 1/1/2003.

Em seu mandato, houve continuidade da política de interiorização da educação profissional desenvolvida por seu marido e antecessor. Foram criados dezesseis CETEPs, apenas três no Rio de Janeiro, e em nenhum deles havia curso técnico de nível médio. Dentro do espaço físico do CETEP de Quintino, foi criada a Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert Daniel de Souza, que teve sua denominação modificada para Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza pelo Decreto nº 43.606, de 22/5/2012.

Para a oferta em nível superior, foi criado, pelo Decreto nº 37.100, de 18/5/2005, o Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO), composto pelo polo do Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro e o Instituto Sarah Kubitschek. No ano seguinte, criou-se o ISE da Zona Oeste, para atender ao curso normal superior, por meio do Decreto nº 38.733, de 11/1/2006, que funcionava no mesmo espaço da UEZO.

Para a oferta de cursos técnicos em nível médio, além da ETE de Saúde, foi instituída a ETE Maria Mercedes Mendes Teixeira e foi transferida a Escola de Teatro Martins Penna da estrutura administrativa da Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro para a Faetec. Nessas três unidades, são oferecidos desde então cursos subsequentes e concomitantes ao ensino médio.

Ainda que a educação superior seja oferecida na forma de cursos tecnológicos, uma estratégia formativa que inclui a classe trabalhadora em uma formação superior aligeirada e reconhecidamente diferente da oferecida pelas universidades, ela constitui-se como acesso de parte da classe em melhores condições de disputa em um mercado de trabalho, ao mesmo tempo que reforça nessa fração de classe a ideia de meritocracia e desenvolvimento defendida pela “teoria do capital humano”. Ou seja, apesar de a expansão ter promovido o desenvolvimento local em diversos municípios do estado do Rio de Janeiro, não foi necessariamente uma expansão da qualidade da educação ou uma ampliação da escolaridade, mas demonstrou ser a promoção de estratégias de inserção econômica de grupos sociais definidos e delimitados nos processos de acumulação flexível que se iniciavam.

A reestruturação da educação profissional a partir dos CVTs

Em janeiro de 2007, Sérgio Cabral, Alexandre Cardoso e Nelson Masini foram empossados nos cargos de, respectivamente, governador do estado; secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação e presidente da Faetec. Nesse período, Alexandre Cardoso, que exercia mandato de deputado federal desde 1995,⁴ conhecendo o projeto dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), iniciou o processo de implantação desses no estado. Esse projeto já era desenvolvido no Ceará desde 1993 por iniciativa de criação e desenvolvimento do deputado federal e secretário estadual Francisco Ariosto Holanda, e foi lançado como política pública federal, ampliando a implantação de unidades em todo o país por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis/MCTIC) do referido ministério, em 2003.

O projeto federal de implantação dos CVTs explicita a preocupação principal com o mercado de trabalho e a geração de renda para a população. Nesse sentido, destaca como seu objetivo “a difusão de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e (...) a transferência de conhecimentos tecnológicos

⁴ Permaneceu no cargo por cinco mandatos até 2012, quando foi eleito prefeito de Duque de Caxias (RJ).

na área de processos produtivos” e se destina, “principalmente, àquelas pessoas que não têm mais tempo de receber ensino formal porque precisam trabalhar, mas que, por não terem profissão definida, precisam adquirir novos conhecimentos para entrar no mercado de trabalho”. (Brasil, 2011, p.32) A partir de tais informações, poderia-se concluir que tal projeto tem como princípio a “teoria do capital humano” ressignificado pela “pedagogia das competências”, na qual a formação profissional será aquela que permitirá a cada indivíduo manter sua empregabilidade ou gerar sua própria renda. Contudo, esse princípio está explícito em seu texto:

Certamente a geração de emprego e a distribuição de renda só acontecerão quando investirmos no capital humano e procedermos a uma profunda transformação na lógica do desenvolvimento. (...) O investimento no capital humano deve ser feito por meio de um sistema educativo eficiente, de qualidade e que envolva toda a sociedade. (*Id. ib.*, p.27)

A partir de 2007, seguindo as orientações do projeto federal, inicia-se, no estado, a implantação dos CVTs sob o *slogan* “Uma nova geração de escolas técnicas”, que se constituiriam como unidades de ensino e de profissionalização com o objetivo social de serem centros de difusão do acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos. E, também, de transferência de conhecimentos em áreas ligadas ao processo produtivo, dadas as vocações regionais, com o objetivo pedagógico de desenvolvimento de competências e habilidades na área de serviços técnicos altamente direcionados à qualificação e capacitação da população local.⁵

Dessa forma, a primeira estratégia constituiu-se na verificação da existência de pessoas para se qualificarem e capacitarem na região e na demanda de mão de obra qualificada e técnico-profissional, ou seja, a partir dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) se estabelece um diálogo com empresas, sindicatos, associações profissionais, entre outros, para verificar a necessidade de cursos e perfis profissionais para atendimento às demandas do mercado de trabalho local. A partir desse primeiro estudo e momento de negociações com os interessados (empresas, municípios etc.), verificam-se a disponibilidade de espaços para a implantação e a sua cessão para o governo do estado com a finalidade de que esse CVT, após implantação, seja vinculado à estrutura organizacional da Faetec para que seja assegurada sua sustentabilidade de funcionamento/financiamento e seja considerada, assim, uma “escola técnica”.

⁵ Apresentação realizada pela Coordenação de CVTs/Faetec, em dezembro de 2012, em Brasília.

Cabe recuperar a análise de Gouveia a respeito da expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)⁶ e desse movimento de estabelecer parcerias locais para a sua instalação. Assim como nos IFs, a expansão dos CVTs “acaba por salientar as assimetrias regionais já existentes na trajetória histórica de ocupação territorial e desenvolvimento socioeconômico brasileiro e expõem que muitos outros interesses definem onde [estes] devem ser instalados”. (2016, p.9)

Como projeto acadêmico para a implantação, os estudos são realizados no sentido de oferecer cursos de educação profissional de formação inicial e continuada/qualificação profissional e cursos técnicos de nível médio de um mesmo eixo tecnológico, de forma a racionalizar a utilização dos laboratórios. Porém, o CVT pode ser implantado com mais de um eixo tecnológico, dependendo do APL no qual está inserido. Os cursos de qualificação profissional, sempre que possível, são pensados de forma a compor um itinerário formativo, mas se verifica que eles não resultam em um itinerário formativo do curso técnico de nível médio ofertado pela unidade, caso ocorra a oferta, o que pode ser explicado, por um lado, pelo fato de estarem vinculados a diretorias diferentes, e, por outro, de essa concepção de itinerários formativos ainda não ter sido incorporada socialmente.

Após sua implantação e início de atividades, o CVT passa a fazer parte da estrutura organizacional da Faetec e seus cursos ficam vinculados à respectiva diretoria pedagógica. No caso da formação inicial e continuada/qualificação profissional, vincula-se à Diretoria de Formação Inicial e Continuada (DIF); e, no caso dos cursos técnicos de nível médio, à Diretoria de Desenvolvimento da Educação Básica e Técnica (DDE). A coordenação dos CVTs na Faetec mantém, como parte da política de implantação, registros de acompanhamento de egressos e exemplos de inserção dos alunos no mercado de trabalho, o que expressa sua política pública de inserção social e profissional, ao mesmo tempo que sinaliza a necessidade (ou não) de alteração vocacional da unidade por meio dos indicadores de demanda do mercado e da mudança de perfil do alunado.

Após demonstrarmos algumas especificidades da implantação dos CVTs no estado do Rio de Janeiro, destacamos que foram implantados 24 CVTs no primeiro mandato do governo de Sérgio Cabral. No mesmo período, foram

⁶ Gouveia (2016) faz uma análise sobre o processo de expansão dos IFs a partir de 2003 sob a lógica de que é preciso desenvolver o local para que assim se promova o desenvolvimento nacional. Fundamenta-se na perspectiva de que o papel formativo da escola, alinhado à ideia de APLs, materializa uma formação de acordo com a inserção rápida no mercado de trabalho e reforça a dualidade educacional existente historicamente.

criados 14 CETEPs e o Centro de Educação Profissional em Tecnologia da Informação (CEPTI) em Petrópolis, mediante Convênio de Cooperação Técnica nº 55/2007 com o MCTIC por meio do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).

Nesse primeiro período de governo, percebe-se que a política de educação profissional no estado teve como principal objetivo a consolidação do papel da Faetec em gerenciar a educação profissional e tecnológica. O projeto efetivado foi a implantação dos CVTs com foco nos cursos de qualificação profissional e nos cursos técnicos de nível médio na forma subsequente, primordialmente. Não houve criação de escola técnica no período, porém, pelo Decreto nº 41.186, de 19/2/2008, determinou-se a reordenação da rede pública estadual de ensino, uma vez que tal decreto estabeleceu a transferência de todos os cursos técnicos de nível médio ministrados pelas diferentes secretarias do estado para a Faetec. Sem que se identificassem as razões específicas, o decreto foi revogado em 15/9/2008 pelo Decreto nº 41.478.

Outra medida importante para definição da Faetec como uma rede de educação profissional e tecnológica foi a Lei Estadual nº 5.380, de 16/1/2009, que retirou a UEZO da estrutura da Fundação, transformando-a na Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO), vinculada diretamente à SECT.

Manifesto em seus projetos de implantação, os CVTs têm como princípio o desenvolvimento econômico local, expresso pelos APLs vinculados à perspectiva pós-moderna de responsabilização individual do sujeito, apresentada pelos princípios da formação continuada em vários cursos de qualificação profissional dentro de um mesmo eixo, ou seja, formação para a empregabilidade e a geração de renda, ainda que esta seja informal. Em relação à educação básica, a Faetec, ao não criar escola técnica, deixa claro seu objetivo de se consolidar no atendimento da educação profissional em cursos subsequentes ao ensino médio, sendo este definido como oferta principal na SEE, e conservando-se nas ETEs em funcionamento os cursos técnicos na forma de oferta concomitante ao ensino médio.

Percebe-se que, ainda que o Decreto Federal nº 5.154, de 23/7/2004, possibilite uma nova forma de oferta dos cursos técnicos de nível médio até a instituição do Plano Estadual de Educação do Rio de Janeiro, em 2009, essa oferta não foi implementada como política pública de educação profissional, mantendo-se apenas como iniciativa isolada de unidades que assim o desejassem. Dessa forma, a Faetec permaneceu com a oferta de cursos técnicos de nível

médio nas formas concomitante e subsequente até o vencimento das autorizações dos cursos existentes realizadas pelo CEE, situação alterada apenas em 2013, uma vez que as referidas autorizações findaram em 2012.

Com a reeleição do governador Sérgio Cabral, houve continuidade da política de educação profissional que vinha sendo realizada; assim, foram criados 18 CVTs, a ETE Helber Vignoli Muniz, a ETE de Imbariê e o Instituto Superior de Tecnologia de Duque de Caxias, que funcionam dentro do espaço do CETEP Imbariê.

Novamente recuperando a experiência de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, sinaliza-se, na última etapa de expansão da rede Faetec, a similaridade com o processo da rede federal, conforme assinala Gouveia:

A nosso ver, a despeito da oferta e acesso por setores mais pobres da sociedade à educação profissional pública e gratuita, há a existência de um projeto de modernização conservadora de abertura desta modalidade de educação e seu espraiamento pelo território nacional para o atendimento dos interesses mais imediatos do capital. Não é uma concessão ou se confunde com um projeto de inserção à cidadania emancipatória, pode e deve ser compreendida diante da necessidade de formar quadros para compreender a tecnologia científica que compõe o avanço da indústria. (2016, p.4)

Dessa forma, seguindo os pressupostos do projeto do governo federal para os CVTs, a rede Faetec desenvolve sua expansão em acordo com os APLs e tem, nesse sentido, como oferta primordial, os cursos de qualificação profissional na perspectiva da geração de renda, do empreendedorismo e da empregabilidade. Destaca-se, assim, a perfeita “sintonia dos interesses do capital com o modelo de expansão que leva em conta o perfil econômico das variadas regiões do país, acabando por reproduzir as assimetrias regionais ao priorizar como critério da expansão dos APLs”. (*Id. ib.*, p.6)

Em comparação à expansão da rede federal, a rede Faetec apresenta maior confluência com os interesses do capital, uma vez que, diferentemente da referência federal de verticalização da formação nos três níveis, os CVTs consolidaram sua estrutura administrativa e pedagógica na centralidade de oferta de cursos de qualificação/formação inicial para o mercado de trabalho e, quando há, na oferta de cursos técnicos de nível médio nas formas subseqüentes ao ensino médio.

Constata-se, ainda, que a política de expansão da educação profissional assumida pelo governo de Sérgio Cabral (2007–2014), por meio dos CVTs,

vinculou-se: ao fortalecimento do “local”, manifestado pelo objetivo de transferência dos conhecimentos tecnológicos necessários aos processos produtivos desenvolvidos no espaço em que seriam inseridos; e ao enfraquecimento do compromisso com a ampliação da escolaridade dos trabalhadores, que se manifestou no reconhecimento dessa necessidade, porém, por conta da falta de tempo individual para conquistá-la, objetivou oferecer uma formação que permitisse gerar renda – ou seja, em lugar de diminuir a desigualdade social e educacional, aprofundou-as na oferta de uma formação aligeirada, superficial e destinada à empregabilidade precarizada.

Considerações finais

Nesse panorama, destaca-se que os vários momentos vivenciados pela Faetec estão em consonância com a política governamental, e não se constituindo uma política de educação profissional do estado do Rio de Janeiro, ainda que este seja o objetivo invocado a cada mudança ou a cada novo projeto a ser implantado. A defesa da oferta de uma educação de qualidade insere-se no discurso da necessidade de formação para o trabalho. Se, em seu início, há uma hibridização de um projeto de formação humana integral com a perspectiva da “teoria do capital humano”, com a saída da professora Nilda Teves da SECTI, a Faetec sofreu redefinições em seu perfil organizacional, vinculando-se principalmente à perspectiva de geração de renda e de organização segundo APLs, tão bem ressignificada pela “pedagogia das competências”.

Se, no período do governo de Anthony e de Rosinha Garotinho (1999-2006), a política de expansão da rede Faetec vinculou-se principalmente à perspectiva de assistencialismo social, em uma ponta, e de educação superior, na outra, fundamentada especialmente nos acordos políticos visando à projeção eleitoral, percebe-se que, no Governo de Sérgio Cabral, a expansão fundamentou-se na perspectiva de desenvolvimento regional e local, marcada pela constituição de APLs.

Na política estadual do Rio de Janeiro, pode-se observar o distanciamento entre teoria e prática na falta de continuidade e pertinência do projeto de educação profissional que se propôs com a criação da Faetec, utilizando fundação como apêndice das políticas dos governos que se sucederam, que, em vez de construir uma identidade institucional com finalidades e objetivos, foram pulverizando formas de oferta de educação profissional em todos os níveis pelo estado, sem a preocupação de uma devida articulação entre a formação básica e a formação profissional.

Enfim, a construção de uma política de educação profissional no estado do Rio de Janeiro tem avançado no viés da oferta ao longo de sua trajetória, fazendo-se presente na maioria dos municípios por meio dos CETEPs, ETEs e CVTs, porém, essa expansão pouco representa na diminuição das desigualdades sociais, uma vez que se faz por meio de cursos de qualificação profissional ou formação inicial e continuada baseados nos pressupostos de geração de renda e empregabilidade, em lugar de se vincular a um projeto de sociedade baseado na ampliação de acesso aos direitos básicos para a vida humana, entre eles, a permanência e a conclusão da escolaridade básica.

Ou seja, o território, assim como outros aspectos da vida humana, é um espaço de disputa manifestada pela contradição capital-trabalho, e a forma como essa disputa se realiza no âmbito das políticas públicas para a educação profissional, reforçando a dualidade social, constitui-se na ampliação da oferta formativa, desde que seja a mais básica e superficial possível, para que cada um permaneça exatamente em seu lugar social, historicamente construído por uma sociedade de classes.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Centro Vocacional Tecnológico: a extensão do saber a serviço da população*. Brasília: Edições Câmara, 2011.

CEE. Parecer nº 366/1996. Aprova o regimento escolar dos Centros de Educação Integral vinculados à Fundação de Apoio à Escola Pública.

Faetec. Relatório de gestão. Diretoria de Desenvolvimento da Educação Básica/Técnica, 2012.

_____. Relatório de gestão. Diretoria de Desenvolvimento da Educação Básica/Técnica. 2014.

GOUVEIA, F.P.S. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. In: *Espaço e Economia*, ano 5, n. 9, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/2434>>. Acesso em: 10/4/2017.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KUENZER, A.Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. In: *Educação & Sociedade*, v.28, n.100, out. 2007, p.1.153-1.178. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 2/10/2015.

_____. Ensino médio e educação profissional na produção flexível: a dualidade invertida. In: *Revista Retratos da Escola*, v.5, n.8, jan./jun. 2011, p.43-55. Disponível em: <<http://esforce.org.br>>. Acesso em: 2/10/2015.

PAIVA, F.S. *O processo político de criação dos institutos superiores de educação na rede pública do estado do Rio de Janeiro: trajetória histórica e interesses conflitantes*. Dissertação de mestrado. UFF, 2003.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 5.597, de 18/11/2009. Institui o Plano Estadual de Educação.

SEPULVEDA, D.; PESSOA, E.H.; e SOARES, J.H. A produção da exclusão perpetuada pela história de uma escola centenária influenciando nas práticas educativas. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/>>. Acesso em: 2/10/2015.

TONÁCIO, G.M. *O processo de criação do curso normal superior no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e a sua adequação em curso de Pedagogia: a tradição como farsa*. Tese de doutorado. UFRJ, 2011.

Educação profissional do campo: desafios da agroecologia na política territorial de educação profissional na Bahia

*Davi Costa da Silva**

*Heron Ferreira Souza***

*Rosemary Lopes Soares da Silva****

Introdução

Ciavatta (2016), ao discutir a educação do campo a partir das categorias analíticas trabalho, contra-hegemonia e emancipação humana, apoia-se no historiador Fernand Braudel (1982) e nos seus estudos sobre o tratamento do tempo na história e nas ciências sociais, especificamente na sua concepção dos tempos de breve, média e longa duração e da coexistência como tempos múltiplos, para diferenciar a concepção tradicional do tempo quantificado nos relógios. A concepção de tempos múltiplos tem por base o movimento da história que permite que um objeto seja conhecido nas diversas dimensões sociais e nas temporalidades que o constituem.

Sua proposição, apoiada em Braudel, se ampara na concepção de tempo breve dos acontecimentos, da vida cotidiana, no tempo que percebemos mais claramente, a exemplo do tempo dos noticiários, dos jornalistas. Mediante acontecimentos marcantes, reconhecemos o passado como uma massa de pequenos

* Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É coordenador dos cursos de pós-graduação em Inovação Social com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia no Instituto Federal Baiano, campus Bom Jesus da Lapa e *campus* Serrinha. É professor do curso de mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Baiano, *campus* Catu, e na especialização em Desenvolvimento Sustentável com ênfase em Recursos Hídricos, campus Senhor do Bonfim.

** Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor do Instituto Federal Baiano, *campus* Serrinha. Coordenador do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial (LaPPRuDes). Professor no programa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

*** Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenadora Pedagógica da Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica (SUPROT), da Secretaria da Educação do estado da Bahia. Coordenadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Experimentações Educacionais do Instituto Anísio Teixeira. Participa do GT 09 da Anped. Integrante do Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE/UERJ/UFF/EPSJV/FIOCRUZ).

fatos, uma soma de dias preservados em nossa memória. São as diversas temporalidades do curso social da história das transformações institucionais, dos períodos políticos, das fases da economia, do desenvolvimento das ciências e das artes que marcam a conjuntura na qual as mediações históricas se produzem e o movimento dos acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais realiza a vida cotidiana um dia após o outro.

Nesse sentido, Ciavatta reporta-se a Braudel para explicar a mirada nos fenômenos, à totalidade da vida social,¹ que ajuda a compreender a história, a qual, por sua vez, remonta aos séculos “a partir de uma infraestrutura em relação a estas camadas de história lenta”. Chega-se, assim, aos tempos múltiplos, nos quais as camadas de tempo se superpõem, em que, para Braudel (1992), “o presente e o passado esclarecem-se mutuamente, com uma luz recíproca”. O autor conclui com a palavra de Lucien Febvre, nos últimos dez anos de sua vida: “a história, ciência do passado, ciência do presente”. (1982)

É essa acepção sobre o tempo que nos permite tratar historicamente dos tempos das políticas públicas formuladas, desenvolvidas, transformadas e descontinuidas em relação à educação agrícola, e, mais especificamente, da concepção de educação do campo no Brasil e na Bahia, implementada pelos governos nas esferas estadual e federal a partir de 2002, e seus reflexos para se pensar uma educação profissional do campo (EdoC).

Nessa perspectiva, pretendemos discutir neste texto o movimento do ensino agrícola à educação profissional do campo no Brasil nos últimos 14 anos, para relacionar o desenvolvimento dessa política na Bahia. Para tanto, é fundamental reconhecer que, nesse movimento, a educação profissional do campo deve ser entendida no âmbito das transformações, resistências e ressignificações das relações de trabalho no campo e enquanto possibilidade de construção de projeto social e de vida autogestionado e sustentável. Portanto,

(...) significa reconhecer as necessidades formativas para o trabalho nos contextos próprios dos sujeitos do campo e de modo a oportunizar o direito de acesso aos saberes técnico-científicos necessários à emancipação social e econômica dos homens e mulheres, jovens ou adultos do campo.

¹A “totalidade social” é aqui compreendida a partir de Ciavatta (2014), como uma reconstrução em nível do pensamento, não como uma racionalização ou modelo explicativo, mas como um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação dos sujeitos sociais. Não sendo apenas uma concepção mental, o conceito de totalidade social tem um referente histórico, material, social, moral ou afetivo de acordo com as relações, das mediações ou os processos sociais complexos articulados, que constituem determinada totalidade. Consequentemente, as totalidades são tão heterogêneas e tão diversificadas quanto os aspectos da realidade. Essa lógica de construção do objeto científico é denominada de reconstrução histórica, uma vez que reconhece a história como produção econômica e cultural da existência humana.

(...) os fundamentos aproximativos de uma educação profissional do campo estão centrados no diálogo comunicativo que expressa o ato de ensinar não como uma simples transferência impositiva e não-significativa (do ponto de vista simbólico-cultural) do conhecimento, mas segundo Freire (1983) como um ato calcado na comunicação, na dialogicidade, na problematização. (Souza *et al.*, 2014, p.276-277)

Faremos um recorte territorial nessa abordagem para situar os territórios no semiárido baiano, no sentido de apresentar as conexões e as mediações, mas sem a pretensão de esgotar a discussão com relação aos desafios das inter-relações entre políticas públicas, especificamente as políticas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), de convivência com o semiárido e o escopo da política de agroecologia e produção orgânica com a educação profissional do campo e as relações com o território. Por fim, encerraremos este artigo discutindo acerca do lugar da agroecologia na educação profissional do campo na Bahia.

Inter-relações entre políticas públicas, educação profissional e desafios territoriais

Fernandes (2010), um estudioso dos territórios rurais e da questão agrária no Brasil, afirma que o Estado tem tratado a questão agrária só com políticas conjunturais, conforme o poder de mobilização dos movimentos camponeses. A razão dessa atitude deve-se ao controle político do Estado pelos ruralistas, que têm impedido o desenvolvimento da agricultura camponesa no Brasil. Esse monopólio político determinou as condições para que a modernização da agricultura mantivesse a estrutura fundiária concentrada.

Fernandes amplia o debate acerca da concepção de território e o define como uma produção espacial que produz conflitualidades.² Discute ainda que, além de a diversidade territorial não ser uma novidade, é objeto de análise de muitos estudiosos. Entretanto, esse autor, além de tomar o território e a diversidade territorial como referências, apresenta-os como dimensões de uma determinada tipologia de territórios, tais como os territórios material e imaterial. A partir dessas concepções é estabelecida uma leitura da diversidade territorial como capaz de produzir a multiterritorialidade.

A tipologia territorial é produzida por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desen-

² “Compreendemos a conflitualidade como *processo de relações de enfrentamento permanente* nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios. A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente.” (Fernandes, 2007, p.7, grifos nossos)

volvimento e de sociedade. Nesse modo de análise, a relação classe-território é indissociável. Para Fernandes (2007), a tipologia territorial é uma construção teórico-geográfica, uma mirada que traz outra perspectiva sobre o conceito de território, que contribui para o debate e para os embates.

Com base nesses estudos, partimos da compreensão de que a tipologia de territórios e a multiterritorialidade são objetos distintos. Da tipologia nasce a multiterritorialidade. As territorialidades são múltiplas, visto que são as representações dos tipos de uso dos territórios. Nessa proposição, o autor, a partir de Santos (1978; 1996), traz os elementos do espaço e o território como referências para apresentar as duas formas de território: material e imaterial.

O território material é explicado a partir de três tipologias (Fernandes, 2007):

- i) *espaço de governança da nação*;
- ii) *propriedade como espaço de vida*, que pode ser particular ou comunitária. Os segundos territórios são frações do primeiro, mas devem ser distinguidos porque as relações sociais que os produzem são diferentes. Um território propriedade-privada não pode ser confundido com um território espaço de governança; e
- iii) *espaço relacional*, que é considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios. O caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e pelas conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. Enquanto a ideia de segundo território obedece ao caráter jurídico da propriedade, o terceiro se apropria dessa condição, mas não está subordinado a ela. O território imaterial tem a sua explicação a partir da concepção de teorias, ideias, intencionalidades, que não se limita apenas ao campo da ciência, mas também pertence ao campo da política. Ele pode ser utilizado para viabilizar ou inviabilizar políticas públicas.

O território imaterial está presente em todas as ordens de território e está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas.

(...) O território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos

as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a ideia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade. (Fernandes, 2007, p.15)

As disputas territoriais são, portanto, de significação, das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território deve ser compreendido para além de espaço de governança, tendo-se em vista que essa visão única de território é uma forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados.

Fernandes (2010) afirma que as discussões sobre o território, urbano ou rural, e as inter-relações com as políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro nos permitem compreender a totalidade social que envolve as questões conflituosas, que se agravam a partir da década 1990, com o surgimento de uma corrente teórica conhecida como “paradigma do capitalismo agrário”, em um texto elaborado por Abramovay (1992).

Ainda de acordo com Fernandes, o paradigma do capitalismo agrário teve impacto notável no pensamento e no discurso sobre a questão agrária. Além de criar conceitos de conteúdos eufemísticos, como “agricultura familiar” para substituir o conceito de “agricultura camponesa”, ou “agricultura empresarial” para substituir o conceito de “agricultura capitalista”, gerou uma compreensão linear a respeito do desenvolvimento da agricultura. O autor vai mais além ao afirmar que a ideia de que o problema agrário pode ser resolvido pelo mercado, pela integração ao capital e com políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado agradou a forças políticas de direita e esquerda. (Fernandes, 2010, p.188-189)

No tocante às políticas públicas para a educação agrícola, interrogamos: em que contexto estão acontecendo as políticas e as disputas territoriais desde 2002 aos dias atuais? Concordamos que o que está em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, a comunidade, o bairro, até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países. Nessa perspectiva,

Entre os vários argumentos que podemos usar para dizer que o território ganhou status nas diversas áreas do conhecimento, há um que se destaca. O território é utilizado como conceito central na implantação

de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território, quanto os territórios, passam a ser disputados. Temos, então, disputas territoriais nos planos material e imaterial. (Fernandes, 2007, p.4)

No estado da Bahia, a instituição da Política de Desenvolvimento Territorial, por meio da Lei nº 13.214, de 29/12/2014, adota a categoria território no processo de construção, implementação e avaliação das políticas públicas estaduais, a partir de um marco regulatório. Em certa medida, também significa a continuidade, agora enquanto política de Estado, da política territorial do governo federal posta em curso desde 2003 com o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), também com objetivo de fomentar a formação de novos territórios, implementada na Bahia, a partir de 2007, sob a denominação de Territórios de Identidade e, a partir de 2008, também com os Territórios da Cidadania.

De todo modo, consideramos ainda como desafio o rompimento do caráter estritamente funcional de seu uso – território de identidade enquanto “unidade de planejamento de políticas públicas”. Como destacado anteriormente, a ideia-força que diferencia o planejamento territorial do tradicional planejamento regional, induzido pela racionalidade governamental alinhada aos interesses dos grupos regionais ou não regionais hegemônicos, é a participação social nos processos de decisão e o caráter imaterial do território constituído nos valores, racionalidades substantivas, modos de vida, projetos sociais, emergidos na articulação e conflitualidades das diferentes territorialidades. A vicissitude da dimensão imaterial do território constitui-se enquanto mecanismo revitalizador e inovador dos processos sociais e fomentador de políticas públicas coerentes com as dimensões solidária e sustentável do desenvolvimento, cujos princípios são:

- I - da dignidade humana;
- II - do desenvolvimento sustentável;
- III - da solidariedade;
- IV - da justiça social e ambiental;
- V - da função socioambiental da propriedade;
- VI - da participação social;
- VII - da cooperação. (Lei nº 13.214/2014, art. 2º)

Contudo, a mecanicidade da participação social (como formalidade) e/ou o desequilíbrio de forças impulsionado pela ação intencional direta ou indireta do Estado podem incorrer na descaracterização dos pressupostos fundantes da própria política territorial. Esse aspecto “indireto” do Estado em geral está inscrito nas contradições das ações políticas a fim de atender à lógica do capital. Nessa perspectiva, podem-se destacar três políticas estaduais importantes que se alinham às diretrizes da política de desenvolvimento territorial, especificamente no que se refere ao uso sustentável dos recursos naturais, ao respeito à diversidade cultural, à valorização do potencial de desenvolvimento de cada território e à necessidade de redução dos níveis de desigualdades territoriais. São elas: a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Peater), a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e a minuta da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo).

Não é objetivo deste trabalho analisar profundamente cada uma dessas políticas, mas compreender suas relações com o contexto da agricultura familiar camponesa e seus reflexos na educação profissional do campo.

Cabe ressaltar que, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, a Bahia ocupa o primeiro lugar entre os estados nordestinos com maior número de estabelecimentos da agricultura familiar (665.831 ou 87% dos estabelecimentos do estado) com uma área média de 15 hectares (ha). No âmbito da delimitação territorial do estado, esses estabelecimentos da agricultura familiar ocupam uma área de 9.955.563 ha, ou seja, apenas 34% da área total dos estabelecimentos agropecuários do estado. Essa categoria social apresenta os maiores indicadores de produtividade, comparados aos da agricultura não familiar: emprega em média 18,9 pessoas por 100 ha (não familiar, 2,3), e o valor bruto de produção anual (VBP = R\$/ha) foi de 375 reais por ha, contra 244 da produção não familiar.

Esse potencial da agricultura familiar no estado da Bahia justifica o necessário delineamento de uma política estadual de Ater voltada para essa categoria social, calcada nos princípios da sustentabilidade, da participação social, da agricultura de base ecológica, na equidade de gênero, raça, etnia, geração, na multi e interdisciplinaridade e na pesquisa-ação, conforme a Lei nº 12.372, de 23/12/2011. Enquanto objetivos da política, são sinalizados três pontos que dialogam concretamente com as propostas de educação profissional do campo, mas que precisam se materializar na operacionalização integrada das políticas:

VII – construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;

- XI – promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico;
- XII – contribuir para a expansão do aprendizado, da educação e da qualificação profissional, de forma diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro. (Lei nº 12.372/2011, art. 5º)

A política estadual de convivência com semiárido, instituída pela Lei nº 13.572, de 30/8/2016, tem como pressuposto garantir o planejamento, gestão e integração das ações governamentais e da sociedade civil para a promoção da dignidade humana dos homens e mulheres em sua relação com seu território de vida: o semiárido.

A concepção de convivência com o semiárido, assimilada como princípio norteador da política pública do estado, pode assumir três sentidos: a) a ênfase no potencial de desenvolvimento do semiárido, segundo suas especificidades ambientais, resultado das ações, sobretudo, de organizações da sociedade civil³ no sentido de significar processos de fazer-saber (conhecimentos tradicionais) e saber-fazer (diálogo de saberes e conhecimentos), tendo a participação social como elemento crucial de todo o processo; b) a capacidade do estado de reconhecer que historicamente a seca se constituiu como um problema político, usado pela política para manutenção dos poderes oligárquicos locais/regionais, visão cujo rompimento demandou e demandará ação efetiva do estado no fomento de políticas integradas para a garantia da construção das estratégias de convivência com o semiárido; e c) por fim, a concepção e princípios gerais que norteiam a política indicam a tentativa de superação de um desenvolvimento e planejamento territorial pensados a partir da reprodução de experiências de cunho localista sem encadeamento mais estrutural capaz de promover as mudanças necessárias aos pressupostos do autêntico desenvolvimento do território. Porém, esse planejamento e ação mais macro requerem de fato a integração e encadeamento (retro)alimentador das próprias políticas públicas. Como afirma Nascimento:

Nenhuma perspectiva de desenvolvimento calcada em intervenções de natureza pontual poderá levar à superação de causas estruturais do subdesenvolvimento, por mais que as experiências de desenvolvimento local – tão comuns hoje em dia como teoria – animem as populações locais. (2010, p.16)

³ Destacam-se o Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada (Irpa), o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb) e o Fórum de Articulação no Semiárido. Além desses, também se destacam órgãos públicos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Semiárido (Embrapa Semiárido), a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e a antiga Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (Ebda), atualmente chamada de Bahia Ater.

Nesse sentido, embora a educação contextualizada para a convivência com o semiárido tenha sido focada na lei, considerando-se a importância da economia solidária enquanto processo de organização das relações de trabalho e da agroecologia enquanto dinâmica integrada da produção e reprodução da vida no campo, entende-se que é preciso aproximar intencionalmente tais perspectivas das propostas de educação profissional.

Acompanhando o curso das ações no âmbito nacional no que tange à estruturação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), assim como do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), obviamente que fomentada, debatida e construída no bojo dos conflitos, interesses e racionalidades dos diferentes atores do processo – órgãos de governo e movimentos sociais do campo e da floresta –, o estado da Bahia dá um passo no sentido de estruturar a Peapo.

Especificamente, destacam-se, entre os diversos instrumentos da Pnapo, a pesquisa e inovação científica e tecnológica, a assistência técnica e extensão rural e a formação profissional e educação. No âmbito das discussões da Peapo, observa-se a equiparação de diretrizes como soberania alimentar e nutricional, uso sustentável dos recursos naturais, sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo, valorização da agrobiodiversidade e sociobiodiversidade, reconhecimento do papel da juventude rural na construção de processos sustentáveis de produção calcadas na transição agroecológica e na luta contra as desigualdades de gênero.

No entanto, o art. 4º do Projeto de Lei nº 21.916/2016, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo), traz de forma mais específica a adoção de conceitos norteadores da política, como economia solidária, povos e comunidades tradicionais e educação popular. No âmbito dos processos educativos, destaca como instrumentos: I) ensino, pesquisa, extensão, inovação científica e tecnológica”; II) “Educação do Campo”; III) “assistência técnica e extensão rural”; e IV) “a pesquisa e sistematização de conhecimentos populares e tradicionais, bem como sua divulgação para a sociedade”.

Porém, considerando o efeito encadeador entre as políticas, e diferentemente do observado na Pnapo, a Peapo traz a lacuna de não tensionar a inclusão desses princípios citados acima, imbricados na construção social, dialógica e integrada de saberes e fazeres dos homens e mulheres do campo em seu processo de produção e reprodução social de base agroecológica – para a educação profissional.

De modo geral, a agroecologia coloca-se como princípio fundamental em todas as políticas (territorial, de convivência com a seca, de agroecologia e produção orgânica) para se impulsionarem processos, experiências e práticas capazes de colocar em curso outro projeto de desenvolvimento para o campo ou, mais amplamente, para o território. Por isso, o lugar da agroecologia precisa ser de fato problematizado no fazer concreto das políticas públicas e particularmente na educação profissional, visto que a formação humana e para o trabalho nessas bases se constituem estrategicamente como motor da superação dos entraves do subdesenvolvimento, a exemplo da dominação política, cultural e social.

Reportamo-nos também a Roseli Caldart, quanto ao conceito de educação do campo, percebido como um conceito em disputa

por diferentes grupos, até mesmo pelos representantes do polo do capital (empresários do agronegócio e seus intelectuais orgânicos, governos etc.), que tentam hoje associar esse nome a uma visão “modernizada da “educação rural, historicamente associada ao atraso do latifúndio. (2016, p.318-319)

A autora coloca em pauta duas questões: (a) a compreensão da especificidade da educação do campo e sua realização com a materialidade que constitui seus diferentes sujeitos; e (b) identificar seu papel em relação aos conflitos político-organizativos no contexto das lutas da classe trabalhadora. (*Id.ib.*)

Caldart expõe que a educação do campo se constituiu no final da década de 1990, como uma questão para os movimentos sociais, para o pensamento científico e para educadores situados nos mais diversos contextos educacionais. Diferentemente da educação tradicional, que tem origem nos Estados nacionais, a EdoC foi gerada “como uma articulação das lutas dos trabalhadores do campo pelo direito à educação”, reivindicando políticas públicas de educação, de modo especial para os camponeses e suas famílias.

Para Caldart, a compreensão da especificidade da educação do campo remete à compreensão da questão histórica no Brasil acerca do uso e apropriação da terra, da propriedade privada, do avanço do agronegócio sobre as terras dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos), dos problemas ambientais do uso da água, da conservação das florestas. São questões que sinalizam os embates entre diferentes projetos ou lógicas da produção na agricultura e da exploração do trabalho no sistema do capital e o papel da educação para os sujeitos envolvidos.

A autora destaca também que as políticas neoliberais dos anos 1990 trouxeram consigo forte impulso ao desenvolvimento econômico e à “educação corporativa, implementados por empresas privadas com recursos públicos e que, em tempos mais recentes, buscam incidir na educação pública” no campo e na cidade. (2004, p.10) Com as propostas empresariais, veio a mercantilização da educação, da vida, dos alimentos produzidos no campo. Para os movimentos sociais que pautam a educação do campo, os alimentos não podem ser sumariamente tratados como mercadorias, mas como direito humano fundamental a uma vida digna.

Nesse sentido,

são conceitos ou pilares fundamentais dessa lógica: soberania alimentar, diversificação, de culturas agrícolas, despachonização alimentar, agrobiodiversidade, (conceito chave da matriz tecnológica), reforma agrária ou democratização do acesso à terra e ao conjunto dos recursos naturais, agroecologia, cooperação ou trabalho camponês, familiar e associado, agroindústrias geridas pelos trabalhadores associados. (Caldart, 2016, p.338)

Essa concepção problematiza o subjugamento das relações sociais de produção e reprodução no campo calcadas na intrínseca integração sociedade-natureza, em virtude do ideal modernizante excludente e conservador. Demonstra que, na contradição histórica, as lutas pela garantia de “gente com terra” e de “terra com gente” se fazem também mediante a revalorização dos fazeres e saberes dos povos do campo enquanto paradigma fundante/tensionador das concepções de trabalho, formação e desenvolvimento (este entendido enquanto projeto social, mais justo, solidário e sustentável).

Portanto, a educação do campo enquanto paradigma da questão agrária perpassa por uma concepção de desenvolvimento que compreende o papel sistêmico do campo na construção autêntica de um projeto social econômico, solidariamente sustentado e ambientalmente sustentável para o país. (Fernandes, 2006) Entende-se com isso que, contrariamente à deformação social do campo para atender aos pressupostos da “modernização conservadora”, o campo precisa ser pensado por seus sujeitos e para atender a outro projeto social, de modo a garantir segurança e soberania alimentar, dignidade humana, direitos sociais e respeito à sociobiodiversidade.

É nesse sentido que a agroecologia se coloca como um modo de vida, um projeto social e um estilo de desenvolvimento que exige

uma mudança radical àquilo que Marx chamava de “o progresso destrutivo” do capitalismo. É uma escolha que propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico e, portanto, fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos. (Löwy, 2009, p.35)

A ideia de emancipação humana somente tem sentido como totalidade social em que condições de vida e de trabalho, e de educação, dialoguem e se organizem sobre essas bases que diferem substancialmente da lógica da produtividade e do lucro que movem o sistema capitalista em uma espiral de efeitos destrutivos. Exige a universalização da educação básica e novas perspectivas no acesso e na qualidade como formação humana. Desse ponto de vista, a especificidade da EdoC tem as seguintes bases conceituais:

a escola unitária; igualdade e diversidade, dialeticamente combinadas; educação integral de perspectiva omnilateral e universalista; conhecimento das bases das ciências e das artes; práxis; trabalho coletivo; auto-organização de estudantes e de educadores; vínculo da escola com seu entorno social; educação politécnica; avaliação participativa; defesa da educação pública. (Caldart, 2016, p.344)

Outro aspecto citado por Caldart é identificar o papel da EdoC em relação aos conflitos político-organizativos no contexto das lutas da classe trabalhadora, o que também é uma questão afim com sua especificidade em subsidiar a compreensão dos trabalhadores do campo com os problemas emergentes na organização da produção e na concepção de sociedade e de ser humano da modernização capitalista do campo.

Os jovens, particularmente, são pressionados pelas árduas condições de trabalho, pela regressão do Estado no reconhecimento dos produtores do campo que não sejam do agronegócio, pelo acesso restrito à educação básica de qualidade, pela campanha massiva dos meios de comunicação induzindo ao consumo fácil e à banalização dos laços afetivos.

O lugar da agroecologia na educação profissional do campo na Bahia

Em 4/11/2010, a Presidência da República instituiu o Decreto nº 7.352, que estabelece a EdoC como uma política pública em regime de colaboração entre União, estados e municípios, estabelecendo princípios; entretanto, é importante rememorar que, para a EdoC se tornar política pública, mesmo com todas as limitações existentes, muitos percalços foram vencidos, muitas

lutas foram travadas para que se chegasse às conquistas – apesar de não serem muitas nem poderem ser consideradas como ideais, foram marcantes e determinantes para delinear a EdoC no Brasil.

Convém lembrar que as escolas, como espaço de formação e transformação social, precisam fazer sentido e ter significado na vida das pessoas em qualquer lugar onde se operacionalizam. Dessa forma, é fundamental que educadores, educandos e os demais membros que delas fazem parte sejam capazes de recapitular, analisar e revisar, para o próprio entendimento, os elementos históricos da modalidade educacional que orienta o ambiente escolar em que estão inseridos, as escolas.

Acreditamos que a compreensão do processo histórico da EdoC pelos educadores e estudantes implique conhecer as especificidades que marcam os povos que serão atendidos por essa educação e contribuem para entender as características da escola e qualificar os trabalhos educacionais. Nesse processo de compreensão de contextos (e suas especificidades) e apropriação de demandas, é que surge a agroecologia enquanto questão.

Pautada pelos movimentos sociais que demandam ações articuladas entre EdoC (sobretudo pautadas na formação humana) e valorização do campo e de seus modos de vida, a agroecologia, através de seus princípios, possibilita a assunção de estratégias; entre elas, a construção dessa formação humana se apoia em bases produtivas que preconizam a autonomia e a valorização de saberes ancestrais.

A agroecologia, antes (como visto em Silva, 2012) percebida como tema transversal para a EdoC, se coloca em outro âmbito, quando analisamos o ensino agrícola e sua expansão na contemporaneidade. Percebemos, nesse sentido, que a agroecologia e a educação do campo se articulam como uma possível superação ao modelo atual de ordenamento e organização territorial do campo, atuando sincronicamente no âmbito da educação (que não se explica apenas pelo ambiente escolar) e diretamente nos processos produtivos (aqui percebidos para além da produção agropecuária, mas também na extensão rural, nas políticas públicas etc.).

Para essa articulação entre EdoC e agroecologia, precisamos superar possíveis conceituações simplistas⁴ e relacionar a vida circunscrita no cotidiano, por

⁴ Concordamos com Silva e Fagundes, que tratam de dificuldades de entender e “operacionalizar” os conceitos de agroecologia e EdoC, haja vista que “muitos tratam como uma substituição de pacotes, do químico para o orgânico, tendo somente um caráter econômico, no caso da Agroecologia, e da escola da cidade por uma escola do campo, no caso da Educação do Campo”. (2011, p.6)

onde a teia de relações sociais se processa e elabora a apropriação do espaço, construindo múltiplos territórios e territorialidades nos quais a formação humana se processa.

Da mesma forma, faz-se necessário, de acordo com Arroyo (2006), compreender a teoria pedagógica como instrumento que focaliza a formação do ser humano a partir e por meio de onde ele está. Assim, pode-se propor uma educação construída em coletividade, partilhando o conhecimento e experiências entre comunidade e escola, que são consideradas “o chão da EdoC”.

Dessa maneira, Molina e Freitas pensam o campo como protagonista “na criação de condições que contribuam para a promoção do desenvolvimento das comunidades camponesas a partir das concepções sobre as possibilidades de atuação das instituições educativas na perspectiva contra hegemônica”. (2011, p.27) Para contextualizar a EdoC e também a agroecologia, é indispensável compreender a vida dos sujeitos que estão nesse ambiente, as instituições que permeiam a vida dessas pessoas e os laços construídos, o que muito se aproxima do entendimento de Freire (1987), que aponta a cultura em seu potencial reflexivo, em uma prerrogativa de futuro e história enquanto possibilidades.

Assim, como destacam Silva e Fagundes (2011), a agroecologia está intrinsecamente ligada à concepção camponesa, tornando-se um elemento fundamental para uma nova organização territorial. No sentido de que o camponês é agroecológico e a agroecologia é camponesa, a constituição e a organização das multidimensionalidades do território camponês passam necessariamente pela agroecologia.

Pensando, então, a educação profissional lastreada pelas concepções estruturais e estratégicas da EdoC, a agroecologia se apresenta como o elo necessário ao objetivo imanente de formação e emancipação dos sujeitos do campo. No estado da Bahia, os Centros Territoriais de Educação Profissional (CETEP), geridos pela Secretaria de Educação do Estado, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) se colocam como instituições promotoras da formação profissional em agroecologia e, em certa medida, promotoras da EdoC.

A complexidade da formação profissional em agroecologia, tendo como princípios aqueles propostos pela educação do campo, no âmbito da educação escolar, implica o enfrentamento de desafios que parecem claros, a saber, na Figura 1.

Figura 1

ARTICULAÇÃO ENTRE DEMANDAS E OBJETIVOS DA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM AGROECOLOGIA SOB OS PRINCÍPIOS DA EDOC



Fonte: Os autores (2016).

A Figura 1 ilustra sinteticamente o diálogo necessário entre o planejamento dos cursos de formação em alinhamento com as demandas dos sujeitos do campo. Naturalmente, a formação profissional calcada na dialogicidade perpassa necessariamente pela adequação metodológica e conceitual (pressuposta pela EdoC e pela agroecologia). A educação desenvolvida no campo ainda é concebida sobre valores e concepções equivocadas da realidade, com ideologias preconceituosas e estereotipadas que reforçam a representação do campo como espaço de pobreza, miséria e improdutividade, especialmente quando se referem a camponeses que vivem no semiárido do nordeste brasileiro, como coloca Martins:

as ações concretas de transformação da prática educacional no Semiárido brasileiro, baseadas na noção de “educação para a convivência com o Semiárido” é acima de tudo, a constatação de que os currículos, os saberes e as práticas escolares, de uma forma geral são demasiadamente descontextualizadas. (Martins, 2004, p.13)

Nesse cenário, a EdoC, conforme expõe Caldart, objetiva educar cidadãos que “trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de ‘sujeitos de ação’ na direção de seu destino, tendo o campo como espaço de vida, de sujeitos de direitos, não de produção de mercadoria”. (Caldart, 2008, p.115)

O avanço da consciência do direito entre os povos do campo tem gerado o avanço na EdoC como política pública e, acima de tudo, provoca o repensar sobre o campo, sobre suas lutas sociais que ocorrem e mudam as relações e, especialmente, sobre ser inviável qualquer política pública sem se pensar nos sujeitos que vivem e trabalham no campo.

Para pensar a educação profissional como um projeto político-social que rompe as múltiplas formas de dominação e amplia os princípios e práticas da dignidade humana, liberdade e justiça social, é sempre necessário recorrer às ideias freireanas, bem como à Pedagogia histórico-crítica,⁵ que apresenta críticas revolucionárias à pedagogia tradicional, faz repensar a prática pedagógica consciente e capaz de intervir no mundo, rompe com a perpetuação do discurso do poder hegemônico e traz um princípio pedagógico novo, comprometido com o social e o político.

Dessa forma, a materialização do processo de escolarização almejado com base na EdoC precisa de fato existir dentro dos centros de formação em agroecologia, modificando-se o processo educacional, o currículo escolar, a metodologia educativa e o próprio material didático. Esse desafio é tão agudo quanto a própria transformação de um ensino fundamentado em um projeto de educação contextualizada no campo. Reis acrescenta que:

essa parece ser uma das saídas para esse grande fosso existente entre a atual escola do campo e a urbana, já que a escola com os seus conhecimentos descontextualizados e distantes da realidade tem sido mais um alienígena frente aos estudantes do campo, o que também poderíamos dizer da escola urbana, que não é o nosso foco de estudo, mas que também precisa ser contextualizada na realidade em que está inserida. (2004, p.62)

É imprescindível conhecer os “sujeitos” (estudante, pessoa, trabalhador), que trazem histórias, culturas, crenças, gênero, raças, etnias e religiões singulares e diversas, o modo de produzir e viver para, assim, edificar um processo educativo escolar contextualizado, que não separa o sujeito estudante do social,

⁵A Pedagogia histórico-crítica, formulada por Dermeval Saviani (2011), preconiza que é o conhecimento e análise da prática social, como ponto de partida e ponto de chegada, que permitem a compreensão da realidade social concreta, sob o modo de produção capitalista, e a sua transformação.

humano, cultural, mas o vê em sua totalidade, dentro das potencialidades e fragilidades dos saberes produzidos nos espaços não escolares, construídos no cotidiano da produção da existência – o trabalho, a cultura, os modos de viver e de conviver, a relação com a natureza.

Nessa perspectiva, os elementos teórico-metodológicos presentes na EdoC têm papel essencial na construção de um olhar sobre a contextualização do ensino na EdoC. Para ampliar a discussão em torno do assunto, Hage coloca que:

os movimentos sociais populares do campo, nas últimas décadas, têm participado ativamente das disputas que envolvem a conquista da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e a garantia do direito à vida com dignidade, constituindo-se sujeitos coletivos de direito, entre os quais se encontra o direito à educação. (2006, p.303)

É necessário focalizar que o processo de reflexão-ação crítica é o primeiro passo para que o homem se torne um sujeito político consciente do seu tempo e agente de sua transformação. Como salienta Freire, “o homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação no seu ambiente concreto”. (1980, p.35)

Considerações finais

As provocações suscitadas ao longo do texto procuraram evidenciar como, nas últimas décadas, as lutas e resistências dos movimentos sociais do campo e da floresta colocaram na agenda do governo temáticas vinculadas a outra proposta de desenvolvimento para o país, a partir do entendimento do campo como território de vida com gente, direitos e respeito à sociobiodiversidade.

Nesse sentido, a atual política territorial⁶ é pautada pelos princípios de solidariedade, cooperação, sustentabilidade e participação social. Considerando apenas a dimensão do concebido, a política de assistência técnica e extensão rural reconfigura-se e reconhece as especificidades da agricultura familiar camponesa e dos povos tradicionais na garantia de processos produtivos sustentáveis e conservação dos recursos naturais, tomando a agroecologia como base norteadora. A política de convivência com o semiárido retoma a dimensão de planejamento integrado das políticas, o papel ativo e social do Estado na dinâmica do desenvolvimento. Nessas interfaces, estão presentes a educação do campo e a agroecologia, também permeando a política de educação profissional.

Sinteticamente, reforça-se aqui o entendimento da função social da educação profissional enquanto elemento estratégico, fomentador e articulador

⁶ A atual política territorial substitui a anterior noção de competição muito propagada durante o governo FHC.

das políticas públicas de desenvolvimento territorial e do campo. Porém, para que tal pressuposto se concretize, destacamos alguns desafios:

1. As representações das instituições de educação profissional devem participar dos espaços de participação e controle social das políticas públicas, de modo a compreender o enlace da educação profissional com as políticas públicas de desenvolvimento territorial e do campo.
2. As instituições de educação profissional do campo e em agroecologia precisam ter capacidade de resposta às demandas dos sujeitos do campo, dialogar com esses sujeitos e estabelecer processos pedagógicos que promovam a troca de saberes, a experiência, a experimentação, o fortalecimento dos vínculos, a problematização e construção coletiva de estratégias e alternativas aos possíveis problemas/demandas da agricultura familiar camponesa.
3. Os projetos político-pedagógicos das instituições de educação profissional e o processo pedagógico devem se articular aos pressupostos das políticas voltadas para o desenvolvimento territorial e o campo.
4. A educação profissional estadual precisa ser pensada como uma política pública de Estado, no sentido da garantia de recursos, infraestrutura e professores cuja formação coadune com os princípios fundantes dos cursos voltados à agroecologia e no contexto da educação do campo.

O papel da educação profissional calcada na educação do campo e na agroecologia tem como necessidade e como desafio conhecer os estudantes, saber de onde vêm, por que ali estão. Compreender essas dimensões é fundamental para colaborar nos planos e perspectivas futuras projetados pelos estudantes, uma vez que esses são diferentes. No percorrer desse processo, a escola pode construir junto com o estudante um sonho ou contribuir para matar esse sonho. É nesse sentido que a educação do campo propõe que o ensino seja planejado e organizado, como explicam Kolling *et al.*, numa “escola com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo”. (1999, p.29)

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

ARROYO, M. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, L. (Org.) *Formação de Educadores de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006, p.17-32.

BAHIA. Lei nº 12.372, de 23/12/2011. Regulamenta a Lei nº 12.372, de 23/12/2011, que instituiu a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (Peater) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Proater) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br/>>. Acesso em: 5/6/2017.

_____. Lei nº 13.214, de 29/12/2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeters). Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em: 5/6/2017.

_____. Lei nº 13.572, de 30/8/2016. Institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.leisestaduais.com.br/ba/>>. Acesso em: 5/6/2017.

_____. Projeto de Lei nº 21.916/2016. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo). Disponível em: <<http://portalsdr.ba.gov.br/>>. Acesso em: 5/6/2017.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17/4/1997. Regulamenta o § 2º do art. 36º e os arts. 39º a 42º da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências. Revogado em 23/7/2004. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/>>. Acesso em: 23/9/2015.

_____. (Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2009.

BRAUDEL, F. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1982.

_____. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. Lisboa: Perspectiva, 1992.

CALDART, R.S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, M.C e JESUS, S.M.S.A. de (Orgs.) *Por Uma Educação do Campo*, vol. 5. Brasília, DF: Articulação Nacional, 2004, p.10-17.

_____. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; e MOLINA, M.C. (Orgs.) *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004, p.147-158.

_____. Sobre a especificidade da educação do campo e os desafios do momento atual. In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. (Orgs.) *Teoria e educação no labirinto do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p.317-363.

CIAVATTA, M. Emancipação: a historicidade do conceito e a polêmica no processo real da existência humana. In: *Trabalho Necessário*, ano 12, n.18, 2014, p.74-97. Disponível em: <<https://www.uff.br/trabalhonecessario>>. Acesso em: 5/6/2017.

_____. Educação do campo. Educação do campo, contra-hegemonia, trabalho e emancipação: uma análise em tempos conservadores. Texto apresentado no Seminário Encontro Baiano de Educação do Campo: trabalho, contra-hegemonia e emancipação humana, realizado na UNEB. Salvador, 2016.

FERNANDES, B.M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como estratégias essenciais. In: MOLINA, M.C. (Org.) *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p.27-39.

_____. Sobre a tipologia de territórios. Texto produzido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária da Universidade Estadual Paulista (NERA/UNESP). 2007. Disponível em: <<http://acciontierra.org/>>. Acesso em: 1/5/2016.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. (Org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.161-198.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HAGE, S.M. Movimentos sociais do campo e afirmação do direito à educação: pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na Amazônia paraense. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.87, n.217, set./dez. 2006, p.302-312.

KOLLING, E.; NERY, I.; e MOLINA, M.C. (Orgs.) *Por uma educação básica do campo*. Vol.1. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

LÖWY, M. Ecosocialismo e planejamento democrático. In: *Revista Crítica Marxista*, n.28, 2009, p.35-50.

MARTINS, J. da S. *Educação no contexto do semiárido*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

MOLINA, M.C. e FREITAS, H.C. de A. Avanços e desafios na construção da educação do campo. In: *Em Aberto*, v.24, n.85, abr. 2011, p.17-31.

NASCIMENTO, H.M. Semiárido brasileiro e baiano: dimensão territorial e estratégia de desenvolvimento. 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Tecnologia, Desenvolvimento e Integração Social. Campo Grande, MS, 2010.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, A.F. da. Agroecologia: tema transversal para a educação do campo. *In: Anais do IV encontro em educação agrícola. I fórum de debates sobre a pedagogia da alternância*. UFRRJ, 2012.

SILVA, A.S. da; e FAGUNDES, L.F. Agroecologia e educação do campo. *In: Boletim Dataluta – Artigo do mês. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/UNESP)*, n.41. São Paulo: maio 2011, p.1-13.

SILVA, J.F.G. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.1-7.

SOUZA, H.F.; FARIA, E.M. da S.; e COSTA, D.S. da. Educação profissional do campo: problematizando a territorialidade do Instituto Federal de Educação – IF no Território Velho Chico. *In: Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura*, v.4, n.1, dez. 2014, p.272-288.



Este livro foi editado pelo Projeto de Extensão Editorial LPP/UERJ, com a participação de estagiários, técnicos-administrativos e docentes da UERJ, e foi composto em Gill Sans (títulos) e Bembo (texto).



O presente livro foi concebido durante as comemorações da Revolução Russa e rende homenagem ao evento que impactou a existência de gerações. O mesmo pensamento que a incitou nos movimentos à superação da desigualdade e a exploração sobre a classe trabalhadora.



RPPPEFH

Rede de Pesquisadoras em
Políticas Públicas, Estado e
Formação Humana

